

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/PUC-SP

FABIANA APARECIDA DE CARVALHO

HOMEM NÃO CHORA: o abuso sexual contra meninos

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO/PUC-SP

FABIANA APARECIDA DE CARVALHO

HOMEM NÃO CHORA: o abuso sexual contra meninos

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, área de Fundamentos e Prática Profissional sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues.

SÃO PAULO

2015

ERRATA

1. P. 33: Onde está: “ (...) foi a USP – Universidade de São Paulo, com um total de 09 (nove trabalhos ou 12% da produção (...).” Leia-se: “(...) foi a USP – Universidade de São Paulo, com um total de 09 (nove trabalhos ou 19% da produção (...).
2. Acrescente-se a bibliografia completa: CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.
3. Rodapé 30, acrescente-se: “A operacionalização do Disque Denúncia – ligue 100 foi executada desde 2003 por meio de um convênio entre a Petrobras, CECRIA e a SEDH-PR.”
4. P. 66: 3º parágrafo, onde está: “... teoria sobre a mente e a personalidade humana...” leia-se: “... teoria sobre o desenvolvimento psíquico...” Onde está “... dois instintos básicos considerados como forças intrapsíquicas: Eros e e instinto destrutivo.” Leia-se: “.. duas forças psíquicas básicas antagônicas: Eros e Tânatos.”
5. P. 67: Onde está: “...energia\instinto de vida...” leia-se “energia\pulsão de vida”. Onde está: “... o segundo significa morte ou violência, indicando o instinto de destruição.”, leia-se “ o segundo se refere a pulsão de morte que abrange a agressividade e um aspecto da pulsão de morte é a destrutividade”.

FABIANA APARECIDA DE CARVALHO

HOMEM NÃO CHORA: o abuso sexual contra meninos

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, área de Fundamentos e Prática Profissional sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues.

Aprovada em: _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço de modo especial ao Virgílio e Maria Beatriz. Ambos estiveram ao meu lado, não somente nesses quatro anos de doutorado, mas em grande parte de minha trajetória. Nossas vidas preservam suas particularidades, porém, misturam-se em uma existência reveladora e surpreendente.

Manifesto também sinceros agradecimentos:

Para minha família pela sua contribuição em minha identidade, em minhas curiosidades e indignações.

Aos amigos que apoiaram, discutiram, estiveram presentes e compreenderam as ausências.

Em especial,

Daniel Brandão, Cristiane Nali, Camila Parpinelli, Pedro Machado Meyer e Edson Goulart, pelas preciosas contribuições e sugestões em áreas desconhecidas por mim.

Rogério Mourtada, pela realização de estudo e trabalho artístico, não somente profissional, mas, absolutamente ciente e sensível à temática da tese.

Aos alunos e ex-alunos dos diferentes espaços em que atuo ou atuei, pelas contribuições e apoio.

Para a equipe técnica de assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça da Comarca de Rio Claro, pela compreensão e apoio nessa jornada. Pela parceria, pelos vários arranjos de horários em atendimentos para que eu pudesse comparecer às orientações na PUC/SP, e, principalmente, pela compreensão de minhas desorientações e esquecimentos em especial, na reta final de entrega desse trabalho. Pelas trocas cotidianas e pelo aprendizado que tenho construído junto a vocês.

Aos colegas docentes e profissionais que me ajudaram a refletir sobre a temática e buscar possíveis sujeitos.

Aos docentes componentes da banca de qualificação e defesa.

À CAPES, pelo período de financiamento da pesquisa.

Ao NEMESS pela sua contribuição em tantas angústias apresentadas.

À Maria Lúcia, pelo carinho e parceria em minha trajetória acadêmica.

Aos sujeitos entrevistados que compartilharam suas histórias e me fizeram transformar com elas.

RESUMO

O presente estudo tem por título: “Homem não chora: o abuso sexual contra meninos”. No Brasil, em 2012, foram registrados 10425 casos de abuso sexual contra crianças e jovens, sendo 8677 deles contra meninas. Na maioria dos casos o autor do abuso é do sexo masculino e do círculo de confiança da criança. A diferença entre as vítimas femininas e masculinas é gritante e os autores - em sua maioria - são homens. Por que estudar os meninos como vítimas? A invisibilidade do menino no contexto de vitimização sexual chamou nossa atenção e se tornou foco desta pesquisa. Alguns fatores culturais corroboram para o ocultamento da vitimização sexual do menino, tais como: a compreensão do fato com naturalidade entendendo o evento como “coisa de homem”; a herança da resistência e da virilidade masculina, por meio da qual se esconde o ocorrido, por medo de represálias sociais e de questionamentos futuros sobre a masculinidade da vítima. O objetivo do estudo consistiu em perquirir as consequências do abuso sexual para o menino e em analisar a repercussão da violência sexual contra o homem/menino na convivência familiar e comunitária. De natureza qualitativa, realizamos entrevistas aprofundadas com três meninos e um homem que vivenciaram o abuso sexual, duas mães e uma cuidadora de meninos vitimizados sexualmente. Os resultados da pesquisa revelaram diferentes sentidos atribuídos ao abuso sexual sofrido, conforme a trajetória e as vivências de cada sujeito. O medo da homossexualidade desenvolvida a partir do abuso sexual se fez presente em alguns discursos dos entrevistados, bem como o da reprodução do abuso. Diversos avanços históricos por meio da ação de diferentes movimentos sociais conquistaram uma pauta contínua sobre a temática na agenda geral da política pública. Contudo, a transformação cultural capaz de alterar a fixidez dos gêneros ainda é um desafio a ser perseguido, assim como o avanço na compreensão da sexualidade em sua dimensão humana e a autorização para falar sobre ela, sem que para isso tenha que configurar-se outra violência.

PALAVRAS-CHAVE: abuso sexual, criança e adolescente, meninos, serviço social.

ABSTRACT

The present study has the title: "Men don't cry: the sexual abuse against boys". In Brazil, in 2012, it was registered 10425 cases of sexual abuse against children and youngsters, where 8677 were against girls. In the majority of cases the perpetrator of the abuse is a male and from the trust circle of the child. The difference between male victims and female victims is very obvious and the perpetrators - in their majority - are men. Why do we study boys as victims? The invisibility of boys in the context of sexual victimisation called our attention and became the focus of this research. Some cultural factors corroborate for the boys' sexual victimisation concealing, such as: the understanding of the fact with naturalness comprehending the event as "man's thing"; the heritage of resistance and male virility, by means of which hide what happened, by fear of social reprisal and of futures questioning about the victim's masculinity. The study's objective consisted in investigate the consequences of the sexual abuse for the boy and analyse the repercussion of the sexual violence against the man/boy in the familiar convivence and communitarian. Of qualitative nature, we performed profound interviews with three boys and a man that experienced sexual abuse, two mothers and one victimised boy's carer. The research's results revealed different meanings attributed to the suffered sexual abuse, according to trajectory and the experiences of each subject. The homosexuality fear developed from sexual abuse was present in some interviewed's speech, as well as the reproduction of the abuse. Several historical advances through the action of different social movements have gained a solid agenda about the topic in general agenda of public policy. However, the cultural transformation that can alter the rigidity of genres is still a challenge to be pursued, as well as advance our understanding of sexuality in its human dimension and authorization to talk about it, without configuring other violence for this.

KEYWORDS: sexual abuse, child and teenager, boys, social service

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção Acadêmica por Nível (mestrado e doutorado)/ano (2008 – 2012).....	22
Tabela 2	Tema Abuso Sexual classificado por Eixos.....	27
Tabela 3	Violência Doméstica por Eixo.....	29
Tabela 4	Exploração Sexual por Eixo.....	30
Tabela 5	Incesto por Eixo.....	33
Tabela 6	Política/Direito/Intervenção por Eixo.....	35
Tabela 7	Adolescência/Violência por Eixo.....	37
Tabela 8	Sexualidade por Eixo.....	39
Tabela 9	Síntese das Temáticas por Eixo.....	40
Tabela 10	Notificações por Estado/2013.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Produção Acadêmica por Nível (mestrado e doutorado)/ano (2008 – 2012).....	22
Gráfico 2	Quantidade de Estudos sobre a temática por Instituição de Ensino Superior (2008 a 2012).....	23
Gráfico 3	Quantidade de Estudos Realizados x Área de Pesquisa (quantidade e porcentagem).....	24
Gráfico 4	Representação por temáticas de estudos publicados.....	25

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I	Los Monstruos de mi Casa.....	15
Figura II	Ilustração RM.....	20
Figura III	Ilustração RM.....	21
Figura IV	Ilustração RM.....	44
Figura V	Ilustração RM.....	72
Figura VI	Ilustração RM.....	109
Figura VII	Ilustração RM.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEDAP	Centro de Educação e Assessoria e Popular
COMPP	Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância –
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CONDECA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESCCA	Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
IC	Ideia Central
ICs	Ideias Centrais
IES	Instituições de Ensino Superior
IpqHC – FMC USP	Instituto de Psiquiatria - Hospital das Clínicas – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
NAMBLA	North American Man/Boy Love Association
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPA	Plano Plurianual
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil

PNEVSCCA	Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente.
RECRIA	Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
RM	Rogério Mourtada
RPA	Registro de pagamento para Autônomo
HIV/AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é constituído
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde e
UNB	Universidade de e Brasília
USP	Universidade Estadual de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal da Paraíba
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VDCCA	Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente
VCCAS	Violências contra Crianças e o Adolescentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: A TEMÁTICA E SUA REPERCUSSÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	21
<i>CAPÍTULO II - MACHO, SIM SENHOR!.....</i>	44
2.1 – Algumas reflexões sobre o homem no Brasil.....	46
2.2 – Gênero, Masculinidade e Sexualidade.....	55
2.3 - Freud e Foucault.....	66
CAPÍTULO III – A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.....	72
3.1 – Agressor ou Pedófilo?.....	81
3.2 – Movimento Pró-Pedofilia.....	83
3.3 – A Violência Sexual no Brasil.....	85
3.4 – Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.....	91
3.5 – A Violência Sexual contra MENINOS.....	103
CAPÍTULO IV – HOMEM NÃO CHORA?.....	109
4.1 – Metodologia e Pesquisa de Campo.....	109
4.2 – Entre discursos e reflexões.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	158

OS (DES) CAMINHOS DA PESQUISA

Homem não chora: o abuso sexual contra meninos é um estudo que propõe investigar a questão da violência sexual na infância e na adolescência, especificamente contra meninos. Para uma aproximação maior com a temática, realizamos um levantamento inicial dos trabalhos produzidos, no Banco de Teses da Capes, entre os anos de 2008 e maio de 2012; encontramos apenas dois títulos relacionados à violência sexual situada no universo masculino infanto-juvenil: um que analisava a autoria do ato pelo adolescente e o outro, as consequências neurológicas em meninos abusados sexualmente.

A parca presença de estudos acadêmicos com foco na violência sexual contra meninos talvez se justifique pelo fato de que são mais denunciados os casos de meninas violentadas do que os de meninos. Isto ocorre no mundo todo, em todas as classes sociais e está associado à diferenciação das relações de poder, seja sob o aspecto do gênero, do poder familiar, da cultura, da situação financeira, entre outros.

Finkelhor (1994) realizou pesquisa em 21 países, constatando como tendência universal, já naquela época, que o maior índice de casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes se dá contra as meninas (de 1,5 a 3 vezes).

Dados mais atuais demonstram que, anualmente, 1000 (mil) crianças e mulheres são traficadas de Moçambique para a África do Sul para exploração sexual. No Reino Unido, entre 2007 e 2013, registraram-se 1400 (mil e quatrocentos) casos de abuso sexual contra crianças, a maioria meninas. Na Tanzânia, 8000 (oito mil) meninas abandonam as escolas porque engravidam a caminho da própria escola, sendo os professores os responsáveis por diversos abusos.¹

O Brasil apresenta um histórico bastante infame no que toca às diferentes formas de violência; recentemente (2014), alcançou a 6ª posição entre 156 países que registraram homicídio de crianças e adolescentes²; já sobre a violência sexual, o país registra o número de 10425 casos em 2012. Isto significa que em cada 100 mil

1 Informações disponíveis em: <http://www.unicef.org/mozambique/pt/protection.html>, <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/09/1512278-rotherhan-tenta-se-refazer-de-escandalo-sexual-com-1400-criancas.shtml>, e, Jan-Philipp Scholz/Marta Barroso, O longo caminho: abusos nas escolas da Tanzânia, 16/01/2012. Disponível em: <http://www.dw.de/o-longo-caminho-abusos-nas-escolas-da-tanz%C3%A2nia/a-15538270>.

2 Ver Relatório Unicef, A situação mundial da infância, 2014.

peessoas de 0 a 19 anos, 8.677 meninas e 1.748 meninos tiveram casos notificados por abuso sexual.

Na maioria dos casos, o autor da violência é do sexo masculino e é alguém do círculo de confiança da criança. As notificações de mulheres como autoras de abuso sexual são significativamente menores.

Desse modo, considerando que a maioria das vitimizações são realizadas pelo homem, por que estudá-lo como vítima?

Um dos aspectos que nos chama a atenção é que boa parte dos abusadores já foram abusados. Em sua pesquisa, Baltieri (2005) afirma que dentre os autores de abuso contra crianças, de fato, havia – na maioria - um histórico de abuso em sua própria biografia, embora isso não signifique que todos os meninos vitimizados se tornarão abusadores. Contudo, esse é um dos principais fatores que levam a família a não denunciar o caso, acompanhado ainda do medo de que o filho possa “se tornar” um homossexual.

A questão não é onde perdemos esses meninos, mas por que nem chegamos a enxergá-los?

Dessa maneira, esta pesquisa se inicia com essa indagação: por que até os dias atuais há uma invisibilidade do menino vitimizado sexualmente? Não se pode afirmar que o quadro comparativo entre meninos e meninas corresponda à realidade, considerando que a subnotificação pode apresentar-se de modo mais perverso no caso dos meninos, por conta da herança cultural da virilidade e força atribuída ao homem.

O menino tornou-se, então, sujeito nessa trajetória de pesquisa. Trabalhar com as questões de gênero em uma perspectiva relacional, para que houvesse a permissão de retirá-lo de um papel fixo de vilão, foi a alternativa para investigar a questão.

Outros dois aspectos precisam ser observados: a sexualidade e a violência. Mesmo sem contar com a violência, a sexualidade é uma temática que se mostra bastante delicada. Embora haja avanços significativos nessa discussão, ela ainda se configura como tabu e como invasão de privacidade - individual ou coletiva. Sentimos isso a cada contato inicial com profissionais, para que nos indicassem alguns sujeitos para este estudo. A temática é repulsiva e, por vezes, parece haver mais dificuldade para o profissional em abordá-la do que para o próprio sujeito que a

vivenciou. Mas, quando existe uma relação de confiança, a criança e o adolescente encontram formas de revelar o segredo.

Figura I



Fonte: Documentário “Los Monstruos de Mi Casa, Espanha, 2010.

Esse é um dos desenhos apresentados pelo documentário “Los Monstruos de Mi Casa” (2010), em que crianças – acompanhadas por especialistas - apresentaram o modo como viam os abusadores. Nele, um menino de 08 anos de idade, que foi abusado sexualmente pelo pai, desenha o autor da violência com olhos vermelhos e com as falas que pronunciava, além de destacar seu órgão sexual, indicando a experiência vivida.

Desmistificar a sexualidade é algo fundamental para a intervenção profissional com crianças abusadas. É evidente que esse tipo de violência pode paralisar inicialmente quem a acessa e é inclusive apontada como uma cruel forma de violência contra a criança e o adolescente. Contudo, na medida em que a questão é envolta por repulsa e tabu, torna-se um verdadeiro espectro, algo com que não se pode trabalhar.

Desse modo, é importante situar que, neste estudo, compreendemos a sexualidade como constituinte do próprio ser humano, para além de seus órgãos reprodutivos ou da relação sexual em si. O que se observa é a dificuldade de acesso ao tema; para a maioria das pessoas, o obstáculo primeiro é anterior ao ato de violência, encontra-se na própria sexualidade.

Nunes (2003) apresenta dois aspectos principais da sexualidade: o biológico-reprodutivo e o psicossocial. No primeiro, encontramos a reprodução animal e humana propriamente dita e, no segundo, a diferença entre os sexos e a organização mental do homem e da mulher. Esse último aspecto sofre transformações profundas a partir de 1970, momento histórico em que se questiona os papéis não somente sociais, mas também sexuais inseridos na discussão da diferença entre os gêneros. Parece que há uma tendência de assumir, desde então, que as relações são sexualizadas e o apelo a elas é crescente e enviesado pelas estratégias dos meios de comunicação e do próprio mercado.

Conhecer a si, ao próprio corpo, como se pode viver e proporcionar prazer, o modo como a sociedade impõe regras para tanto e a forma como as sociedades têm lidado com esse cenário é um exercício relevante. Não realizá-lo com clareza e seriedade pode conduzir a questionamentos insuperáveis, inclusive sobre a autorização legal e social da pedofilia, questão que tem sido levantada por diversos movimentos pró-pedofilia no mundo todo.

As relações sexuais são relações sociais construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores, que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Esse relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem, contudo, fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo. (NUNES, 2003, p. 15).

A interface da sexualidade com a violência revela a imposição da vontade (poder e força) de um em detrimento da vontade do outro. No Brasil, observamos alguns avanços no trato da violência sexual, inclusive no aspecto legal. Em tempos idos de nossa história, apenas a penetração era considerada crime tipificado como estupro; atualmente, com ou sem sua ocorrência, as diferentes aproximações sexuais - como, por exemplo, “apenas” passar a mão na genitália da criança ou do adolescente - são classificadas juridicamente como estupro, tanto para a menina quanto para o menino.

O universo da violência sexual contra a criança e o adolescente é bastante peculiar e divide-se em duas grandes ramificações: o abuso sexual e a exploração sexual. Nessa tese focamos o primeiro, tendo em vista as inúmeras especificidades de cada um deles.

A prevalência do poder do mais forte, do adulto, geralmente homem, por meio da força ou da sedução, engendra inúmeros meninos às experiências de violência sexual, que dificilmente são notificadas pela família.

A ausência de notificações e de acompanhamento especializado para estas situações pode enrijecer nas vítimas suas histórias, sem a possibilidade de apoio para melhor elaborá-las.

A criança não é nem antiga nem moderna, não está nem antes nem depois, mas agora, atual, presente. Seu tempo não é linear, nem evolutivo, nem genético, nem dialético, nem sequer narrativo. A criança é um presente inatual, intempestivo, uma figura do acontecimento. E só a atenção ao acontecimento, como o incompreensível e o imprevisível, pode levar a pensar uma temporalidade descontínua. (LARROSA, 2001, p. 284).

A população infanto-juvenil historicamente tem sido tratada como objeto do adulto e no que se refere à violência sexual não é diferente. Entendida como instrumento potencial para proporcionar prazer ao adulto, abusadores imprimem cotidianamente marcas em suas existências. Ter uma referência de confiança é necessário para que a criança revele seu segredo; assim, o apoio familiar e comunitário e mesmo políticas protetivas efetivas deveriam surgir como contundentes atores sociais de interação.

A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 1069/90, a concepção dessa população transitou de um universo dicotomizado entre crianças e menores e passou a ser tecida indiscriminadamente a todas às crianças como sujeito de direitos, posicionado como absoluta prioridade nas políticas públicas.

Assim, **‘Homem não chora: o abuso sexual contra meninos’** é um estudo em que temos como objetivo geral perquirir as consequências do abuso sexual contra meninos e os objetivos específicos são analisar essas consequências, especificamente na esfera da convivência familiar e comunitária e na escolaridade; importa também verificar de que modo esse fato repercutiu na família, na visão da mãe e/ou da cuidadora.

Esses objetivos consolidaram-se a partir de uma pergunta orientadora: quais as consequências vividas por meninos abusados sexualmente?

A constituição desse estudo contou, ainda, com a composição da obra do artista profissional Rogério Mourtada, aos olhos da crítica:

[...] aguçado por sua natureza como observador sensível ‘das coisas’ e ‘da vida’, tem uma característica peculiar em ligar e construir o seu mundo espontâneo e expressivo (...) sutilmente denuncia as injustiças e desigualdades do contexto social. (SANS, 2013, s/p).

Assim, para além da utilização de meras ilustrações para a abertura dos capítulos, contribui com um acesso perspicaz à temática, resultado de um processo de criação voltado especialmente para essa tese.

Organizamos, assim, o estudo em quatro capítulos.

No capítulo I – **A Temática e sua Repercussão na Produção Científica** – apresentamos um levantamento bibliográfico acerca da produção científica sobre a temática da violência contra a criança e o adolescente entre os anos de 2008 e 2012, à luz do estudo realizado por Faleiros (2010), nos anos de 1996 a 2007. Ambos os trabalhos organizam suas análises a partir dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente.

No capítulo II – **Macho, sim senhor!** – problematizamos a construção da masculinidade no Brasil, estabelecendo certa interface com a vitimização sexual do menino. Consideramos aqui os estudos acerca da masculinidade e os estudos sobre a construção do homem no Brasil, perpassando conceitos de gênero e sexualidade.

No capítulo III – **A Violência Sexual contra as Crianças e os Adolescentes** – tratamos da questão da violência, a violência sexual contra a criança e o adolescente, conceitos e histórico na agenda das políticas públicas brasileiras, diferenciações entre agressor e pedófilo, Movimento Pró-Pedofilia e, por fim, Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

No capítulo IV – **Homem não chora?** – apresentamos a metodologia utilizada no trabalho e o percurso da pesquisa de campo. Além disso, realizamos a análise dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa: duas mães e uma cuidadora, três meninos e um homem. Nele estão expostas e problematizadas

algumas das feridas nítidas ou camufladas do evento da vitimização sexual contra o menino.

Por último, apresentamos as **Considerações Finais**, em que buscamos articular o conjunto de conhecimentos e resultados empíricos da pesquisa, procurando revelar *as consequências na vida de meninos/homens que vivenciaram o abuso sexual na infância*.

Acessamos conteúdos bastante ambíguos dos participantes; alguns simultaneamente demonstravam sofrimento e superação. Percebemos as lacunas das políticas públicas e a lentidão dos Poderes Público e Judiciário, pois, via-de-regra, quando essas famílias e crianças conseguiam retornos desses serviços, já tinham, de algum modo, elaborado e convivido com suas experiências - à sua própria maneira.

Culturalmente, ainda percebemos meninos de hoje camuflados na imagem viril que não permite – mesmo em episódio da vitimização sexual – compartilhar a fraqueza; mães e cuidadoras que, em alguns momentos, não se sentem suficientes para lidar com os medos e a culpa, ambos trazidos por suas histórias.

Homem não chora...

Figura II



Ilustração: RM

CAPÍTULO I: A TEMÁTICA E SUA REPERCUSSÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Figura III



Ilustração: RM

Quais têm sido as principais instituições produtoras da temática da “Violência contra a Criança e o Adolescente”? Seus principais focos, áreas e os níveis de curso?

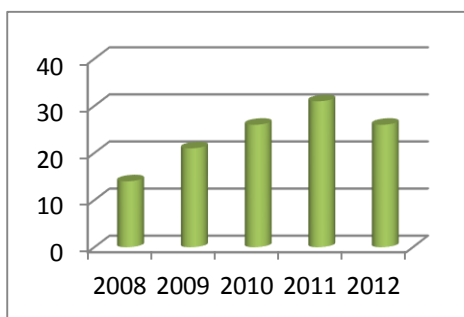
Organizamos as produções dos últimos cinco anos (2007 – 2012), categorizadas a partir dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente – PNEVSCCA, de 2013, quer sejam: atenção, prevenção, defesa e responsabilização, comunicação e mobilização social, estudos e pesquisas e participação e protagonismo.

Apontando a originalidade de nosso estudo e sua inediticidade no período pesquisado, no serviço social, encontramos apenas 1,6% dos estudos com foco no menino, o que equivale a dizer 02 (dois) trabalhos, um na área da medicina – abrangendo possíveis transformações neurológicas após a violência e, o outro, as construções identitárias deles, os quais serão apresentados mais adiante. Com relação à produção realizada no nível de mestrado e doutorado, percebemos:

Tabela 1. Produção Acadêmica por Nível (mestrado e doutorado)/ano (2008 – 2012)

	Mestrado	Doutorado	Total/Ano
2008	11	3	14
2009	19	2	21
2010	19	7	26
2011	28	3	31
2012	20	6	26
Total	97	21	118

Fonte: Banco de Teses da Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

Gráfico 1. Produção Acadêmica por Nível (mestrado e doutorado) /ano (2008 – 2012)

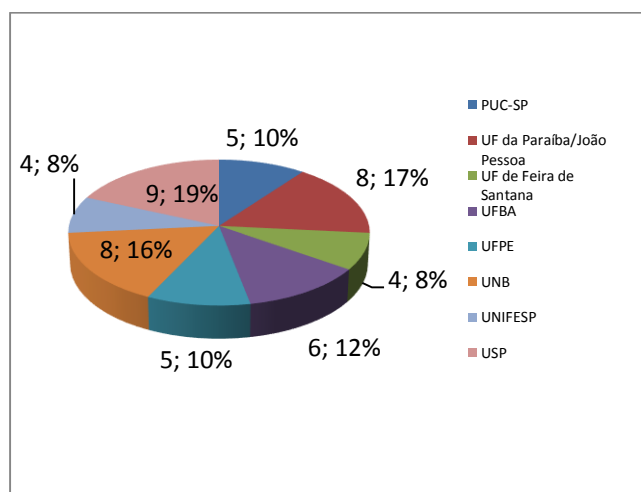
Fonte: Banco de Teses da Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

De modo geral, percebemos que a maioria das produções localiza-se no mestrado, sendo que no nível de doutorado a temática volta a apresentar crescimento.

Ainda notamos que a preocupação acadêmica com o tema apresentou uma linha crescente de 2008 a 2011 e passou a declinar em 2012. Contudo, ao compararmos esse fato com os dados do levantamento anterior referente aos anos de 1996 – 2007 (FALEIROS, 2010), os resultados tornam-se mais expressivos, pois, em um período de onze anos, o conjunto de trabalhos totalizava 127 estudos, no mesmo banco de teses, enquanto somente nos últimos cinco anos (2008 - 2012) alcançou o total de 118 estudos registrados, o que significa, em média, 23,6 trabalhos produzidos ao ano, sendo o período de maior concentração o ano de 2011. O aumento nas pesquisas pode ser resultado da mobilização do próprio Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, aprovado em 2007, por dois motivos principais: o primeiro, porque os trabalhos de

orientação e canais de denúncia aumentaram a capilaridade e a visibilidade dos casos, trazendo à tona alguma expressão quantitativa e, o segundo, por conta do incentivo à pesquisa, descrito no próprio documento.

Gráfico 2 – Quantidade de Estudos sobre a temática por Instituição de Ensino Superior (2008 a 2012).



Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

Localizamos 53 Instituições de Ensino Superior que publicaram pesquisas a respeito da temática desse levantamento. Boa parte delas apresenta de um a três trabalhos no decorrer de cinco anos. Para efeito de melhor visualização, apresentamos no gráfico apenas aquelas que produziram ao menos 04 trabalhos entre os anos de 2008 a 2012.

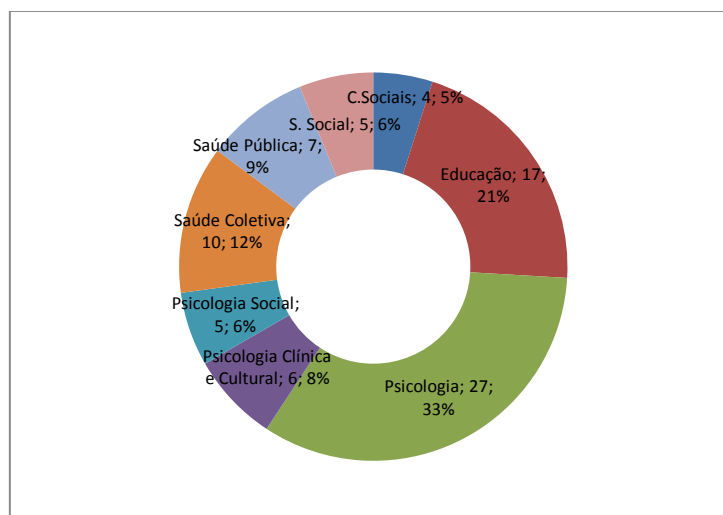
As produções estão distribuídas em todo território nacional, o que parece evidenciar também a extensão do próprio fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

A universidade que mais publicou sobre a temática, inclusive sobre o abuso sexual, foi a USP – Universidade de São Paulo, com um total de 09 (nove) trabalhos ou 12% da produção. Em seguida temos um empate entre a UNB – Universidade de Brasília e a UFPA – Universidade Federal da Paraíba, ambas com 08 (oito) trabalhos.

Os cursos/área de pós-graduação que pesquisam o tema também se encontram pulverizados em diferentes cursos de todo o país. Alguns, inclusive, com

pouca expressividade quantitativa comparada ao universo acadêmico, conforme poderemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Quantidade de Estudos Realizados x Área de Pesquisa (quantidade e porcentagem)



Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

Assim como nas IES – Instituições de Ensino Superior, destacamos aqui somente as áreas/cursos que apresentam um mínimo de quatro produções nos últimos cinco anos.

Com relação à diversidade dos cursos é possível refletir de diferentes modos, pois, se por um lado ainda há pouca produção sobre um tema deveras relevante, por outro, podemos destacar certo movimento de “despertar” que se materializa na produção em diferentes cursos, já que nos dados completos constam cursos como de odontologia, enfermagem, recursos humanos etc., o que parece demonstrar a preocupação com este determinado aspecto da violação de direitos da criança e do adolescente nas mais distintas áreas do conhecimento.

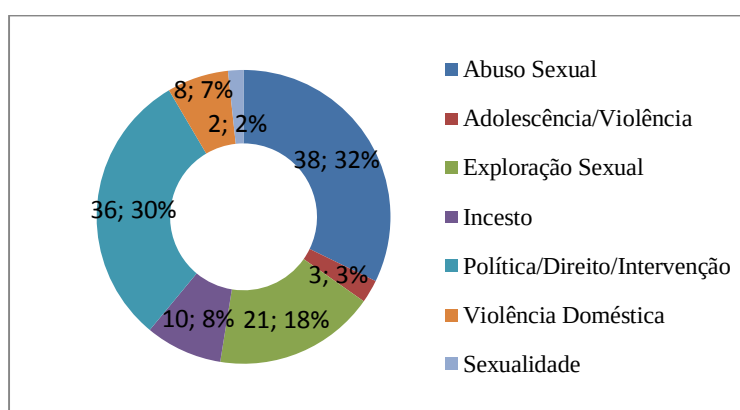
A psicologia produz significativamente sobre o tema; a partir de suas diferentes especializações, perfaz-se um total de 47% das produções centradas na área. Os trabalhos pesquisam as mais diferenciadas nuances entre conteúdo interno e realidade concreta da Violência Sexual, seja no papel de vítima, agressor, família, profissional e/ou sociedade.

Em seguida, encontramos a educação com 17% da produção. Boa parte dos trabalhos apontam preocupações pedagógicas, bem como possibilidades de trabalho com o fenômeno no espaço escolar, seja na identificação e notificação da violência, seja no desenvolvimento de trabalho da criança em situação de violência. Há o destaque de que é na educação que se situam, expressivamente, as pesquisas sobre a prevenção deste tipo de violência.

Dentre outros, o serviço social, nos últimos cinco anos, foi responsável por apenas 5% das produções registradas no Banco de Teses da Capes, referentes à temática, de acordo com o período de busca e filtro utilizado. Parece apresentar pouca expressão quando consideramos a intervenção direta dos profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que atuam, seja no CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, serviços de acolhimento, área jurídica, docência etc., em que inevitavelmente possuem contato com esse tipo de demanda.

Já sobre as temáticas dos estudos desenvolvidos, organizamos os dados a partir da mesma classificação realizada por Faleiros (2010), substituindo apenas o termo “Delinquência” por “Adolescência/Violência”, que a nosso ver abarcam com maior amplitude as questões encontradas no presente.

Gráfico 4 - Representação por temáticas de estudos publicados



Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

O Abuso Sexual aparece com 38 trabalhos (32%) das produções realizadas, a Política/Direito/Intervenção com 36 trabalhos (30%), a exploração sexual também

apresenta presença significativa nas produções, totalizando 21 estudos (18%). A partir daí, temos respectivamente o Incesto (8%), a Violência Doméstica (7%), Adolescência/Violência (3%) e Sexualidade (2%).

Podemos compreender a partir dos resultados que entender o abuso/violência sexual e construir formas de intervenção junto às pessoas em situação de violência, às famílias e aos agressores, são os temas que mais parecem provocar os pesquisadores até aqui.

A seguir os estudos de cada tema são classificados a partir dos eixos³ estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de 2007,⁴ que são: a) Estudos e Pesquisas, b) Comunicação e Mobilização Social, c) Defesa e Responsabilização, d) Atenção, e) Prevenção e f) Participação e protagonismo.

Esses eixos fazem parte do quadro operativo estratégico do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de 2013 e possuem os seguintes objetivos: Eixo 1. Prevenção: Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa. Eixo 2. Atenção: Garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico racial, gênero, religião, cultura, orientação sexual, etc. Eixo 3. Defesa e Responsabilização: Atualizar o marco normativo sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados. Eixo 4. Participação e Protagonismo – Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção. Eixo 5. Comunicação e Mobilização Social – Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.. Eixo 6. Estudos e pesquisas – Conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, estudos e pesquisas.

⁴ Ver Plano Nacional de Enfrentamento contra a violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013.

Tabela 2 - Tema Abuso Sexual classificado por Eixos

Eixos	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	7	18,42
Estudos e Pesquisas	13	34,21
Atenção	10	26,32
Comunicação e Mobilização Social	6	15,79
Prevenção	2	5,26
Participação e protagonismo	-	-
Total	38	100,00

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

A partir do tema “Abuso Sexual”, o primeiro destaque é o eixo “Estudos e Pesquisas”, com 34,21% do total dos estudos realizados. Em seguida, “Atenção” com 26; 32% das produções. Respectivamente temos a “Comunicação e Mobilização Social” (15,79%) e Prevenção (5,26%). Nenhum trabalho foi localizado no eixo “Participação e protagonismo”.

A maior quantidade dos trabalhos no eixo **Estudos e Pesquisas** se propõem a, além de trabalhar conceitualmente o tema do abuso sexual, também realizar diagnósticos das diferentes situações que temos em todo o território nacional.

Desse modo, ao analisar o processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no estado do Amazonas (1999 – 2006), Fernandes (2008), da área de Política Social, analisa a questão da violência sexual como pauta da agenda pública e como sua implementação pela rede de proteção.

Essa autora realiza entrevistas com atores da rede de garantia de direitos das esferas municipais e estaduais, além de pesquisa documental em atas, relatórios, anais de conferências e jornais. Analisa os dados por meio da hermenêutica e processo de interpretação. Mostra como desfecho de seu trabalho que *“A formulação de programas e ações nesta área segue as diretrizes oriundas do governo federal e aponta uma restrita participação da esfera local em programas como o PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Portanto, há um paradoxo entre o discurso de participação da sociedade civil e o de descentralização nas três esferas de governo*

– o que pressupõe articulação entre governo e sociedade civil em todos os níveis – e a concretização deste processo na realidade local, que tem apontado uma dependência do governo federal”.

Ainda, constata a não formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e a desarticulação entre órgãos e entidades do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Já no eixo “**Atenção**”, o trabalho fundamentado na fenomenologia, a partir dos pensamentos do filósofo Maurice Merleau-Ponty, realizada por Assunção (2011), da área da Educação, elabora uma pesquisa qualitativa e investiga os significados do abuso e violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes do sexo masculino, por meio de narrativas. Para Assunção (2011), *“a construção identitária depende das formas como cada um as concebe e de suas experiências vividas. Cada um se constrói, a partir de si mesmo, com o outro e com mundo, numa tríplice relação existencial”*.

No eixo “**Defesa e Responsabilização**”, Ramos (2010), da área de psicologia, questiona a atuação repressiva e punitiva do direito penal brasileiro e sua relação nos três eixos do Sistema de Garantia de Direitos – promoção, defesa e controle.

Pretende compreender a atuação do Sistema de Garantia de Direitos, desde a denúncia do caso até a sentença proferida pelo juiz. Para tanto, parte de três processos concluídos de crianças que supostamente sofreram violência sexual. Afirma que *“Na realidade, a pesquisa revela que a ênfase nos princípios do direito penal toma a cena em sentido contrário ao dos cuidados necessários no atendimento a um sujeito em desenvolvimento e de sua família, colocando repetidamente a mãe no lugar de negligente. E o abuso, considerado no início dos processos como procedente, acaba desaparecendo no final”*.

No eixo “**Comunicação e Mobilização Social**”, Moura (2008), da área de comunicação, realiza um estudo de caso do Concurso Tim Lopes, para compreender os modelos e procedimentos que corroboram a promoção de agendamento de temas sociais na mídia, em especial a temática da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A escola é evidenciada no eixo “**Prevenção**”, por meio do trabalho de Santos (2011), da área da educação. Ao considerar a escola um lócus privilegiado de prevenção e identificação da violência sexual, questiona sua omissão nos

processos de notificação e denúncia. Entende que parte da dificuldade para tanto reside no despreparo dos professores com relação à problemática. Assim, verifica o conhecimento de alunos dos penúltimos anos dos cursos de licenciatura da FCT/UNESP sobre o tema violência sexual contra crianças e adolescentes e aplica um programa de intervenção junto a eles, para fortalecer a formação profissional sobre a temática. Como resultado registra uma mudança de postura, mais do que conhecimento. *“Os resultados demonstraram que estes alunos tinham algum conhecimento sobre a violência sexual, embora algumas concepções apresentadas não estivessem de acordo com os estudos da área (...) A análise do desempenho dos estudantes mostrou que aconteceram mudanças do momento pré-intervenção para o momento pós-intervenção. Essas mudanças ocorridas foram em torno dos discursos sobre as atitudes, mais do que em torno dos saberes dos participantes”.*

Sobre o tema da **Violência Doméstica**, encontramos ao todo oito trabalhos classificados nos eixos de Estudos e Pesquisas (50%) e Atenção (50%).

Tabela 3 - Violência Doméstica por Eixo

Violência Doméstica	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	-	-
Estudos e Pesquisas	4	50%
Atenção	4	50%
Comunicação e Mobilização Social	-	-
Prevenção	-	-
Participação e protagonismo	-	-
Total	8	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

No eixo **“Atenção”**, Souza (2008), da área da psicologia, elabora a análise das narrativas de conselheiros tutelares de Recife/PE sobre a violência sexual. Trabalha com relatos de vida a partir dos pensamentos de Daniel Bertaux, por meio de entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Seus resultados apontam *“sentimentos de desamparo e falta de conhecimento sobre questões relativas ao desenvolvimento sexual, como também sobre as concepções de infância e adolescência, que contribuem para o aumento das dificuldades nos encaminhamentos dos casos de abuso sexual infantil”.*

Ainda nesse mesmo eixo, as marcas de gênero deixadas na identidade de mulheres que silenciam a violência sexual contra seus filhos (as) são analisadas por Silva (2009), da área de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Reflete sobre o julgamento social que sofrem, a despeito da natureza androcêntrica da maioria das instituições de atendimento.

A ausência do cuidado necessário – emocional e físico - “suficientemente bom,” é o objeto de pesquisa contido no eixo **“Estudos e Pesquisas”**, em que Miura (2012), da área de psicologia clínica, aponta para falhas no processo de amadurecimento pessoal nas vítimas de violência intrafamiliar.

Respalhada nos pensamentos de Winnicott, realiza uma investigação comparativa do processo de intervenção adotado pelos serviços de Arujá/Brasil e Coimbra/Portugal, no atendimento dos casos de pessoas que vivenciaram situações de violência intrafamiliar. Concomitantemente, analisa o processo de constituição psíquica dessas pessoas com base na teoria winnicottiana.

Como condição para a cessação do ciclo da violência, a autora aponta para a chamada ação terapêutica dos serviços, afirmando: *“a ação terapêutica dos serviços deve focar o processo de amadurecimento do indivíduo e não somente o sintoma apresentado por ele num determinado momento de sua vida. Atuar de maneira ética e terapêutica é muito mais do que eliminar momentaneamente a violência intrafamiliar definida sociologicamente; é proporcionar condições suficientemente boas para que as pessoas que tiveram seu processo de amadurecimento interrompido possam, então, continuar-a-ser”*.

Tabela 4 - Exploração Sexual por Eixo

Exploração Sexual	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	3	14,29
Estudos e Pesquisas	8	38,10
Atenção	7	33,33
Comunicação e Mobilização Social	2	9,52
Prevenção	1	4,76
Participação e protagonismo	-	-
Total	21	100,00

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

As demandas subjetivas relacionadas ao uso do corpo de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual são questões estudadas por Silva (2009), da área da psicologia social, no eixo **“Estudos e Pesquisas.”** Seu campo de pesquisa é a cidade de João Pessoa, onde elabora seu estudo a partir da psicologia sócio-histórica e do estruturalismo de Foucault.

Para Silva (2009), as categorias subjetividade, corpo, infância e adolescência são construções sociais e *“A construção da subjetividade dessas meninas, através do uso do corpo na exploração sexual comercial, não tem causa única, mas está atrelada a diversas causas, tendo a necessidade de sobrevivência como fator que se faz presente em todas as categorias, aliado à violência, estrutural, social, sexual, física, psicológica, sendo assim levada a entrar na ESCCA, influenciada pelos vários fatores e violências, tendo que adequar o corpo às demandas exigidas pelos clientes/exploradores, que abusam de um corpo, que foi violado e negado o direito a ter direito”.*

No eixo **“Atenção”**, Silva (2012), da área da educação, pesquisa uma experiência de educação não-formal em Campinas, na organização não governamental CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular, no atendimento de projeto que auxilia crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Trabalha com a representação social e os processos educativos do cotidiano, além de entrevistas com adolescentes e profissionais do projeto.

O relacionamento de jovens por meio da tecnologia e internet e sua capacidade de articulação em rede é investigado para a construção de práticas educativas de enfrentamento da violência sexual, no estudo de Fávero (2009), da área da educação. No eixo **“Comunicação e Mobilização Social”**, a pesquisa possui orientação fenomenológica e realiza grupos focais para coleta de dados.

Conclui que *“As transformações tecnológicas geram mudanças ocasionadas principalmente pelas modificações nas relações e, a Internet serve aos jovens, tanto cotidianamente para usos de pesquisa e lazer, quanto como recurso para se iniciar, manter ou aprofundar relações pelos recursos da própria Rede. Algumas possibilidades são: investir na criação de redes de apoio e cooperação entre esses jovens, comunidades virtuais mediadas pelos docentes e pelos próprios jovens, local para discussão de temáticas específicas levantadas pelos jovens em listas de discussões ou sites de relacionamentos, entre outros recursos nos quais a*

metodologia de utilização seja construída junto aos jovens em suas atribuições de sentidos”.

No eixo **“Defesa e Responsabilização”**, o trabalho de Costa (2010), da área de ciências jurídicas, investiga a efetividade da doutrina de proteção integral no combate à violência contra a criança e o adolescente como instrumento de defesa. Objetiva a inclusão de novas perspectivas educacionais existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Reflete que *“os dispositivos legais internacionais e o ordenamento jurídico brasileiro, considerando a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei de Educação Ambiental, ambas de 1996, dentre outros; convergem no ideal da proteção integral da criança e do adolescente, bem como na iminente necessidade da sua efetividade, principalmente no que se refere ao amparo legal de combate à violência.*

Nesta concepção, associam-se os ideais do direito da criança e do adolescente, na compreensão de responsabilidade mútua social, com as novas perspectivas educacionais encontradas nas medidas preventivas e de defesa do interesse das crianças e adolescentes vitimizados”.

Finalmente, no eixo **“Prevenção”**, encontramos o estudo de Silva (2010), da área da educação, que pesquisa possibilidades de intervenção da educação e do trabalho no enfrentamento da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Analisa o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto- Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) e a importância da educação e da profissionalização do enfrentamento da ESCCA – exploração sexual e comercial contra crianças e adolescentes. Constata que a educação *“não (se) cumpre de maneira favorável, pois não propicia uma formação autônoma dos indivíduos e não dissemina novas significações imaginárias sociais, para que essas entrem em vigor e permitam o enfrentamento à ESCCA”*. Com relação ao trabalho *“não existem ações efetivas de geração de renda para crianças e adolescentes em situação de prostituição, o que faz com que esses permaneçam nessa atividade”*. E no que se refere ao PAIR, *“percebemos que o programa não atinge seus objetivos, pois para alcançar êxito, necessita do comprometimento das classes dirigentes e da sociedade para efetivação das ações, o que não é permitido pela crise das significações imaginárias sociais e as características da época do conformismo generalizado, onde existe a predominância da heteronomia”*.

A partir do tema “**Incesto**”, classificamos 50% das produções no eixo **Análise das Produções**, outros 30% no eixo **Atenção**, seguidos respectivamente por **Defesa e Responsabilização** e **Comunicação e Mobilização Social**, ambos com 10% das produções.

Tabela 5 - Incesto por Eixo

Incesto	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	1	10
Estudos e Pesquisas	5	50
Atenção	3	30
Comunicação e Mobilização Social	1	10
Prevenção	-	-
Participação e protagonismo	-	-
Total	10	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

No eixo “**Estudos e Pesquisas**”, em que se localizam a maioria dos trabalhos, o estudo de Carvalho (2011), da área de psicologia, discute as expectativas afetivo-sexuais de adolescentes com vivências de incesto, visando analisar as dificuldades que encontram para esse tipo de relacionamento. Realiza pesquisa qualitativa e documental e apresenta a necessidade de “*repensar formas de ação que não prejudiquem ainda mais crianças e adolescentes que já passaram por tantas situações de violência, assim como promover o seu desenvolvimento biopsicossocial e sexual*”.

No eixo “**Defesa e Responsabilização**”, Pincolini (2010), da área da psicologia, realiza pesquisa empírica a partir de quatro casos de denúncias e sentenças judiciais. No primeiro caso, caracteriza e compara autores de abuso - adolescentes e adultos. No segundo, analisa a satisfação com o processo judicial e as concepções de justiça de doze responsáveis, apontando o modelo punitivo do Estado. No terceiro, estuda a dinâmica familiar, a descoberta/revelação do abuso por cinco mães, “*revelou famílias de características patriarcais, com violência sexual acompanhada de violência doméstica*”. O quarto estudo investigou o bem-estar de vítimas, irmãos e responsáveis em 10 famílias, revelando que crianças/adolescentes

apresentam maiores níveis de bem-estar em famílias monoparentais e cuja sentença no processo judicial foi absolutória.

No eixo “**Atenção**”, Minchoni (2010), da área da psicologia, investiga a constituição do processo de identidade de crianças vítimas de abuso sexual. Caracteriza as relações entre criança e abusador, anteriores e posteriores ao abuso, identifica imagens que os sujeitos vítimas de abuso têm de si e identifica as características da relação do sujeito com o próprio corpo.

Realiza a pesquisa por meio de técnicas lúdicas nos atendimentos no CREAS, com seis meninas. Conclui que *“as crianças, sujeitos da pesquisa, possuem uma imagem de si, de seu corpo, deteriorada, informação condizente com os estudos na área de violência sexual em crianças e adolescentes. Por outro lado, foram identificadas, também, referências a si com conotação positiva nos casos em que aludiam ao seu jeito de ser, o que se configura como importante para o desenvolvimento dos sujeitos”*.

No eixo “**Comunicação e Mobilização Social**”, Vasconcelos (2009), da área de psicologia social, reflete sobre os avanços nas redes de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, problematiza os desafios e pesquisa o cenário do município de São José dos Campos. A partir do projeto de articulação e formação de Rede de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, reflete sobre a mobilização social, políticas públicas e o SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Conclui que *“embora tenham acontecido avanços importantes e significativos, há ainda grande dificuldade na rede de São José dos Campos para atender integralmente às situações de violências contra crianças e adolescentes. Essas dificuldades não estão relacionadas apenas aos fatores específicos desse município, mas à própria complexidade do tema tratado, que ainda desafia profissionais em todo o mundo”*.

No tema “**Política/Direito/Intervenção**”, encontramos a maioria dos estudos situados no eixo **Estudos e Pesquisas** (38,89%), seguido do eixo **Atenção** (27,78%), **Defesa e Responsabilização** (16,67%), **Comunicação e Mobilização Social** (11%) e **Prevenção** (2%).

Tabela 6 - Política/Direito/Intervenção por Eixo

Política/Direito/Intervenção	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	6	16,67
Estudos e Pesquisas	14	38,89
Atenção	10	27,78
Comunicação e Mobilização Social	4	11,11
Prevenção	2	5,56
Participação e protagonismo	-	-
Total	36	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

No eixo “**Estudos e Pesquisas**”, Sousa (2011), da área da saúde coletiva, analisa as incidências da vitimização de crianças e adolescentes em diferentes períodos, em Feira de Santana – BA. Investiga registros de 2003 e 2009, dos conselhos tutelares e CREAS e verifica um aumento na notificação. Declara que “*A elevação dos coeficientes entre períodos que aponta aumento da vitimização pode sugerir aprimoramento do Sistema de Registro da Rede de Atendimento e Defesa, assim como, participação popular e controle social, em resposta às ações da Rede, face à violência*”.

No eixo “**Defesa e Responsabilização**”, Esber (2008), da área de psicologia, analisa o atendimento e a subjetividade de três autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, encarcerados em Goiânia. Desenvolve pesquisa qualitativa e documental, fundamenta-se em Vigotsky para traçar suas análises, por meio do eixo da violência sofrida e da violência praticada.

Suas conclusões indicam que: “*os três sujeitos foram vítimas de violência sexual em suas infâncias*”, “*os três revelaram plena consciência do caráter maléfico das violências que cometeram, apesar das tentativas de dois deles de minimizar seus efeitos negativos para as vítimas*”, “*todos eles confirmaram ter experienciado sentimentos em relação à violência praticada*”. Sobre os motivos para o cometimento das violências “*todos a vincularam à experiência da violência sexual sofrida na infância; para dois deles, os sentidos atribuídos às crianças revelam uma compreensão delas como seres sexuais, beneficiadas de alguma forma pela relação sexual praticada; há um consenso do desejo de não mais cometer violência sexual*”. Já sobre os significados da violência praticada “*para um deles, está ligado à necessidade de vingança; para outro, ao desejo sexual experienciado por*

adolescentes; para o último, à figura da criança sedutora. (...) esta pesquisa possibilita elencar algumas questões consideradas essenciais: a necessidade de responsabilização legal pelas violências cometidas e a importância do atendimento psicoterapêutico para a prevenção de futuras reincidências”.

No eixo “**Comunicação e Mobilização Social**”, Miyahara (2011), da área da psicologia, “Destaca como discussões preliminares os processos culturais e históricos na construção da noção de abuso sexual intrafamiliar e a política nacional que institui as diretrizes de enfrentamento”. Trabalha com o psicodrama em três oficinas com profissionais da rede de atendimento. Enfatiza “o potencial criativo dos trabalhadores da área que, ancorados no laço grupal, podem avançar em direção a uma visão e postura mais positivadas de seu fazer profissional”.

No eixo “**Atenção**”, Andrade (2011), da área do serviço social, pesquisa adolescentes atendidas no CREAS, em João Pessoa. Investiga os abusos sexuais intra e extrafamiliares, a revelação do pacto de silêncio, “evidenciado neste tipo de situação de violência, que se mantém por meio de ameaças veladas, sedução lenta e progressiva e de uma comunicação bem particular”. Utiliza-se de metodologia crítico-dialética e reflete, em seu recorte, sobre a prevalência de dados de violência sexual ocorrer com mulheres e meninas. Destaca, entre outros, o apoio para a revelação e a busca pelo atendimento.

No eixo “**Prevenção**”, Silva (2010), da área de enfermagem, realiza a pesquisa sobre a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no olhar de membros do Poder Judiciário de Recife. Objetiva compreender representações sociais deles no que se refere à prevenção.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com referenciais teóricos de perspectiva cultural, em que realiza a observação participante, entrevistas com 17 membros, incluindo juiz, assessor, componentes da equipe interprofissional e das equipes de secretaria e grupo focal. Finaliza afirmando que “O conceito de prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes precisa ser ampliado para além da prevenção meramente do crime. A abordagem do problema, no nível da prevenção, requer a incorporação de um novo paradigma para o Poder Judiciário e da criação de uma cultura penal na qual caibam os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta para as crianças e os adolescentes. A construção de um processo de trabalho conjunto voltado para a proteção às crianças e aos adolescentes demanda primeiramente a integração e a articulação interna dos

membros das VCCAs, seguida da articulação com outras instituições da rede de atendimento”.

No tema **Adolescência/Violência**, apenas três trabalhos foram localizados, situados nos eixos “**Defesa e Responsabilização**” (33,33%) e **Atenção** (66,67%).

Tabela 7 - Adolescência/Violência por Eixo

Adolescência / Violência	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	1	33,33
Estudos e Pesquisas	-	-
Atenção	2	66,67
Comunicação Mobilização Social	-	-
Prevenção	-	-
Participação e protagonismo	-	-
Total	3	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

No eixo “**Atenção**”, França (2011), da área de políticas públicas, tem como objeto de pesquisa as diversas violações contra crianças e adolescentes: trabalho infantil/mendicância, situação de rua, abuso e exploração sexual, violência intra e extra familiar e o acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no período 2007-2010, atendidas no CREAS de Teresina. Utiliza-se de observação participante, entrevista semiestruturada e análise de processos.

Apresenta como resultados da pesquisa “*os desafios da concretização dos direitos humanos de crianças e adolescentes frente às desigualdades e exclusões geradas pelo sistema capitalista, sendo que a análise do atendimento do CREAS, expressa um distanciamento entre a realidade material e os conteúdos de articulação, integração, rede, sistema, intersectorialidade e matricialidade sociofamiliar presentes nas diretrizes do ECA (1990) e SUAS (2005), demonstrando que a efetivação de direitos humanos infanto-juvenis requer um enfrentamento da questão social em sua universalidade, por meio da alteração nas relações de poder, desenvolvimento de ações coletivas, organização de redes, e, principalmente, efetividade e intersectorialidade das políticas sociais*”.

No mesmo eixo, Schreiner (2008), da área de serviço social, analisa as relações de gênero/poder inseridas no processo de responsabilização das meninas, no fenômeno do abuso sexual. Realiza pesquisa exploratória com base qualitativa, levantamento bibliográfico, entrevistas não estruturadas com educadores e técnicos de dois programas de proteção às crianças e adolescentes cujos direitos encontram-se violados ou gravemente ameaçados, de Blumenau – SC. *“Os resultados da pesquisa revelam (...) que nas relações de gênero na dinâmica da família abusiva, reproduzem-se relações de dominação e subordinação com uma frequente naturalização da subordinação das mulheres. (...) Mais do que a satisfação do desejo sexual, o abuso é um ato de violência e desejo de dominação. As relações de gênero desenvolvidas nas famílias abusivas contribuem para a (re)vitimização de meninas que sofrem abuso sexual, através de sua responsabilização, ou seja, o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente não é capaz de proteger as meninas vítimas de abuso sexual, da imputação de responsabilidade pelo abuso sofrido. (...) ainda a frequente responsabilização das mães/madrastas pela violência sexual praticada, independente do seu grau de envolvimento, ensejando a culpabilização da figura feminina (...) Por fim, concluímos que ao reconhecer a responsabilização da menina pelo abuso sexual sofrido como uma violência de gênero, decorrente da naturalização da subordinação da mulher na dinâmica familiar, se poderá fundamentar a elaboração de intervenções que ensejem o seu enfrentamento de forma articulada e exitosa”.*

No eixo **“Defesa e Responsabilização”**, Silva (2009), da área do direito, analisa a eficácia social das normas constitucionais e infralegais que protegem as crianças e os adolescentes contra qualquer tipo de violência sexual, em Maceió. Discute os resultados e elabora propostas de enfrentamento da problemática.

Sobre o tema **sexualidade** encontramos dois trabalhos, classificados nos eixos **Estudos e Pesquisas** e **Atenção**.

Tabela 8 - Sexualidade por Eixo

Sexualidade	Quantidade	%
Defesa e Responsabilização	-	-
Estudos e Pesquisas	1	50
Atenção	1	50
Comunicação e Mobilização Social	-	-
Prevenção	-	-
Participação e protagonismo	-	-
Total	2	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

No eixo “**Atenção**”, Costa (2012), da área de psicologia clínica e cultura, pesquisa a sexualidade de adolescentes que cometeram abuso sexual intrafamiliar. Tem os objetivos de investigar “como ocorre a expressão da sexualidade dos adolescentes pesquisados em família, elucidar como os adolescentes pesquisados aprenderam sobre o tema no contexto familiar, quais são os discursos familiares sobre sexualidade, e como a família, ao longo de gerações, expressa a sua sexualidade”.

A pesquisa é qualitativa com aporte teórico sistêmico e é realizada no contexto de um centro de atendimento de saúde pública – Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP). Participam cinco famílias com adolescentes que cometeram a infração e foram encaminhados pela rede. O método construtivo interpretativo de Gonzáles Rey é utilizado com técnicas de entrevista semiestruturada, jogo dramático, construção de material gráfico, genogramas e complementação de frases.

Finaliza seu estudo declarando: *“Conclui-se que a estrutura familiar, a violência como recurso pedagógico e os discursos familiares sobre sexualidade representam alguns dos tijolos de uma construção de uma expressão sexualmente ofensiva. Contudo, frisa-se que os resultados identificados não representam fatores únicos de determinação, e que há fatores de outras naturezas envolvidos nesse processo. E por fim, apresenta-se os benefícios, os limites e os desafios do procedimento de Grupos Multifamiliares adaptados para o público em questão e sugestões de futuras pesquisas”*.

No eixo “**Estudos e Pesquisas**”, Oliveira (2009), da área de ciências, pesquisa o abuso sexual de meninos no Brasil, a partir dos danos psíquicos e

sexuais possíveis em vítimas de abuso, com a finalidade de “embasar as propostas terapêuticas e para a prevenção dos possíveis riscos de disfunções e transtornos da sexualidade, incluindo o risco de que a vítima passe a assumir o papel de agressor”. Realiza uma pesquisa exploratória no Programa de Psiquiatria Forense do IPq-HC-FMUSP e Fundação Casa, para adolescentes em medida socioeducativa e aponta que a *“História de abuso sexual em meninos pode ser um dos fatores de risco para posteriores déficits de acessibilidade da memória e pode estar associado com a repetição e a gravidade do comportamento sexualmente agressivo na adolescência”*.

Tabela 9 - Síntese das Temáticas por Eixo

	Abuso/V. Sexual	V. D.	E. Sexual	Incesto	Pol/Dir./Interv,	Adol./Violência	Sexualidade	Total	%
Defesa e Responsabilização	7	0	3	1	6	0	0	17	14
Estudos e Pesquisas	13	4	8	5	14	0	1	45	38
Atenção	10	4	7	3	10	2	1	37	31
Comunicação e Mobilização Social	6	0	2	1	4	1	0	14	11
Prevenção	2	0	1	0	2	0	0	5	4
Participação e protagonismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	38	8	21	10	36	3	2	118	100

Fonte: Banco de Teses Capes, acesso em 27 de maio de 2013.

Do total dos 118 resumos pesquisados, independente da temática específica escolhida no universo da violência sexual contra a criança e o adolescente, a maior parte foi classificada no eixo “Estudos e Pesquisas”, com 38% do material. Talvez esse resultado possa remeter a um momento histórico em que a academia procura não somente compreender conceitualmente como diagnosticar esse tipo de violência. Para, além disso, vemos que a (re) organização da política de atendimento para a criança e adolescente pós – ECA, embora tenha tido avanços, não se mostra com o status necessário, provocando a realização de pesquisas ainda com foco nos diagnósticos iniciais.

Em seguida, com um valor muito próximo ao primeiro eixo, encontramos a “Atenção”, com 31%, apontando para as questões cotidianas relacionadas, especialmente, às lacunas e dificuldades na concretização do atendimento às

crianças e famílias vitimizadas e também ao autor de violência, o que pode indicar a curiosidade relacionada à efetividade da política e sua qualidade.

A “Defesa e Responsabilização” possui 17 trabalhos, o que equivale a 14% dos trabalhos, que estudam a efetividade da proteção integral e sua inter-relação com o Sistema de Garantia de Direitos, sobretudo no espaço jurídico. Além disso, as pesquisas também evidenciam a preocupação acadêmica com a responsabilização, atendimento e acompanhamento adequado ao autor de violência.

O levantamento parece demonstrar que ainda estamos fincados em uma necessidade de consubstanciar a estrutura de atenção como um todo, e os esforços se têm localizado nas vítimas. Contudo, o não atendimento adequado ao agressor e a devida proteção às vítimas pode apenas adiar o ciclo da violência.

Os estudos também revelam a importância da “Comunicação e Mobilização Social”, que constitui 11% do levantamento. Indicam a necessidade de que tanto a sociedade civil, quanto o Poder Público em suas diferentes esferas, assumam a violência sexual e a posicionem como questão de política pública.

A “Prevenção” ainda é um eixo com pouca expressão de modo geral, representando apenas 4% do universo geral. Por outro lado, indica também que não está completamente esquecida e apresenta um ótimo “lócus” de pesquisa.

Já o eixo “Participação e protagonismo” não apresentou nenhum trabalho. Esses dados parecem possibilitar distintas interpretações, porém, se entendermos o Protagonismo Juvenil em suas raízes, encontraremos seu significado no “lutador principal”, protagonista (OLIVEIRA; OLIVEIRA; GOSUEN, 2006). Em tempos de 23 anos do ECA, não conseguimos localizar pesquisas em que essa população seja investigada em uma situação na qual não somente o pesquisador, mas a sociedade a encare como protagonista⁵. Ou seja, em que lugar/de que modo crianças, adolescentes e jovens estão sendo protagonistas? A partir da resposta dessa questão, talvez alcancemos pesquisas sobre ela.

O resultado do trabalho por eixos se repete no que toca à posição deles quando comparado ao levantamento realizado por Faleiros (2010), o que parece indicar que continuamos com as mesmas preocupações científicas.

⁵ Adolescentes e Jovens podem protagonizar projetos dentro da Comunidade em que tenham sido vítimas a fim de superar essa situação. Orientação da Cúpula Internacional realizada no Canadá em março de 1998, possuía o título “Para sair das Sombras”. (FUZIWARA, FÁVERO, 2011)

Com relação às temáticas, observa-se que o abuso/violência sexual destacou-se entre todos, com 38 trabalhos, o que equivale a 32%. No levantamento anterior, revelou-se em 40% das produções.

Em seguida temos Política/Direito/Intervenção, com 36 trabalhos, ou seja, 31% do total das produções. Embora ocupe a mesma posição do levantamento anterior, aumentou seu percentual, 24,41%.

Já a exploração sexual, posicionada em terceiro lugar, por ordem de quantidade de trabalhos, alcança 21 trabalhos, ou 18% do total. Anteriormente tínhamos 11, 81% dos estudos, o que indica um crescimento significativo da temática.

O incesto é o quarto tema mais pesquisado, com 10 trabalhos realizados, totalizando 8% da produção. Também revela um aumento no interesse dos pesquisadores, pois antes (FALEIROS, 2010), apresentou 3,15% das produções.

A Violência Doméstica constitui 8 trabalhos realizados, representando 7% do total, enquanto no levantamento anterior obteve 11, 81% dos trabalhos.

Sobre a adolescência/violência foram produzidos 3 trabalhos, 3% da produção, e sobre a sexualidade, 2 trabalhos, representando 2% da produção.

A maior parte dos trabalhos construiu pesquisa qualitativa, com técnicas de análises documentais e entrevistas e com diferentes sujeitos, seja a criança/adolescente em situação de violência, sua família, o autor de abuso e/ou profissionais da rede de atendimento.

A necessidade da articulação de todos os poderes em conjunto com a sociedade civil parece destacar-se em todos eles, evidenciando sua efetividade no cotidiano das famílias, pois a questão da violência sexual se oculta em uma determinada intimidade e segredo (na maioria das vezes). Contudo, ratifica sua multicausalidade constituindo-se em uma construção histórica, social, econômica e cultural, o que aponta para seu aspecto público e de responsabilidade política da sociedade e do Poder Público.

Em comparação com o levantamento anterior (FALEIROS, 2010), observamos que houve uma modificação expressiva na produção do serviço social sobre o tema. Naquele momento possuía 19,69% dos trabalhos, liderando as produções, seguido da psicologia, que apresentava 16,54% delas. Atualmente, o serviço social apresenta 5% das produções.

Talvez a preocupação mais voltada às questões estruturais da sociedade distancie as pesquisas do serviço social de problemas específicos do atendimento cotidiano, sobretudo daqueles que exijam contatos mais profundos com os conteúdos internos dos usuários, como é o caso do atendimento às vítimas e autores de violência/abuso sexual.

Contudo, enquanto o serviço social perdeu sua posição de um dos principais pesquisadores da temática, diversas outras áreas despertaram para a necessidade do estudo. Ocorreu uma expansão de interesse, tendo sido encontrados estudos em áreas inéditas, como Tecnologia da Informação, Odontologia, Estudos Interdisciplinares etc.

Esse mapeamento marca a produção acadêmica no período de 2008 a 2012, destacando seus temas, áreas, instituições e classifica-os de acordo com os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

O resultado de 118 trabalhos em cinco anos parece traduzir um indicador positivo no que se refere à preocupação com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Como já destacamos, tivemos, em média, 23,6 trabalhos sendo produzidos ao ano.

Percebemos, por meio desse levantamento, que algumas importantes iniciativas foram implementadas no país, e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil é a principal delas, fazendo refletir e construir as parcerias necessárias para sua concretização, sejam ações dos movimentos sociais ou do Estado em sua fundamental relação, como quer Faleiros (2010).

Contudo, o gênero masculino em situação de violência parece invisível ou com pouca expressividade, o que não permite afirmar o número real de casos, considerando a subnotificação. Nesse sentido, o próximo capítulo busca construir e esclarecer algumas relações entre gênero, masculinidade e violência. Nossa pergunta se apresenta: onde estão os meninos abusados?

CAPÍTULO II - MACHO, SIM SENHOR!

Figura IV



Ilustração: RM

Cabra macho tem no norte, tem no sul, em toda parte: tem macho que é industrial, tem até portaestandarte, tem sujeito importante, tem gente até sem nome. Achar macho é muito fácil: O difícil é achar homem.

(Composição: Guto Graça Melo, Mariozinho Rocha – Manifesto Musical, 1967).

A elaboração deste capítulo possui como objetivo refletir acerca da construção do conceito de masculinidade no Brasil. A principal fonte bibliográfica utilizada foi a obra ‘A História do Homem no Brasil’, organizada por Mary Del Priore e Marcia Amantino (2013), que reúne a pesquisa de diferentes estudiosos da formação do homem nacional em diferentes períodos históricos.

Ser homem – nascer, desenvolver-se, interagir, fazer escolhas, assumir-se e assumir a vida – não é um processo linear; envolve crenças e valores, classe social, espaço e tempo, regras e normas, participação dos diferentes grupos existentes, dentre outras. O que é esperado de um homem - em 2014 - na periferia de São Paulo, em um baile funk no Rio de Janeiro, no sertão nordestino, no pelourinho na Bahia, ou na Academia Brasileira de Letras, certamente possui suas *nuances* significativas. Ora, falamos sobre

Homens cuja masculinidade, longe de ser natural, foi socialmente e historicamente construída. Trata-se de uma história plural na qual a masculinidade não é um dado “natural”, mas variável edificada de acordo com as diferentes temporalidades, áreas geográficas, diferenças de classe, religião, e orientação sexual de cada um. De masculinidade confrontada com os padrões de comportamento e representações do que era, no passado, ou é, no presente. (AMANTINO; PRIORE, 2013, p. 09).

Há uma trama nas relações construídas entre os homens e seus pares, seus (des) afetos. Quando a interlocução se realiza com mulheres, parece haver um entendimento de que a elas reserva-se “sempre” um lugar desprivilegiado, em uma situação de poder social preestabelecida. Contudo, atualmente, vivemos outras faces desse contexto: alguns homens sentem-se na parte inferior da balança. Existem organizações na Europa que lutam diante das injustiças contra homens no momento do divórcio e, nos Estados Unidos, organizações antifeministas são contrárias à emancipação das mulheres e ao prejuízo da visibilidade social masculina (Cf. AMANTINO; PRIORE, 2013).

Por outro lado, vivemos posturas extremas como o isolamento do homem no papel de agressor e, do lado avesso, o isolamento da mulher como ameaça à masculinidade ou como vítima.

De qual homem falamos neste estudo? Daqueles de quem sempre foi cobrada coragem absoluta - pois “bom cabrito não berra” – e para os quais não foram garantidos os direitos e a proteção. Nesse sentido, não se pode universalizar o “homem” como categoria única, pois diversos aspectos os diferenciam. Essas mesmas diferenças impulsionaram a exploração deles, inclusive sobre eles mesmos. *“Não se trata, portanto, de uma história sem tensões, mas de uma história feita no entrelace de conflitos, dominação, subserviência e violência. E também de afetos, coragem, astúcia e negociações”.* (AMANTINO; PRIORE, 2013, p. 10).

É nesse homem que pretendemos focar nosso estudo. Neste capítulo, dirigimos nossa reflexão à trajetória dos homens em diferentes períodos da história do país, bem como às concepções que circunscrevem o entendimento sobre quem é este homem brasileiro, tais como as questões de gênero, masculinidade e sexualidade.

2.1 – Algumas reflexões sobre o homem no Brasil

O Brasil apresenta, em sua história de colonização, um processo histórico marcado pela disputa assimétrica entre índios e portugueses por espaço de existência, que culminou na morte de muitos indígenas e até mesmo na extinção de muitas de suas tribos, com a aculturação e a indevida apropriação das terras por parte dos colonizadores. (Cf. SANTOS, 2006).

Após essa fase já sem motivos para orgulho, o país constrói outra marca que permanece fundida em sua identidade: o tráfico negreiro e a escravidão. A população vinda das diferentes tribos africanas para o solo brasileiro era, em sua maioria, do sexo masculino. O principal motivo para essa diferença pode ser não apenas o preço atribuído às mulheres e aos homens em sua comercialização, mas o valor que a mulher representava para seus povos de origem, pois era entendida como meio para alcançar prestígio, ter filhos e parentescos.

Indicam os estudos que várias masculinidades coexistiam: tanto aquela dos senhores que compravam escravos, quanto as daqueles que os comercializavam, (...) pois, entre os homens existiram diferenças econômicas, de cor e condição que incentivaram a exploração de uns sobre os outros (AMANTINO; PRIORE, 2013, p. 10).

Todas as masculinidades concretizavam sua existência a partir do “lugar social” que possuíam - e recebiam um tom diversificado dentro dos próprios grupos, de acordo com suas subjetividades. Contudo, não se pode deixar de ressaltar o sofrimento vivido, causado pela sociedade hierarquizada e excludente dos períodos da Colônia e do Império. Ela deixou marcas impressas na existência de muitos homens e mulheres, sobretudo nos negros escravos e seus descendentes. A luta pela sobrevivência, as dificuldades na comunicação dentre os próprios escravos oriundos de diversas tribos africanas, a incompreensão da linguagem e da postura de quem os torturava, as ousadas fugas, quilombos e alforrias eram algumas das muitas dificuldades enfrentadas por eles, em todos os dias de suas existências.

Desse modo, não podemos ter o perfil de um “homem brasileiro”. Nesse período tivemos diferentes masculinidades, diferentes escravos, diferentes senhores, diferentes comerciantes, situados naquele tempo histórico e classe social, que se produziam em diferentes pais, maridos, amantes, líderes, serviçais etc.. Este fato repercute no espaço histórico e na formação da sociedade até os dias atuais.

Qual era/é o homem valorizado? Qual era/é o homem desejado? Temido? Respeitado?

De qualquer maneira, a expectativa que se tinha era de que ao homem cabia força e potência. Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a única fraqueza ou fragilidade admitida ao homem ocorria na oportunidade de seu testamento, quando apresentava benefícios aos filhos tidos em relações extraconjugais.

Na época, o desenvolvimento e estímulo à sexualidade e à própria infidelidade eram tomados como características “naturais” do homem. Ou seja, até a aceitação da fragilidade tem a ver com um atributo de virilidade, um filho: mesmo na fraqueza, “se fez forte”.

Entre **Colônia** e **Império** a iniciação sexual dos meninos se realizava, via-de-regra, no limite dos treze anos, o que simbolizava sua transição para o mundo adulto. Freyre afirma que, após essa faixa etária, o menino já era alvo de maledicências.

[...] foi doença por excelência das casas grandes e das senzalas. A que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre as negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos 12 ou aos 13 anos. Porque depois dessa idade já o menino era donzelão. Ridicularizado por não conhecer mulher e levado na troça por não ter marca de sífilis no corpo...(...) (FREYRE, 2000, p. 164).

A masculinidade se expressava pela resistência e força e essa concepção dirigia toda a sociedade. A condução da vida regia-se para comprovar nos mínimos detalhes a “macheza” do sujeito, o que também se refletia na organização das casas e na construção dos móveis.

Os espaços reservados somente ao chefe de família, homem e pai, deveriam transmitir autoridade e nenhum conforto, destinados a um corpo rígido, quase estático e com boa resistência à dor que lhe sobreviesse, o que representava a força e o poder do próprio homem. Já nessa tradição é possível observar que ao homem não se podia oferecer aconchego ou qualquer comodidade, deixando implícito que ele não os necessitava.

O papel fundamental atribuído a todas as mulheres era o poder de seduzir os homens, consideradas como “ninhos de pecado” e provocadoras dos homens, mesmo dos mais fortes. Porém, nem todas as mulheres estavam no mesmo grupo;

existiam aquelas que possuíam a “função” de serem amas de leite. A elas era permitido que andassem com os seios à mostra, afinal, eram entendidos como “instrumentos de lactação”. Já as mulheres brancas deveriam cobrir o corpo e preservar sua imagem, bem como a de seu marido e família.

Masculinidades e feminilidades coexistiam nesse tempo e espaço com variações de credos, classes sociais, sexualidades e relações comunitárias desenvolvidas. Vale lembrar que não havia a chamada “privacidade” como é compreendida nos dias atuais. Desse modo, o acesso à vida do outro era bastante facilitado, inclusive por conta das moradias que permitiam a visão de boa parte da vida em seu interior.

Funcionavam como reguladores das relações sociais – em especial as sexuais – a Igreja e a medicina. A importância da sexualidade para a inter-relação entre os gêneros era aceita apenas para a procriação e reprodução da vida.

É possível identificar uma masculinidade e feminilidade não somente aceita, mas direcionada. Até mesmo ao ato sexual do casal eram delimitados desenhos construídos pela Igreja e pela medicina. A vida sexual de homens e mulheres era motivo de preocupação moral por parte da Igreja e de resultados científicos para a medicina.

Assim, os médicos se ocupavam da limpeza do ato sexual e das previsões e cuidados para que se produzissem filhos fortes e saudáveis. Compreendiam que a ejaculação exigia tamanho esforço do organismo masculino que lhe furtava o que havia de mais precioso na corrente sanguínea. Nesse sentido, era comum indicarem a periodicidade e o tempo de duração do ato sexual do casal. Com essa lógica, o ideal do sexo era que fosse rápido, para que menos pudesse absorver da riqueza masculina.

Para as mulheres, o momento do sexo era crucial para que fosse observado seu grau de honestidade, pudicícia e clareza de que o ato em si possuía apenas o objetivo de procriar e aumentar a honra da família por meio da ampliação da prole.

Portanto, ao homem eram destinadas três tarefas as quais precisava ser capaz de bem realizar e articular: a liberação de espermatozoides, a fecundação e o controle do prazer da parceira. Ora, uma ejaculação potente poderia garantir o aumento do número de membros da família e a comprovação de sua masculinidade; mas, precisava também estar atento para que a esposa não se rendesse às graças do amor e do prazer, preservando-lhe a honra e a honestidade.

Contudo, tamanha repressão e controle também evidenciaram as rotas de fuga. Simultaneamente ao cumprimento de suas funções religiosas de procriação sendo realizadas com máximo cuidado de higiene para o nascimento de filhos saudáveis, era também criado o espaço do prazer. Esse espaço não era permitido ou revelado; permanecia obscuro nos casamentos. Mas havia as traições, os bordéis, as prostitutas que iniciavam os rapazes nas funções que deveriam desempenhar no decorrer da vida.

Priore (2011) afirma que o controle, sobretudo da Igreja Católica, não foi capaz de conter a 'dupla moral do hipócrita' do século XIX; as transgressões ocorriam com frequência e era comum o fato de os homens alimentarem relações com as esposas em casa e amásias fora dela, além de a própria Corte Portuguesa e a Igreja também servirem de palco para as chamadas orgias sexuais.

A paixão era considerada doença que produzia males aos seres humanos. Havia a produção de unguentos, chás e alimentos específicos para seu tratamento.

Paralelamente ao tratamento médico surge a literatura pornográfica masculina, a que se tinha acesso escondido das mulheres (Cf. PRIORE, 2011). Esse tipo de produção ganhou força e mercado no decorrer dos tempos, sendo que, na atualidade, é encontrada em bancas comuns de revistas. Há uma diversa oferta para diferentes públicos, heterossexuais e homossexuais, tanto femininos como masculinos. Contudo, o consumo e o acesso às revistas, em boa parte, ainda ocorre de modo escondido por seus compradores, a partir da compreensão de que seus familiares não concordarão com esse tipo de acesso à sexualidade.

A transição para a **República** indicava muitas mudanças em diferentes cenários: econômico, político e social. Assim, no que tange à masculinidade, haveria permanências e mudanças que se construiriam, questionando "o macho" posto até ali.

A resistência à dor e a macheza comprovada por meio da força ainda eram características existentes no país. A própria criação de estradas de ferro passou a ser questionada pelos homens da época como afronta à masculinidade. Afinal, homens eram fortes e resistiam por horas a fio em seus cavalos pelas estradas, não tinham medo de cansaço ou dos perigos existentes. Às mulheres, sim, poderia trazer algum alívio esse tipo de construção.

Porém, já não se tratava de escolha, as transformações econômicas provocavam modificações na demanda para a produção da masculinidade. O

processo de industrialização precisava de outro tipo de homem. Embora houvesse mudanças em andamento, mantinha-se a responsabilidade, ao homem, de defesa sobre si, das mulheres e das crianças e esse exercício o associava à masculinidade, às armas e à superação dos medos (Cf. SANT'ANNA APUD PRIORE; AMANTINO, 2013).

O que se modifica então? Até aquele momento histórico, se valorizava o homem com traços mais rurais. Mas à medida que a vida se tornava “urbana”, criava-se um modelo de homem letrado, urbanizado e burguês, que se consolidou no Brasil.

As relações sociais urbanas possibilitaram a frequência a espaços sociais diferenciados como *soirées privadas ou cafés e restaurantes considerados modernos* que exigiam, inclusive do homem, uma nova preocupação com sua imagem e apresentação, o que culmina na adesão do gênero *ao dernier cri de la mode*. (Cf. SANT'ANNA APUD PRIORE; AMANTINO, 2013).

Desse modo, a chamada “masculinidade burguesa” configurava-se.

[...] O corpo do burguês citadino aglomerou em torno de si vários “envelopes”, todos eles indiciários de sua posição social e de seus gostos: roupas, calçados, tinturas, remédios e pomadas, além de máquinas e artefatos fabricados para a sua comodidade. (SANT'ANNA APUD PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 248).

Embora as masculinidades coexistissem, suas delimitações se tornavam cada vez mais claras. Para defender a honra ainda existiam emboscadas e navalhadas e os burgueses faziam questão de diferenciar-se dessa tradição. Para eles havia a possibilidade de exibir um luminoso medalhão – independente de seu valor econômico – ou ainda atividades no comércio, nas ciências ou nas finanças.

A autora afirma que dentre tantas oposições entre o rural e o urbano, havia uma interface muito clara desses homens: **o medo de falhar**. Era essa a característica de ambos os campos, inclusive com punições previstas e legitimadas por meio da *“justiça com as próprias mãos”*. Aos pais e aos irmãos eram preconizadas **a defesa da honra, a restrição do desejo e a resistência à dor**.

Na **defesa da própria honra e de sua família** estava o defloramento de moças *‘menores de idade’*, que poderiam ser vingadas pelo pai e pelos irmãos, que eram autorizados pela sociedade a fazê-lo, tirando a vida daquele que “lhes fez mal”. Nesse cenário, os homens corajosos e zelosos por sua família defendiam a honra e

matavam o outro homem. Esse “outro homem”, de algum modo, também era considerado corajoso, pois ousou quebrar as regras, pela paixão ou pelo instinto masculino em preservar a virilidade. Nesse sentido, é possível observar que tanto a subversão quanto a resolução do problema eram assuntos dos homens.

Com relação **à restrição dos desejos**, havia, sobretudo, o controle do menino, que era ameaçado com histórias que remetiam à perda do pênis, nas quais monstros cortavam “*as pirocas dos pescadores mirins*”. (Cf. SANT’ANNA APUD PRIORE; AMANTINO, 2013).

Esse era um ensinamento bastante contraditório da sociedade, pois ao mesmo tempo em que o menino precisava aprender a controlar seus desejos, também precisava tornar-se homem viril e ativo.

Por fim, **a resistência à dor** era ensinada desde cedo, a partir da troca dos dentes dos meninos. As portas – muitas ainda feitas de madeira maciça – eram abertas ou fechadas com muita força, com um cordão amarrado ao dente do “varão”. Essa era uma prática tradicional e bem aceita, pois carregava a ideia de que, desde cedo, o menino deveria aprender a suportar o sofrimento e a dor, assim como as doenças, surras e/ou qualquer outro sofrimento, entendidos como úteis à criação dos “machos”, para firmá-los na vida e formar um bom caráter.⁶

O cuidado com o corpo e com a aparência deixa de ser universo cativo das mulheres e passa a ser valorizado, aos poucos, na vida dos homens. A partir de 1901, com a criação da chamada “Gillete”, não havia mais obrigatoriedade das visitas frequentes ao barbeiro – embora houvesse a tradição. Havia nesse fato a possibilidade de o homem cuidar de si mesmo, de sua imagem.

Na década de 1920, a ênfase se dá na área da saúde reprodutiva e virilidade, com o país apresentando possibilidades de medicações, unguentos e alternativas para a reprodução e potência sexual.

A mídia teve um papel fundamental nesse movimento de construção de uma masculinidade moldada ou “auxiliada” pela medicina e também pelas práticas

⁶ Nos dias atuais, percebemos que a violência doméstica contra meninos que possui maior número de denúncias e notificações é a violência física, o que pode significar a manutenção dessa cultura. Contudo, isto não quer dizer que os demais tipos de violência não ocorram, mas parece reforçar as hipóteses de que existem ao mesmo tempo e não necessariamente se excluem. 1. a permanência do crédito de que a resistência à dor ainda é entendida como papel do homem/menino – à medida que ela tem ocorrido com frequência, 2. alguma transição na compreensão do homem que precisa apanhar para ser forte – à medida que as denúncias ocorrem, e, 3. as demais violências não possuem denúncias expressivas comparadas às das meninas, indicando, talvez, uma intimidação social e a prevalência do imaginário do homem forte

esportivas. Havia a oferta de diferentes e novas medicações que prometiam dar nova juventude e curar doenças.

Com relação ao incentivo à prática de esportes, presenciava-se o consenso de que ela promovia mudanças no homem. Desse modo, a adesão a esse tipo de estilo de vida representava, para muitos, uma ameaça à masculinidade. Construía-se uma imagem de masculinidade sã, moderna, diligente e veloz, oposta ao macho salvador e defensor da honra.

Outros espaços para a formação de homens “machos” foram o exército e a marinha. Reinava o medo do recrutamento, sobretudo por parte da população pobre. Na época, esse procedimento ocorria arbitrariamente e à força. Era comum e frequente a expressão “*Deus é grande, mas o mato é maior*”, o que bem exemplificava esse contexto. (Cf. IZECKSONHN APUD PRIORE; AMANTINO, 2013).

Esse quadro de arbitrariedade despertou desconfiança entre a população, que conhecia as situações precárias que ocorriam nesses espaços institucionais. O país, com o objetivo de formar soldados, invadia a vida de seus cidadãos na faixa etária de 15 a 40 anos. Forçava-os ao papel pretendido e os enquadrava, pela disciplina, nos padrões de masculinidade. Havia uma supervalorização das noções de higiene e exercícios físicos, entendidos como saudáveis e colaboradores para a boa saúde e o distanciamento dos vícios.

Por outro lado, conforme Melo (apud PRIORE; AMANTINO, 2013), os chamados atletas do *fin de siècle* representavam a ratificação da vitória do urbano sobre o rural, com práticas higiênicas, assépticas e saudáveis, com a influência de costumes trazidos da França e da Inglaterra. Ambas as práticas conquistavam o público e desafiavam os homens à superação de sua natureza e à exposição da própria habilidade e coragem.

Sobre esse contexto Priore (2011) afirma que, nesse período histórico, se inicia uma nova compreensão do corpo, o qual deveria responder à demanda de velocidade que a sociedade impunha. Os padrões de beleza e saúde, tanto femininos quanto masculinos, sofreram transformações. As modificações dos padrões de beleza e de importância passam a ser associadas aos astros de cinema e às fotografias. A mutação desses padrões alterava não somente a imagem dos homens e das mulheres, exigindo-lhes novos hábitos de vida e comportamentos.

Essa época foi bastante significativa tanto para o homem quanto para a mulher. As mulheres começavam a descobrir o corpo e a mostrá-lo, embora se mantivesse a forte distinção entre a mulher honesta e a prostituta. Atrizes e outras mulheres que se deixavam fotografar e veicular imagens na mídia, além de apresentarem comportamentos semelhantes ao universo masculino, eram apontadas como prostitutas na/da época.

Nesse contexto foram elaborados “manuais de educação sexual”, que mantinham o caráter conservador, reforçavam o caráter sagrado do casamento para as mulheres e o risco dos desvios para os homens. Foi um episódio marcado pelo aumento significativo das doenças venéreas. (Cf. PRIORE, 2011).

Müller (apud PRIORE; AMANTINO, 2013) afirma que após a segunda ditadura militar no Brasil, sobretudo ao final da **década de 1960**, o consumo de álcool e fumo encontrava-se diretamente ligado à masculinidade; contudo, outros espaços se abriram, considerando os dois gêneros e os gostos homossexuais. A moda passou a ter características unissex e a juventude foi descoberta como nicho de mercado. As ‘calças boca- de- sino’ vestiam jovens, independente do sexo.

Ao mesmo tempo em que se estimulavam possibilidades na moda para o masculino e o feminino, havia a preservação do “macho”, consolidando certa naturalização da poligamia para o homem, junto ao sucesso no trabalho, como aspectos característicos da virilidade.

Ainda nesse período as zonas de meretrício, como eram chamadas no passado, ou as boates e casas de prostituição, permaneciam características do universo masculino. A virgindade feminina passava por um discurso de não mais ser considerada condição absoluta para o casamento, contudo, contraditoriamente ainda era entendida como sinal de boa educação.

A partir de **1970** intensifica-se no país a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Não sem tensão, havia o discurso de que elas “ajudariam os esposos” ou complementariam a renda doméstica. Anos depois, embora na maioria dos postos recebam salários menores do que os dos homens, são elas quem chefiam as famílias, inclusive no quesito financeiro.

As mulheres conquistaram o mundo profissional, mas, em boa parte dos lares, não perderam as incumbências domésticas e, muitas vezes, também não passaram a dividi-las com os maridos. Assim, a mulher acumulou jornadas de trabalho e o homem passou a manter uma imagem minada de provedor que já não

se sustentava. Dentre as mudanças a mulher também exige satisfação sexual, deixando de ser considerada apenas como objeto sexual.

O impacto sociocultural se mostrou de modo expressivo, tanto que as primeiras mulheres a ingressar no mercado recebiam diferentes rótulos, que iam desde prostitutas a rebeldes. Que homem seria capaz de relacionar-se com essas mulheres? A renda trazida por elas para o orçamento doméstico era camufladamente bem vinda, sua emancipação, quase sempre não. A vontade masculina, a reivindicação do movimento feminista, o movimento gay modificaram o papel da mulher e também do homem.

Nas **últimas décadas do século XX** houve uma “liberação total”, em que se presenciou o nudismo, as pornochanchadas, minissaias, biquínis e calções. A mulher conquistou o mercado de trabalho e também foi “autorizada” a falar de sexo. Logo em seguida o país passava a registrar de modo mais expressivo os crimes passionais em que eram vítimas as esposas.

A ‘AIDS’ aparece como ameaça à vida e freia a revolução sexual, pois, em um primeiro momento, a população homossexual, em especial os gays, era considerada grupo de risco. Foi um momento que impactou a sociedade, levando-a a refletir sobre si e para si, sobre a vida sexual e o sexo praticado, como e com quem. A forma pode não ter sido a melhor, mas a vida sexual tornou-se foco da agenda pública, da medicina, dos noticiários.

O enfrentamento dos inúmeros casos de HIV foi matéria da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento. A orientação centrava-se na necessidade de modificação do comportamento do homem jovem e adulto, no estímulo à sua participação na vida familiar com a finalidade de diminuir as diferenças de gênero e no incentivo à utilização de preservativo – a conhecida “camisinha”. (Cf. ARILHA; MEDRATO, 1998).

Na atualidade, masculinidade, gênero e sexualidade possuem diversas formas de abordagem, mas a masculinidade continua se firmando na permanência do poder do macho. O cenário dos esportes, por exemplo, tem sido analisado por alguns estudiosos (CECCHETTO, 2004, NOVAES APUD PRIORE; AMANTINO, 2013) como prática das masculinidades, sobretudo nos espaços de luta, onde se pode notar a prevalência da força física e da virilidade masculina. Ainda que de outra maneira, preservam-se as mesmas raízes das quais são oriundas. De acordo com o

estudo de Cecchetto (2004) os homens mais musculosos atraem as mulheres, o que parece confirmar que o homem precisa ser viril e forte.

Priore (2011) reflete destacando que, do mesmo modo que se valorizam ideais de amor, felicidade e sucesso no sexo, simultaneamente, encontra-se o medo de compromissos mais sérios, ocasionando relações mais rápidas e chamadas descartáveis. Se por um lado há um cuidado com a intimidade, ela é perdida nos meios de comunicação e no próprio cotidiano, em que existem formas diferentes de se avaliar as conquistas e as dificuldades pessoais e alheias.

2.2 – Gênero, Masculinidade e Sexualidade

Trabalhar a masculinidade não é uma novidade; diferentes estudiosos já se debruçaram sobre o tema, seja no aprofundamento do conceito em si, seja como foco de interesse na prática social. Esses estudos existem desde a década de 1970 e tornam-se mais expressivos na década de 1980, em especial nos países anglo-saxões, em que constituíram o *Mens Studies*.⁷

As primeiras produções do *Mens Studies* não atentavam para as relações de poder entre os sexos, o que legitimou a chamada “crise da masculinidade”. É importante frisar que ela não é um evento universal, natural e/ou biológico. Está associada às transformações globais no século XX nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e em alguns países da Europa Ocidental. Com a ocorrência das chamadas crises econômicas, modifica-se o status entendido como consolidado do homem, em especial branco, heterossexual, empregado e urbano. Esse é um momento histórico em que movimentos feministas e homossexuais (gays e lésbicas) fortalecem suas bandeiras e questionam o modelo patriarcal da sociedade.

Há, inicialmente, o avanço do trânsito entre uma categorização universal da masculinidade para sua relação com a estrutura social, alcançando a crítica sobre a naturalização de comportamentos entendidos como “do homem” e acerca da eleição

⁷ Cecchetto (2004) afirma que essa linha de estudos é marcada pelo o caráter interdisciplinar dentre os autores e pela preocupação com a modificação do chamado *status quo* da dominação masculina. Entretanto, outra característica importante que se mostra é a permanência do papel sexual desenvolvido por Talcott Parsons. A partir de sua teoria estabelecem-se os papéis sexuais tanto para o homem quanto para a mulher. Para o primeiro destina-se o espaço público de quem se espera razão e pragmatismo, e, para a segunda, o doméstico, incorporando-se características emocionais. Características universais e dicotômicas entre os gêneros que instituem fixidez a identidade de gênero e sexualidade.

de um modelo masculino que se estabelece como padrão, desconsiderando as raças e gêneros - o que vai ao encontro dos aspectos políticos de universalidade, igualdade e sujeito de direitos. (SAFFIOTI, 2004; CECCHETTO, 2004).

Trata-se de um momento em que a masculinidade encontra-se especialmente em evidência, é questionada e apontada como possibilidade de “um novo homem”, a partir da flexibilização de papéis adquiridos por meio do *Mens Moviment*. As obras da época, “*Cuidado, o papel sexual masculino pode ser prejudicial à sua saúde*”, ou, o “*Macho Inexpressivo*” evidenciavam este cenário. (CECCHETTO, 2004).

Os homens, atingidos pelo desemprego e pelo impacto nas finanças, sentem-se alvos da “impotência” de realizar o papel masculino de provedor da família e de manterem-se fortes em meio às dificuldades de subsistência. Ao mesmo tempo, assistem à luta pela emancipação feminina e homossexual, em que se questionavam os papéis sociais rígidos. Desse modo, a crise da masculinidade indicava o desejo masculino de liberação do peso de tantas incumbências e responsabilidades.⁸

A expressão “Crise da Masculinidade” passou a ser utilizada em diferentes contextos, com entendimentos por vezes equivocados, como se o evento tratasse de uma fase inevitável no processo de vida do homem. Para Cecchetto (2004), no caso latino, a utilização dessa expressão pode estar associada às questões de honra e vergonha masculinas, presentes nas sociedades mediterrâneas, cujos valores foram herdados, inclusive, pela sociedade brasileira.

A existência da relação de poder entre homens e mulheres já era afirmada no final da década de 1970; a masculinidade foi repensada por conta das provocações dos movimentos daqueles que se sentiam prejudicados por ela.

Assim, o movimento feminista exerce papel fundamental para os questionamentos emergentes, sobretudo os escritos da chamada “Segunda Onda Feminista”. Foi por meio deles que Carrigan, Connel e Lee, autores ligados ao movimento feminista, destacaram a importância de se estudar masculinidade e feminilidade em relação e criticaram os papéis sexuais fixos, considerando o campo das relações sociais e históricas passíveis de transformações.

8 Cecchetto (2004) utiliza-se da expressão “pesado fardo da virilidade” ao mencionar a Crise da Masculinidade, fazendo alusão ao desejo do homem de desprender-se do contexto que lhe é socialmente destinado.

A opção política e a construção cultural de um “novo homem” apresentadas pelas produções desses estudiosos eram uma possibilidade alternativa para as relações entre homens e mulheres. Contudo, a sociedade permanecia com as relações sociais já existentes.

No interior dos movimentos de homossexuais, de negros e dentre os próprios homens que não participavam de nenhum movimento oficial, havia uma nítida hierarquia que passou a trazer desconfiança ao movimento feminista, temendo que esse processo fosse apenas mais uma forma de ocultação de poder masculino que, consequentemente, provocaria desvantagens às mulheres. Esse foi um dos componentes geradores da reflexão sobre a masculinidade hegemônica.

A partir dessa compreensão, há um modelo de masculinidade oficialmente aceito ou hegemônico, enquanto existem vários outros que lhe são subordinados e funcionam como contrapontos e paradigmas. Diferentes autores trabalham com esse entendimento, tais como Connel (1995) e Oliveira (1998).

Connel (1995) afirma que o Projeto de Gênero não existe de modo isolado das demais estruturas sociais de raça, classe, etnia, nacionalidade e, a partir desse ponto de vista, analisa a estrutura e a prática nas perspectivas pessoal e social ocorridas nos processos históricos, nos quais estão presentes tanto as disputas de gênero quanto as hierarquias internas do próprio círculo masculino.

Assim, há subordinação entre as masculinidades coexistentes e elas possuem diferentes “configurações de prática”.⁹ Alguns autores atribuem ao movimento gay o mérito de dar visibilidade às diferentes masculinidades, em detrimento da receptividade ou aceitação dos pares e da sociedade em geral. E isto, mesmo que pesem tanto a estrutura social legitimadora da ordem da masculinidade e da feminilidade quanto os indivíduos que delas participam.

A **masculinidade hegemônica** também não é estática e diferencia-se de acordo com as exigências do espaço e do tempo; na medida em que ocorrem transformações sociais, há também modificações na expressão da masculinidade esperada. No século XIX, por exemplo, demandou-se o “homem de negócios”, que carregava consigo a possibilidade da mobilidade e da ascensão social, em que eram necessários uma dedicação *full time* e o afastamento da família. Nesse caso, “o homem” apreciado era aquele que se fazia presente na ausência, embora ainda no

⁹ Expressão do autor R. Connel (1995).

papel de provedor. Ao se eleger um modelo esperado, entende-se a subordinação dos demais, na época, do trabalhador comum. Assim, a masculinidade hegemônica é questionada por outras masculinidades que se apresentam em uma esfera política de reconhecimento.

Nem todos concordam com essa compreensão e alguns autores contrapõem-se a esse pensamento. Entendem haver pouca possibilidade na alteração dos modelos hegemônicos, principalmente com a cumplicidade social para sua continuidade.¹⁰

Os estudos atuais apontam para a superação da visão essencialista e binária do gênero.

[...] nos estudos contemporâneos de masculinidade, não se busca mais de uma explicação segundo os paradigmas positivistas dos papéis sociais, nem das determinações biológicas que assinalam a continuidade entre o orgânico e o social que fazem dos homens e mulheres meros fantoches do aspecto biológico; antes, opta-se pela abordagem relacional, na qual um conjunto de fatores, como raça, classe e idade, entrecruzam-se numa cadeia formando configurações. (CECCHETTO, 2004, p. 70).

A construção da masculinidade envolve, assim, os universos masculino e feminino, que não somente coexistem, porém cruzam-se e desenvolvem (des) acordos, cumplicidades, parcerias etc. O contexto da sociedade se consolida - e em muito permanece - patriarcal e machista. A partir dessas práticas sociais desenvolvem-se as relações hegemônicas de poder e dominação do gênero masculino, sendo seus produtores os homens e também as mulheres. Assim, analisar tanto homem como mulher no papel de sujeitos de suas histórias é, por princípio, respeitá-los nessa construção.

As masculinidades variam dentre períodos históricos, em diferentes culturas e também de homem para homem. Assim como *não se nasce mulher, torna-se uma*¹¹, não se nasce homem, torna-se um. A masculinidade não é pronta ou dada como herança genética, é construída e significada no espaço de existência histórica e social em que se expressa em todas as suas possibilidades: existencial, social, valorativa, ética, estética, política etc. Ela também não é um pacote fechado que se

10 Autoras como Corwall e Lindisfarne (1994)

11 Referência à frase de Simone de Beauvoir, 1967.

entrega aos 18 anos, é construída desde os primeiros passos e ensinamentos que perdurarão até a vida derradeira.

Estudar a masculinidade relacionando-a com a feminilidade não significa desconsiderar as diversas violações que têm sido realizadas pelos homens, contra mulheres, crianças, adolescentes, jovens e até contra eles mesmos. Pelo contrário, não se quer justificar o homem pela violência de que é autor, porém, desconstruir a ideia naturalizada de que ele não possa ser vítima, especialmente na infância, em que parece haver um (des) zelo na proteção do menino, entendendo uma suposta preparação para a masculinidade.

A socialização dos meninos em nossa sociedade é bastante diferenciada da das meninas e alguns traços persistem na educação deles, independente do tempo e do espaço: a cobrança da coragem, da força, da razão. Quando uma menina cai e se machuca, *a tendência sob a perspectiva do gênero* é que alguém prontamente a acolha; quando na mesma cena existe um menino, a fala de muitas, senão da maioria das pessoas é: “Levante menino, homem não chora!”.

Portanto, refletir sobre a masculinidade é tanto falar do homem quanto do menino. Contudo, com uma diferença essencial, o primeiro geralmente se encontra cristalizado nos ensinamentos psicossociais acerca do masculino e o segundo, na vivência dos ensinamentos para tornar-se, via de regra, o homem de amanhã. A educação do menino – considerando a sociedade machista, a educação dos filhos essencialmente de responsabilidade da mãe e o grande número de famílias monoparentais femininas – se dá em boa parte das vezes como responsabilidade das mães. Assim, sem desconsiderarmos os modelos masculinos, relações e vivências que os meninos possam ter em seus círculos e nos próprios meios de comunicação que também afetam sua subjetividade, temos as próprias mulheres reproduzindo o padrão de masculinidade – machista e patriarcal. A masculinidade e seu padrão ou seus padrões está compreendida em seu construto histórico e social, associada às categorias gênero e sexualidade. Como decorre essa associação?

O termo “gênero” é latino e origina-se do inglês “gender”. Apresenta – dentre outros – o significado de fazer nascer. É cedido pela gramática para nomear um conjunto de relações sociais que se referem ao corpo, à sexualidade, à cultura e à própria interação intergêneros e intragêneros. De acordo com Carvalho (2011), inicialmente, essa expressão foi utilizada por psicólogos norte-americanos nos anos de 1960, com o objetivo de nomear uma “identidade de gênero” associada ao corpo.

Interessava-se em compreender pessoas que, no mesmo corpo, apresentavam características entendidas como do masculino e do feminino ao mesmo tempo. Criava-se a partir daí uma segmentação entre corpo - natureza (sexo) e cultura – atitudes (gênero). Deste modo, indagavam as relações do indivíduo com seu sexo e gênero, com as mais variadas vivências.

Diversas autoras já conceituaram o gênero, sobretudo aquelas ligadas ao movimento feminista. Rubin¹² apud Piscitelli (2002) revela a diferenciação entre sexo e gênero, que traduzem o conjunto de arranjos por meio dos quais ocorre uma transformação, pela sociedade, da sexualidade biológica revertida em produtos da atividade humana. Critica a transformação da mulher, indivíduo da humanidade transformado em mulher domesticada em função dos processos sociais que ocorrem no decorrer da vida.

Sua influência mais marcante se dá até o início da década de 1990, quando dois outros nomes surgem na discussão: Joan Scott¹³ e Judith Butler¹⁴. A primeira, autora do artigo: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995)¹⁵, contrapõe a concepção anterior na segmentação entre natureza e cultura.

De acordo com Piscitelli (2002), sob a influência de Derrida, Scott realiza um exercício de desconstrução da oposição universal e atemporal entre o homem e a mulher. A autora trabalha também com a perspectiva *foucaultiana* e define o gênero como um primeiro modo de dar sentido às relações, que se constitui por determinado saber acerca das diferenças sexuais conectadas com as relações de poder. A partir daí ocorre a diferença em se produzir categorias analíticas - consequentemente não fixas - na construção do homem e da mulher, na valorização do universo simbólico e na crítica ao pensamento dualista.

Butler (2002) escreve “*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*”. Para ela, a concepção que se tem de gênero enquadra também o sexo, ambos já estabelecidos culturalmente. O gênero traria certa fixidez ao sexo já

12 Gayle Rubin (1949-), antropóloga estadunidense que escreveu o ensaio: O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”, publicado em 1975, em que discute o pensamento de Lévi-Strauss e Freud, além de uma rápida crítica ao marxismo, apresentou o sistema conhecido como sexo/gênero, com influência mais expressiva até o início da década de 1990

13 Historiadora estadunidense com influências pós-estruturalistas, principalmente de Michel Foucault e Jacques Derrida.

14 Filósofa estadunidense, uma das principais representantes da “Teoria Queer”, que defende a subversão da ordem compulsória.

15 Material originalmente publicado em 1986.

determinado, continuando a lógica binária de pensamento, processo que culmina na manutenção da ordem e da heterossexualidade.

Também sob a influência *foucaultiana*, defende a desconstrução dos conceitos já produzidos para que haja uma dissociação entre sexo, gênero e desejo, entendendo o gênero como um ato intencional, um gesto performativo que resulta em significados.

Safiotti (2004) afirma que o conceito de gênero esconde a ideologia do patriarcado. Para ela, Rubin estabeleceu uma noção neutra de gênero a qual, a depender de sua utilização, poderia servir à dominação ou à transformação; já Scott contribuiu para inserir o conceito nas relações de poder existentes na sociedade; contudo, considera um limite na concepção foucaultiana de poder, pois ele estaria dissolvido nas próprias relações sociais em que se apresenta e, por estar diluído, questiona a possibilidade de transformação. A autora situa o patriarcado como fenômeno particular e associado à industrialização capitalista, sendo um dos elementos a ser considerado na questão do gênero. Assim, ao focar-se no gênero, a luta feminista perderia sua especificidade, que se encontra na característica patriarcal da sociedade.

Desta maneira, as definições de gênero atrelaram-se historicamente ao movimento feminista e, com o passar do tempo, adquiriram um aspecto marcadamente político, em que apresentam uma equivalência com o feminino e a opressão das mulheres realizada pelos homens.

Concordamos com Safiotti (2004), que compreende o gênero como um conceito de maior amplitude, pois se relaciona aos dois gêneros – o feminino e o masculino. Parece haver sentido em afirmar que a construção do conceito gênero atrelado ao feminino indica hoje a necessidade de se construir o seu sentido masculino. Para tanto, encontramos na produção de Pierre Bourdieu e Connel reflexões importantes que seguem adiante.

Bourdieu (2010) constrói, em sua produção, um saber sobre o poder, inclusive sobre a Dominação Masculina. Trabalha com o conceito de violência simbólica, na qual os sentidos ou as significações tratam de revestir-se de “legitimidade” e manipular as relações de força, que realizam a manutenção da própria força. Ocorre, assim, a perpetuação da ordem estabelecida e constituída das relações de dominação e injustiça.

Para Bourdieu (2010), o questionamento deve se dar na própria estrutura da dominação masculina naturalizada por meio da divisão entre os sexos e das formas ocultas de divisão entre eles – em que pesem os milênios de dominação interiorizada pelas pessoas na conformação das práticas sociais.

Ora, os significados de gênero transformam-se entre as diferentes culturas e diversos estudos têm sido realizados com o objetivo de descobri-los. Connel (1995) apresenta o conceito de gênero na perspectiva relacional, considerando que homens e mulheres estão sob os mesmos códigos de relacionamento.

Trazer a discussão apenas do ponto de vista feminino incorre em ao menos dois riscos: o de isolar o homem como autor de violência e/ou o de encarar a mulher como única vítima, retirando dela a capacidade de agir em sua história, tratando-a em uma postura infantilizada.

Há ainda um contexto que também não pode ser ignorado, que é o da mulher no outro pólo: na relação de poder. Existem casos de dominação feminina, tanto sobre o filho quanto sobre o parceiro, marido e/ou companheiro. (Cf. MUSZKAT, 2011). Não são poucos os ditos populares com as frases de homens que dizem: *“Quem fala mais alto (ou por último) em minha casa sou eu. A mulher manda e eu respondo, já vou, já vou”!*

Parece haver nexos em não se atribuir um sentido estático a gênero. Assim como o Movimento Feminista repensou o feminino, pode-se repensar o masculino.

Carvalho (2003) questiona o caráter fixo atribuído à dominação do masculino sobre o feminino; se, por um lado, ele não é autorizado pelas mulheres, por outro, não é exclusivamente imposto pelos homens, na dialética dominado-dominador.

O conhecimento produzido no processo histórico revela diferentes noções de gênero e foi impulsionado, sobretudo, pelo movimento feminista. Esses conceitos, conforme apresentamos, enfatizam o aspecto biológico, cultural e/ou político na construção do conceito. Todos esses aspectos possuem alguma interface entre si e denotam a questão do poder estabelecido, os dogmas e as construções sociais a serem desconstruídas.

Talvez o fato de o movimento feminista provocar toda essa reflexão possa constituir-se em um dos motivos pelos quais ‘gênero e feminino’ passam a ser considerados de modo unívoco. Esse é um equívoco que reverbera inclusive na luta política de que se apropriam como sujeitos tanto os homens quanto as mulheres,

pois lidar com o relacional não significa anular as especificidades e as relações existentes, podendo ocorrer, inclusive, o oposto.

A Sexualidade não é determinada nem pelo sexo nem pelo gênero (GOMES, 2008 e 2011, MUSZKAT, 2011, SCOTT, 1995). Há uma amplitude e complexidade no que denominamos por sexualidade, compreendida como constituinte da personalidade humana em que se desenvolvem o desejo, o prazer, as preferências e as experimentações.

Foucault (1988), por sua vez, aprofunda o conceito de sexualidade, situando-o em um universo do saber e do poder: quais enredamentos, possibilidades e instrumentos de controle social são presentes na sociedade? A sexualidade faz parte de um cenário que delimita a intimidade e a privacidade.

O termo sexualidade surgiu no século XIX, marcando algo diferente do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso dessa palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas. Mudanças do modo pelo qual indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 1998, p. 9).

De modo geral, quando se toca neste assunto, as primeiras associações que se fazem são ligadas ao ato sexual ou mesmo aos órgãos reprodutores ou genitálias humanas. É importante ampliar esta noção.

O corpo humano possui vários pontos erógenos, ou seja, que propiciam prazer ao serem estimulados. Mas a sexualidade também não se limita a eles e pode ser, inclusive, compreendida não só como forma de reprodução, mas também de comunicação, revelando mais uma vez o mundo da natureza e da cultura, em que o sexo é apenas uma das diferentes manifestações da sexualidade.

O ambiente social é sexualizado e os discursos sobre a sexualidade se modificaram sobremaneira, especialmente a partir da “Revolução Sexual” ocorrida a partir dos anos de 1960 em países industrializados, capitalistas e ocidentais. Existem riscos evidentes quando se estuda a trajetória da sexualidade, quer se trate da estagnação em uma subjetividade individualizada por meio da qual não se possa mover para qualquer direção, ou de um exagerado distanciamento do indivíduo, em

que a dimensão coletiva não o alcance em suas particularidades. Os desafios estão na articulação dos componentes subjetivos, sociais, éticos e políticos.

Historicamente, o início do estudo da temática aborda questões como a masturbação, o adultério, o incesto, homossexualidade etc., sobretudo por estudiosos americanos e europeus. Nunes (2003) classifica a história da sexualidade no mundo ocidental em cinco principais etapas: Compreensão Mítica, Perda do Caráter Mítico, Civilização Cristã, Advento do Capitalismo, Perda da Hegemonia Europeia.

Na **Compreensão Mítica** situada nas sociedades agrárias orientais, ocorria a compreensão semidivinizada, em que a Deusa ou a Terra Mãe recebiam, do culto pela fertilidade, oportunidade de reverência às partes sexuais femininas, em especial à vagina, representada por um triângulo. A concepção transcendental da mulher ocorria por meio da mística e da cultura; não se tinha conhecimento do processo de fecundação e gestação e sua relação com o próprio ato sexual. Desse modo, venerar a mulher também decorria do fascínio de perceber o nascimento de um novo ser humano. A matrilinearidade pode inclusive estar ligada a esses fatores; nela, sexo, religião e trabalho possuem interfaces bastante expressivas.

A **Perda do Caráter Mítico** ocorre com o início das civilizações urbanas ainda do mundo antigo, em que o sexo passa a ser racionalizado, mais conhecido e controlado. É neste momento que se divide o sexo: com a finalidade de procriação; com a finalidade de prazer. Assim, há a mulher-mãe e aquela das artes amorosas. Dentre os gregos, essa divisão se dava pelo desenvolvimento do conceito de Eros e pela divisão social do trabalho. O homem toma o controle da produção e da reprodução da vida.

A **Civilização Cristã** ocorre, simultaneamente, à desestruturação do mundo antigo, com a queda do Império de Roma, momento de ascensão da Igreja. Há, a partir do século V, o desenvolvimento de controles e regras dessa instituição, para modelar o povo bárbaro conforme seus interesses e doutrinas, em especial por meio do medo e da condenação eternos.

A sexualidade compõe de modo bastante evidente as novas regras em que se define sua concepção e comportamento sexual. Nesse momento, há o entendimento de que o corpo aprisiona a alma e a maldade diabólica, sendo necessário superá-las por meio da repressão ao sexo, para atingir o ideal de vida cristã. Multiplicam-se os conventos e mosteiros e, mais uma vez, não é possível

atentar para o prazer na relação sexual, que só é admitida com o objetivo de reprodução do ser humano. Mas prevalece a ideia de que uma das possibilidades para o estabelecimento do celibato é a conservação da propriedade da Igreja, que se destinaria aos filhos sacerdotes da instituição.

A sexualidade ficou assim moldada e, mil anos depois, sofreu um reforço considerável na mesma direção, a partir da Reforma Protestante. Com a emergência da sociedade capitalista, a energia sexual tornava-se um elemento fundamental para a labuta do trabalho e a repressão continuava significativamente presente. Com a Reforma, o sexo para procriação e dignificação do homem a partir de sua obra realizada com o trabalho torna-se presente na vida da população.

A última etapa referida trata da **Perda da Hegemonia Europeia** sobre o Mundo, em que se destaca a sociedade de consumo. Há nesse espaço a multiplicação do discurso sobre o sexo e até mesmo sobre a sexualidade e a quantificação das relações sexuais. Contudo, o enredo não privilegiou o aspecto qualitativo dessa compreensão. Assim, há um apelo de mercado para técnicas e estímulos sexuais como objetos de comercialização, em que praticamente se ignora a própria relação humana.

O corpo é a dimensão primeira de contato do homem com o mundo e é nele ou por meio dele que se expressa sua relação com a natureza e com a cultura. Nesse sentido, importa superar visões dicotômicas de oposição entre corpo e espírito, (re) significando o corpo como espaço humano, existencial, ético, estético e político de possível vivência do prazer, sem acometimento de punição.

Na atualidade, a sexualidade passou também a ser mercadoria, mesmo para aqueles que se julgam “alternativos”, pois, como pano de fundo das práticas geralmente acríticas, ocorre uma *relação objetual, quantitativa e pornográfica* com o sexo e com a própria sexualidade. (Cf. NUNES, 2003). Assim, há um disfarce de liberdade individual que culmina em pessoas tragadas pelo consumismo sexual capitalista.

Há também a influência da mídia na concepção e no trato da sexualidade que, via-de-regra, a torna em mais uma mercadoria a ser consumida por meio de quesitos quantitativos e mascarados como individualizados. De modo geral, apresenta uma sexualidade sem limites, com relações virtuais por meio da informática ou com recursos eróticos que não se ligam necessariamente à qualidade da ação, à essência do desejo ou da prática social a ser vivenciada.

A sexualidade masculina surge acompanhada de uma “cobrança social” quanto ao tamanho do pênis, à ereção imediata, à valorização do coito na relação sexual e à restrição da sexualidade à área genital. (Cf. GOMES, 2011). E a heterossexualidade é entendida como tendência à estigmatização dos homens que não vivem sua sexualidade heterocentrada, sendo taxados de passivos, comparados pejorativamente às mulheres. Contudo, de acordo com Gomes (2011) e Cecchetto (2004), o poder e a dominação em “ser ativo ou passivo” também ocorrem na relação entre homens. É possível pensar em como se desenvolve uma sexualidade saudável? A resposta não se isola em uma perspectiva física e/ou biológica, nem tampouco no aspecto sociocultural, pois a necessidade de uma sexualidade saudável situa-se em uma perspectiva de cidadania sexual a partir das diferenças de gênero, identidades sexuais, sem desconsiderar a existência de outros aspectos como as relações de gênero e de poder, sexismo e homofobia, racismo e pobreza.

2.3 Freud e Foucault

Estudar essa temática no campo das ciências humanas e sociais conduz, invariavelmente, a, no mínimo, duas grandes referências: Freud¹⁶ e Foucault¹⁷.

Freud é reconhecido como pai da psicanálise e pioneiro no estudo da sexualidade. Observou e acompanhou a própria família e os pacientes para desenvolver sua concepção e método. Elaborou, no século XIX, uma teoria sobre a mente e a personalidade humana e seus processos de defesas e resistências: a descoberta do inconsciente. Além disso, trouxe à tona a sexualidade infantil, não considerada até então. (NUNES, 2003).

Para Freud (2006), existem dois instintos básicos considerados como forças intrapsíquicas: *Eros* e *Instinto Destrutivo*. A primeira está relacionada à

16 Sigmund Freud, de origem judaica, nasceu em Freiberg, Tchecoslováquia (1856 – 1939). Formou-se em medicina na Universidade de Viena e especializou-se em tratamentos para doentes mentais. Sua produção é extensa e constitui uma coletânea de 24 volumes. Formou-se em medicina e criou em 1908, a Sociedade Psicanalítica de Viena.

17 . Michel Foucault nasceu em Poitiers, França (1926 – 1984). Filósofo Francês, formou-se em psicologia e filosofia e obteve a cátedra com o tema "história dos sistemas de pensamento" no Collège de France. Publicou diversas obras, dentre elas: Doença mental e personalidade (1954), História da Loucura na Idade Média (1961), Nascimento da Clínica (1966), As Palavras e as Coisas e Arqueologia do Saber (1969). Ainda deixou inacabado o livro “História da Sexualidade”. http://www.e-biografias.net/michel_foucault/

energia/instinto de vida e dela fazem parte a energia sexual e a libido; o segundo significa “morte” ou “violência”, indicando o instinto de destruição.

Estuda e elabora uma teoria sobre o modo de funcionamento do aparelho psíquico humano, da qual resulta a “Teoria da Personalidade”. Essa teoria explica a composição da estrutura da personalidade por meio do “id”, “ego” e “superego”.

Chegamos ao nosso conhecimento deste aparelho psíquico pelo estudo do desenvolvimento individual dos seres humanos. À mais antiga dessas localidades ou áreas de ação psíquica damos o nome de Id. Ele contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição – acima de tudo, portanto, os instintos, que se originam da organização somática e que aqui (no id) encontram a primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas. (FREUD, 2006, p. 158).

O Id é a herança condicionada ao nascimento. É formado por pulsões instintivas que buscam insaciavelmente a sua satisfação. Essas pulsões não são lineares; algumas objetivam a vida, outras objetivam a morte do organismo.

Conforme as exigências do mundo externo em que o sujeito vive, parte do Id sofre alterações, dando origem ao que Freud denominou de Ego. O Ego passa a cumprir a função de intermediar a relação entre as exigências do Id e os estímulos do mundo externo. Com a função de autopreservação do funcionamento psíquico, o ego buscará controlar se as exigências do Id serão satisfeitas ou não, mesmo que para isso seja necessário lançar mão de mecanismos de defesa para adiar ou suprimir suas investidas. Geralmente, essas tentativas se dão com muita tensão. Quando há elevação da tensão, o sujeito pode senti-la como desconforto e, quando há a redução da tensão, o sujeito pode ter a sensação de prazer.

Ao longo do desenvolvimento da criança, parte do ego é constituída pelo que Freud denominou de superego. O superego funciona como a internalização da influência parental ou outros modelos de autoridade que foram referências para a criança. À medida que o superego vai se diferenciando do ego, passa a exigir que este interdite as exigências do Id.

Nesse sentido, caberá ao ego organizar o funcionamento psíquico, mediando às exigências do id e do superego, realizando a leitura do mundo externo de modo a garantir um bom funcionamento psíquico, coerente com a realidade que o sujeito está vivendo. E a sexualidade é a “energia” que circula nesse aparelho psíquico.

Para além do aparelho psíquico, Freud (2006), quando aborda o desenvolvimento da função sexual, refere que a opinião que predomina na vida sexual humana consiste em colocar a genitália de alguém em contato com outra do sexo oposto, e que essa busca inicia-se na puberdade. Contudo, aponta que existem fatos que extrapolam essa visão, pois há pessoas que são atraídas pelo sexo igual e pela genitália igual, e pessoas cujos desejos desprezam o órgão genital ou sua utilização normal, conhecidas como pervertidas. Cita o interesse precoce de algumas crianças por seu órgão genital, inclusive com sinais de excitação.

Assim, a psicanálise contesta as opiniões populares sobre a sexualidade, na medida em que afirma que a vida sexual inicia-se após o nascimento e não na puberdade; distingue conceitos de sexual e genital, compreendendo o primeiro como mais amplo do que o segundo, abarcando atividades que em nada se ligam aos órgãos genitais; e afirma que:

[...] A vida sexual inclui a função de obter prazer das zonas do corpo, função que subsequentemente, é colocada à serviço da reprodução. As duas funções muitas vezes falham em coincidir completamente. (FREUD, 2006, V. XXIII, p.165).

Esse autor enfatiza o interesse principal sobre a descoberta da sexualidade na infância e algumas fixações existentes – as quais não aprofundaremos aqui. Após o período de latência, a vida sexual avança com a puberdade. Aponta quatro fases e indica a boca como o primeiro órgão de zona erógena. Por meio dela ocorre a nutrição, em que, de um lado, responde a uma necessidade fisiológica, porém, de outro, também à psicológica, na medida em que se esforça em obter prazer, independente da alimentação. Essa é a fase oral, em que já ocorrem os impulsos sádicos, especialmente com os dentes. Depois, a fase anal-sádica, com a obtenção de prazer por meio da agressão e da função excretória, em que pode se constituir “uma fusão instintiva de impulsos puramente libidinais e puramente destrutivos”. (FREUD, 2006, p. 167). Já na fase fálica, apenas o órgão genital masculino – o falo - desempenha papel. O órgão genital feminino permanece escondido e desconhecido. Meninos e meninas possuem histórias e vivências diferentes, embora ambos partam da *premissa universal do pênis*. O menino entra na fase edipiana e a menina realiza as mesmas tentativas, mas reconhece a ausência do falo ou a inferioridade do clitóris.

Não se pode afirmar que as três fases ocorram de modo ordenado ou claro; podem ocorrer lado a lado ou sobreporem-se. Nas primeiras fases, a busca do prazer ocorre independente um dos outros. Contudo, na fase fálica, há o início de outra organização, subordinada à primazia dos órgãos genitais e dá-se o início de uma “coordenação do impulso geral em direção ao prazer na função sexual”. (FREUD, 2006, p. 168). Há, na puberdade, a quarta e última fase, a genital. Nela estabelece-se a organização completa em que ocorre a retenção de alguns acúmulos de energia sexual primitiva, alguns impulsos são incorporados como auxiliares à vida sexual e outros podem ser excluídos dessa organização por meio da repressão; ou da incorporação ao ego, de forma diferente, por meio da formação dos traços de caráter ou do processo de sublimação.

A partir dessa organização da função sexual é possível pensarmos na primazia do falo, seja na organização psíquica e na própria cultura. Esses elementos podem contribuir para a organização social em que do homem é cobrado o poder e a força e o mesmo lhe é demandado.

Foucault (1998), ao discorrer sobre a sexualidade, elabora um importante conceito, afirmando existir, antes mesmo da Modernidade, o “dispositivo da sexualidade”. O conceito refere-se a um conjunto de regras sociais que possibilita uma organização social sem que se instale a barbárie. Esse dispositivo, por meio da sexualidade, passa a regular a vida dos sujeitos.

Aproximadamente em meados do século XIX assiste-se à catalogação e classificação, a partir das “Ciências Biológicas”, das doenças que se delimitavam dentro dos padrões de “normalidade” e das consideradas como “anormalidade”. O “louco” era caracterizado, muitas vezes, como os doentes do “instinto sexual”. Entre eles estavam os homossexuais, as mulheres e outras minorias.

O “dispositivo”, para Foucault, se traduz em um emaranhado heterogêneo que articula discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, normas, definições científicas, proposições filosóficas, morais, políticas e filantrópicas que buscam governar a vida dos sujeitos de uma determinada sociedade. (Cf. FOUCAULT, 1998).

A regulamentação da vida sexual se faz pela produção de verdades e valores morais, que ditam o que pode ou não ser concebido em sociedade. Esses dispositivos utilizam-se das relações de poder para regular os corpos, em que se destacam diferenças entre os processos de repressão e regulação sexual.

O poder é caracterizado pela fluidez e pela descentralização. Nesse sentido, ele surge de diversos espaços, buscando capturar todos os escapes de fuga e discursos da liberação sexual.

As revoltas contra as regulações sexuais, isto é, as liberações sexuais, quando identificadas e capturadas, são transformadas em formas de produtos e serviços de consumo. Exemplo disso são os serviços que têm integrado a vida cotidiana ao mercado, assumindo, cada vez mais, os espaços de lazer, assim como as construções de performances do mercado da moda, que devolve à população “revoltada” mercadorias que sintetizam identidades prontas, representando o sujeito “rebelde” ou o “alternativo”.

Percebemos em Freud e em Foucault apontamentos teóricos que se aproximam como temáticas de estudos, longe de significar um consenso entre eles. A regulação sexual e a repressão sexual são conceitos que podem dialogar. Afinal, embora eles caminhem para sentidos diferentes, seja por meio da forma em que a psicanálise analisa como a repressão atinge e se desdobra na maturidade sexual do sujeito, seja na problematização de Foucault acerca do controle sobre os corpos humanos no que denomina “sociedade disciplinar”¹⁸, ambos os conceitos provocam, a partir de si mesmos, modos de existir e inclusive de desconstruir o existente.

Outros autores, como Reich¹⁹, compreendem que a repressão ocorre em relação ao contexto histórico e social determinado. Os processos internos do aparelho psíquico interdependem dos significados e valores da sociedade em que o sujeito está vivendo, considerando as relações de poder e de classe social que constituem esses significados sociais. O que interessa é buscar a domesticação da população, de modo a mantê-la conectada aos interesses dominantes. Nesse sentido, Reich possibilita uma aproximação da teoria psicanalítica com a teoria marxista, relacionando aspectos complementares da materialidade com a

18 Sobre a sociedade disciplinar, Foucault aponta que as mudanças ocorreram entre os séculos XVIII e XIX, tendo atingido seu auge no século XX, ocasionando a transição da forma de dominação, pelo fato de se perceber que “vigiar” era mais eficaz do que punir: Duas imagens, portanto da disciplina. Num extremos, a disciplina – bloco, a instituição fechada, estabelecido à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer para o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, o panotismo, temos a disciplina - mecanismos – dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, o desenho das coerções subtis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projecto a outro, de um esquema de disciplina de exceção, ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre as transformações históricas: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar a grosso modo de sociedade disciplinar. (Foucault, 1997, 173).

19 Ver Rycroft, 1971.

subjetividade, uma vez que propõe um olhar de compreensão dos conteúdos internos a partir do estudo das condições sociais, políticas, econômicas e culturais determinantes que os sujeitos estão vivendo.

Já Marcuse (1967), ao propor uma filosofia política marxista para a psicanálise, concebeu, por meio do conceito da dialética, uma ação de libertação da sociedade repressiva, em que os sujeitos reprimidos buscariam ações contra a organização; denominou esse movimento de “rebeldia”. É nesse sentido que se daria o fortalecimento das pulsões de vida sobre as pulsões de morte.

Parece coerente pensar a ação libertadora de Marcus e com o que Foucault denominou de liberação sexual, isto é, a ferramenta de contra resposta ao controle e regulamentação/regulação das vidas em sociedade.

Podemos considerar, então, que a transformação social, por meio de modificações nas práticas de relacionamentos e convivência social, possa se dar pela inversão de alguns mecanismos de regulação da vida e, dessa forma, da repressão sexual que não está desconectada desses determinantes.

Instala-se aí o grande desafio, pois essas alterações somente serão possíveis por meio das modificações dos aspectos sociais, morais e culturais, de modo a fazer com que as estruturas políticas e morais mudem os aspectos internalizados que constituirão o aparelho psíquico de cada sujeito. Sendo assim, esses aspectos apontariam para novos paradigmas em relação à mediação da satisfação dos desejos, suas exigências e o que é compreendido como proibido.

É nesse complexo contexto que as violências sexuais contra crianças e adolescentes estão inseridas.

CAPÍTULO III – A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Figura V



Ilustração: RM

A violência sexual contra a criança e o adolescente revela conceitos de diferentes campos do conhecimento com inúmeras possibilidades de aproximações que exigem - sem qualquer arrogância teórica – a compreensão de que as diferentes áreas possam colaborar para a elucidação do tema, sobretudo ao dialogarem entre si.

O acesso à questão é bastante espinhoso e, no caso de ausência desse trânsito, é possível ocorrer o efeito inverso, ou seja, a partir de observações isoladas e desprovidas da devida historicidade, culminar em um olhar restrito e reprodutor de mitos e estigmas, sejam eles de natureza social ou psicológica.

Assim, o presente capítulo objetiva a construção de um cenário acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso país, especialmente na atualidade. Para tanto, no que se refere à violência como prática humana e de característica sociocultural, respaldamo-nos em Adorno (2003) e Chauí (1999); considerando as singularidades da violência contra a criança e o adolescente, em especial a violência sexual, embasamo-nos em Azevedo; Guerra (1995, 1998); Guerra (1985), Santos (2009), Faleiros (2010) e Pinto Junior (2005).

Assim, é possível afirmar que a violência apresenta significados tanto no mundo natural quanto cultural, portanto, político. Adorno (2003) apresenta três características para a compreensão da violência, quer sejam: o modo de ser da força; fatos, representações, explicações; e violência e contexto histórico – social e

cultural. O **modo de ser da força** representa uma maneira de ser – dela mesma, do sentimento ou da presença de um elemento natural. Refere-se a uma paixão ou à natureza. **Os fatos, representações, explicações** se materializam por meio das modalidades cristalizadas, como as violências institucionalizadas e representam “o sagrado” para determinado grupo social. Já a **violência e o contexto histórico** envolvem um contexto de relações sociais, socialidade, sociabilidade, interação e relações de poder. A interação social é constituída por diferentes atores, agências, contextos e valores.

Quando estamos falando em violência, estamos falando em modalidades do emprego, não consensual ou legitimado, do uso da força para impor a vontade de uns contra outros, mediante recurso de meios determinados, inclusive força física. Seus resultados compreendem danos à integridade física, psíquica, à identidade, à privacidade de quem quer que tenha sido vítima dessas modalidades de ação. Enquanto tal, dependem de contextos sociais, dos meios empregados, da natureza das relações sociais em conflito ou dos objetos em litígio. Não necessariamente, a existência de conflitos implica em violência. É o modo de resolução de conflitos que pode comportar emprego de violência. (ADORNO, 2010, p. 01).

Essas reflexões corroboram a compreensão da ideologização e da naturalização da violência, do estabelecimento do sagrado e do inviolável para determinada sociedade situada em seu contexto sócio-histórico. Este último, revelador das configurações de poder e normas referentes ao que é considerado violento e do modo como é compreendido e divulgado, o que varia de acordo com os diferentes interesses de agências e grupos sociais.

O fato é que não há vida em sociedade isenta de violência - complexa, polissêmica e controversa (MINAYO & SOUZA, 1998), entendida como uma das maiores questões de saúde pública no mundo.²⁰

Exatamente por ser complexa, não podemos isolar a violência neste ou naquele aspecto, sendo apenas de natureza concreto-objetiva ou de natureza subjetiva. Chauí (1999) apresenta um primeiro diferencial entre eles ao afirmar que violência é

20 Violência e Saúde, OMS – Organização Mundial da Saúde, Bruxelas, 2002. A Organização Mundial de Saúde a define (...) como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DAHLBERG; KRUG, 2007, P. 1165).

[...] tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar), todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo ou direito. Consequentemente, violência, é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (...). (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Importa reconhecer a existência de um sofrimento intersubjetivo causado pelas relações sociais existentes na própria sociedade que produz tanto a vitimação quanto a vitimização.

A vitimação está associada às estruturas sociais que reverberam não somente nas condições infaustas da vida, tais como o ínfimo acesso aos direitos humanos, mas em suas consequências, como a maior vulnerabilidade ao sofrimento e à morte, traduzida pela chamada violência estrutural.²¹

A violência estrutural pode se manifestar por meio de diferentes maneiras, inclusive ideologizadas. Essas estruturas organizadas e institucionalizadas que adquirem características ocultas nas estruturas sociais se expressam na injustiça e na exploração (MINAYO, 1994), cometidas por diferentes atores, sejam indivíduos, grupos e instituições, *sendo desigualmente distribuída, culturalmente delimitada e reveladora das contradições e formas de dominação*. (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p. 36).

A vitimização, destacada por Azevedo e Guerra (2007), é a violência que ocorre transversalmente, sem considerar classes sociais, conquanto a vitimação possa ser elemento facilitador para a vitimização. As condições objetivas podem interferir e/ou influenciar na concretização da violência; contudo, não são os elementos responsáveis como determinantes.

21 Há diferença entre os conceitos de vitimação e vitimização, sendo que o primeiro é compreendido como situação de vulnerabilidade (Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária) e o segundo, como a violência presente nas relações interpessoais entre a criança e o adulto (Azevedo, Guerra, 2007). *(O) conceito de violência estrutural, que oferece um marco à violência do comportamento, se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham.* (BOULDING, 1981).

Além desses conceitos, alguns outros também são equivocadamente utilizados para o emprego de um mesmo significado. Seriam a **agressividade e a violência sinônimas?**

Parece-nos que a utilização desses conceitos como unívocos mostra-se errática, pois o primeiro aparece como um fenômeno natural, como herança biológica de homens e animais. E o segundo constitui um aspecto culturalmente determinado e historicamente construído.

Enfatizamos que não se trata da desvinculação da violência com seu aspecto político ou o acordo com uma visão biologistas; ao contrário, entender a agressividade humana significa compreender que todos somos constituídos por essa natureza, que não necessariamente nos domina, mas que existe. Isso não significa o exercício ingênuo de analisar o ato violento de modo isolado ou separado de sua produção coletiva e social.

Assim, ao diferenciarmos a violência (própria do homem) da agressividade instintiva (animal), consideramos a dimensão ética de tal ato e o impacto social que esse fenômeno ocasiona, evitando sua banalização. Assim, entendemos que a violência não ocorre na natureza, mas no mundo humano. É nesse viés que entendemos a violência como coextensiva à cultura. É no contexto sócio-histórico que ela se revela e tem seus significados alterados. (ROSÁRIO, 2011, p. 44).

Essa diferenciação é fundamental, pois a partir dela incorre um dos fatores de naturalização da violência, entendendo-a como elemento constitutivo do ser humano. Já se considerarmos que a agressividade é constitutiva do ser humano, no entanto, a violência situa-se no mundo da cultura, a suposta normalidade desta última perde o seu sentido.

Dentre as diferentes perspectivas sobre a violência tratadas aqui não há antagonismo; ampliam-se e/ou aprofundam-se a partir de seus encontros. Suas interfaces sobrepõem elementos como o sagrado, o contexto social, o poder, a intersubjetividade e também as relações sociais. Todos são fundamentais para analisarmos a violência sexual, especialmente o significado de violência estrutural e seus processos de vitimação e vitimização, além dos aspectos humanos e culturais que compõem as noções de violência e agressividade.

A violência se manifesta contra outro ser humano como produção que transita entre o individual e o sociocultural e afronta o limite estabelecido por uma

comunidade ou sociedade, independente da classe social, religião, cor ou credo da vítima e/ou do autor, embora as condições sociais possam ser fatores facilitadores dela.

As discussões que ocorrem no Brasil e no mundo acerca da violência seguem diferentes enfoques no que se refere à legitimidade das causas e suas consequências, o que apresenta um rol gigantesco de processos para o mundo jurídico. Entretanto, o foco de estudo dessa tese parece não encontrar grande polêmica para a maioria da sociedade, pois há um entendimento de que a violência sexual não é aceita, principalmente, contra a criança e o adolescente. Contudo, contraditoriamente, sua ocorrência é bastante frequente.

Mas o que é violência sexual contra a criança e o adolescente?

Matéria de indagação de diferentes áreas e estudiosos, a violência contra a criança e o adolescente está basicamente conceituada como intra ou extrafamiliar. A primeira - a violência intrafamiliar – é também conhecida como violência doméstica e definida por Azevedo e Guerra como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto. De outro, leva à coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p. 32).

As autoras classificam diferentes tipos de violência doméstica, caracterizando-as como: negligência, física, psicológica e sexual. Sendo:

A **negligência** é caracterizada pela falta ou omissão dos pais ou responsáveis que não desenvolvem a função de proteção e provisão das necessidades da criança, sejam físicas e/ou mentais.

A **violência física** constitui toda e qualquer ação contra o corpo físico da criança, seja mais leve, moderada ou intensa, da palmada até a o espancamento, *(é) o emprego de força física contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta.* (GUERRA, 1998, p. 41).

A **violência psicológica** pode ser definida como *a intervenção negativa do adulto ou pessoa mais velha sobre a competência social da criança, produzindo um*

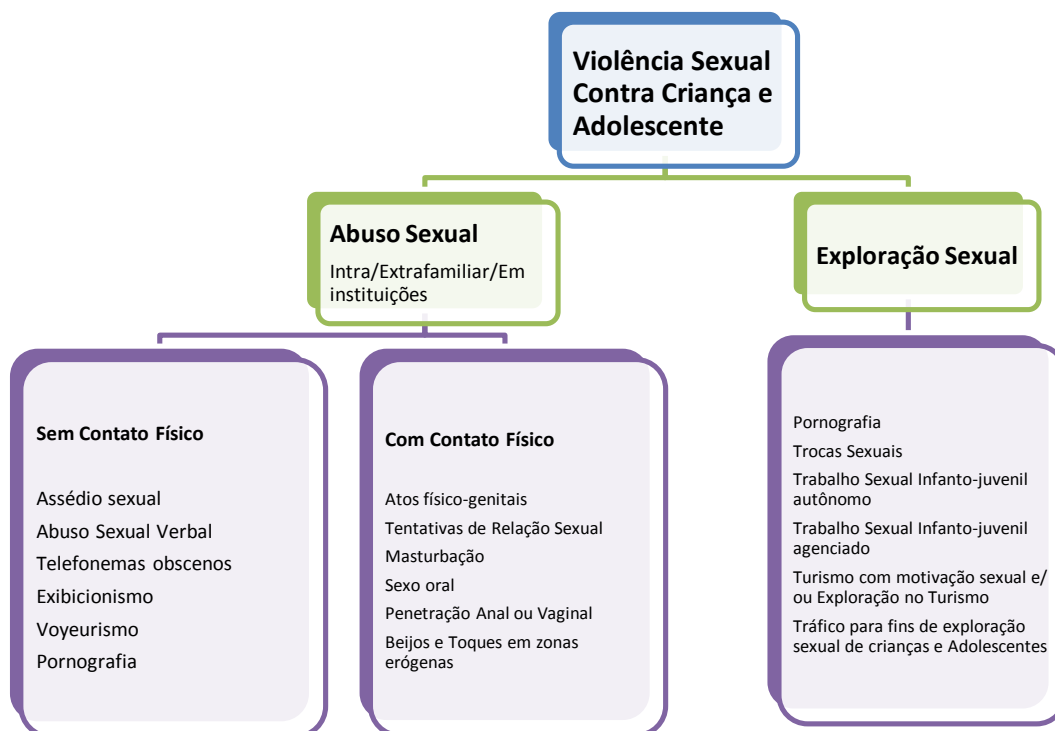
padrão de comportamento destrutivo (DESLANDES, 1994, p. 15). Ou seja, todo tipo de ameaça ou depreciação/humilhação por parte do adulto contra a criança é compreendido como violência psicológica. Essa manifestação de violência terá impacto no processo de subjetivação da criança e na construção de sua identidade.

A **violência sexual** é definida por Faleiros (2000) como uma cruel forma de violência contra a criança e o adolescente, por coisificá-la e desconsiderá-la em sua vontade, maturidade, consciência, experiência, desenvolvimento, recurso, e também por submetê-la a uma atividade pela qual será violentamente estigmatizada; é uma das formas de violação de direito que melhor revelam a interseccionalidade de gênero, raça, etnia, classe social e geração presente nas relações humanas. É considerado violência sexual,

[...] o envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que eles não têm condições de compreender plenamente e para as quais são incapazes de dar consentimento, ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 19).

Contudo, existem diversas classificações para a violência sexual, muitas vezes utilizadas sem o devido esclarecimento, especialmente pelos canais de comunicação de massa. Assim, construímos o quadro a seguir com a finalidade de dar maior visibilidade aos diferentes tipos de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes, que colabora para uma visão mais ampla sobre esta questão.

Diferentes Tipos de Violência Sexual



Fonte: Produção Própria.

Neste estudo, apenas citamos as diferentes formas da violência sexual segundo o PNEVSCA – Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente - ratificando suas diferenciadas expressões em abuso e exploração sexual.

Constatamos duas grandes divisões no estudo da violência sexual contra a criança e o adolescente: o abuso sexual e a exploração sexual.

A exploração sexual, que não constitui foco deste estudo, mas incorpora o conceito de violência sexual contra crianças e adolescentes, é compreendida conforme abaixo mencionamos:

A exploração sexual comercial é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (DECLARAÇÃO APROVADA DURANTE O PRIMEIRO CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL, REALIZADO EM ESTOCOLMO, 1996).

O país começou a comprometer-se com o enfrentamento das práticas de violência sexual por esse viés, sendo esse o mais antigo foco de intervenção. A metodologia de trabalho é bastante específica, considerando a dificuldade de identificação, confirmação e acompanhamento dos casos. Em algumas situações, em especial, os/as adolescentes não consideram que estão sendo explorados/as, considerando que possuem ganhos e/ou estão apaixonados/as. Outras dificuldades enfrentadas são a ausência da qualificação profissional para se lidar com a temática, a estrutura para o desenvolvimento do atendimento e, sobretudo, a omissão da própria sociedade; esses são fatores que dificultam a prevenção e repressão desse tipo de violência.

Há, ainda, outras categorizações para violência sexual: o abuso sexual – intra e extrafamiliar.

O **abuso sexual intrafamiliar**, também conhecido como abuso incestuoso, é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não), ou quando existe uma relação de responsabilidade. (ABRAPIA, 2002; COHEN, 2011).

Na maioria das vezes esse tipo de violência é cometido por pessoa em que a criança confia e com a qual possui convivência, quase sempre possui parentesco, e que tem uma relação de poder sobre ela, seja ele hierárquico ou econômico (pai, padrasto, mãe – embora menos expressivamente esta última), ou do ponto de vista afetivo (tio, avós, irmãos, primos). (COHEN, 1993).

De acordo com o Mapa da Violência (2012), essas informações se confirmam, pois a maior parte dos abusos sexuais ocorre com agressores que possuem uma relação de parentesco ou afinidade com a criança e com o adolescente, sendo que, na maior parte das notificações, o agressor corresponde a alguém da convivência diária da vítima.

Há grande dificuldade em acessar e intervir nesse tipo de violência, considerando a cultura da própria família: o nível de segredo da situação e a natureza das ameaças que podem ser feitas, a vergonha, o preconceito, entre outros. Quando cometido por adulto responsável ou de confiança da criança, mesmo sem laço consanguíneo, o abuso sexual intrafamiliar é compreendido como

incesto.²² Nem toda relação incestuosa configura-se como abuso sexual. Nossa cultura, por exemplo, admite o casamento entre primos. Entretanto, toda relação incestuosa – com ou sem o emprego da força –, com crianças e adolescentes, é considerada abuso sexual.

Há também o **abuso sexual extrafamiliar**. Embora possa eventualmente ser cometido por estranhos, na maioria dos casos o agressor é alguém conhecido e possui a confiança da criança/adolescente, tais como vizinhos, amigos, profissionais, líderes religiosos, cuidadores de modo geral. Mesmo ocorrendo em menor número quando comparado ao abuso intrafamiliar, também merece atenção por parte dos adultos. De acordo com as notificações, esses eventos possuem maior incidência em locais próximos da residência da vítima. Pode ocorrer um período de aproximação por parte do agressor à família, um processo de aliciamento da vítima. Em muitos casos há inclusive uma dependência emocional até a consumação do ato.²³

Contemporaneamente, a aproximação do autor com a criança não necessariamente acontece diretamente; muitos casos registrados mostram que a aproximação se deu por meio da internet, o que facilita a camuflagem de identidade e perfil do abusador. (SANDERSON, 2005).

Já o **abuso em instituições** é uma modalidade similar aos tipos já mencionados. Ocorre em espaços institucionais como ambulatórios médicos, hospitais, escolas, instituições governamentais e não governamentais encarregadas de prover, proteger, defender, cuidar e aplicar medidas socioeducativas às crianças e adolescentes. Pode-se dar entre as crianças, adolescentes e seus pares e/ou entre profissionais. Há particularidades na prática entre funcionários e internos, uma relação explícita de poder instituído.²⁴

Os abusos sexuais contra as crianças e adolescentes podem ocorrer com e/ou sem contato físico, conforme descrevemos abaixo, a partir das definições da Abrapia (2002).

O **assédio sexual** constitui-se por propostas de relações sexuais e geralmente ampara-se na posição de poder do agente sobre a vítima, que passa a ser chantageada e ameaçada pelo autor da agressão.

22 Ver Azevedo, Guerra, 1999; Cohen, 1997; Kaplan & Sadok, 1997.

23 Ver Santos, Ippolito, 2009.

24 Ver Santos, Ippolito, 2009.

O **abuso sexual verbal** concretiza-se por conversas abertas – inclusive por telefone - que tenham como tema as atividades sexuais a fim de despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los com esse conteúdo.

O **exibicionismo** ocorre na forma de revelar os órgãos genitais ou se masturbar na presença ou no campo de visão da criança ou do adolescente.

O **voyeurismo** ocorre na observação incisiva de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas sem a autorização ou desejo delas e, a partir disso, obter satisfação.

A pornografia, também classificada como exploração sexual comercial, (cujo objetivo é o lucro financeiro) é definida como:

[...] a exposição de pessoas com suas partes sexuais visíveis ou práticas sexuais entre adultos, adultos e crianças, entre crianças ou entre adultos e animais, em revistas, livros, filmes e, principalmente, na internet. A pornografia envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime, tanto para aquelas pessoas que fotografam ou expõem crianças nuas ou em posições sedutoras com objetivos sexuais, quanto para aqueles que mostram para crianças fotos, vídeos ou cenas pornográficas. (SANTOS & IPPOLITO, 2009, p. 100).

Essa atividade, quando envolve crianças e adolescentes, é considerada criminosa pela legislação brasileira, tanto para aquele que a produz como para aquele que a consome.

O **abuso sexual com contato físico** é classificado como ato físico-genital e inclui carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Pode ser tipificado em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro (Cf. SANTOS & IPPOLITO, 2011).

3.1 - Agressor ou pedófilo?

As figuras do agressor e do pedófilo são utilizadas de modo equivocado: o primeiro não necessariamente é o mesmo que o segundo e vice-versa.

A pedofilia muitas vezes é apontada na mídia de modo estereotipado e superficial, contribuindo para a confusão existente sobre esse universo. Ela é definida, em seu aspecto social, *pela atração erótica de um adulto por crianças. Essa atração pode ser elaborada no terreno da fantasia ou materializar-se por meio*

de atos sexuais com meninos ou meninas (SANTOS, 2011, p. 74). Isso significa que o indivíduo pode sentir a atração e não necessariamente concretizá-la por meio do abuso sexual; por isso, não é correto dizer que todo pedófilo é autor de abuso ou violência sexual. Do ponto de vista médico, a pedofilia é compreendida como:

[...] um desvio sexual. É um tipo de parafilia, na qual o indivíduo só sente prazer com um determinado objeto. Ele pode se relacionar com outros objetos de prazer, mas sua energia sexual está diretamente voltada para um único objeto, do qual não consegue se desvencilhar. Existem outros exemplos de parafilias: necrofilia (atividades sexuais com mortos), zoofilia (com animais), hebefilia (com adolescentes). (idem, p. 39).

Para o autor, no âmbito da psicologia, a pedofilia é *geralmente considerada uma psicopatologia, uma perversão sexual com caráter compulsivo e obsessivo. O pedófilo é chamado agressor sexual preferencial (idem, p. 39).*

A matéria ganhou visibilidade após diversas denúncias contra a Igreja Católica, por meio de algumas operações, sendo a “Catedral” a mais conhecida. Por meio dela revelaram-se diversos líderes religiosos como pedófilos, de diferentes países, como os Estados Unidos, Reino Unido, França, Polônia, Alemanha, Áustria e Bélgica.

Denúncias existem no mundo, mais notadamente, desde 1940, mas passaram a ter eco e explodiram na mídia em 2008, ano em que autoridades católicas foram afastadas das igrejas das quais faziam parte. O Vaticano afastou 174 padres em 2008 e 2009 e em 2011 expulsou 260. No ano seguinte, 2012, expulsou outros 124. Há uma rede chamada Rede de Sobreviventes de Pessoas abusadas por padres, que fortalece a posição de que não somente os padres que cometem os abusos devam ser expulsos, mas também aqueles padres que sabem do feito e silenciam precisam ser responsabilizados. Os integrantes dessa rede não concordam com a canonização do Papa João Paulo II, apontando sua omissão diante das denúncias que lhe foram feitas.²⁵

25 Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/vaticano-anunciou-que-expulsou-400-padres-por-denuncias-de-pedofilia-1620182> acesso em 22 de fevereiro de 2014.

3.2 - Movimento Pró-Pedofilia?

As conceituações acerca da pedofilia vêm sendo contestadas e consideradas moralistas por diversas comunidades de pedófilos. Sobretudo com a possibilidade da comunicação tecnológica, existem reivindicações do reconhecimento da pedofilia como uma forma humana de afeto e amor, destacando-se os grupos dos Estados Unidos.

De acordo com Verhoeven (2007), pesquisadora do movimento Pró-Pedofilia, existem diversas associações fundadas ao redor do mundo, como por exemplo:

- a **NAMBLA - North American Man/Boy Love Association**; possui bases na cidade de Nova York e em São Francisco. Nos anos de 1980 tinha 300 membros, em 1995, 1.100. Estima-se que o número somente aumentou de lá para cá e que, por conta das infiltrações policiais, não há maiores divulgações. Seus integrantes são homens homossexuais, crianças e adolescentes do sexo masculino. A proposta da Associação é de que as leis passem a considerar o amor livre de homens e de meninos que queiram vivê-lo.

- a **Vereniging MARTIJN**, fundada na Holanda em 1982, oferece ajuda voluntária aos membros e posiciona-se a favor do fim do “terror e da discriminação” do relacionamento sexual entre adultos e crianças. Suas atividades são: publicação da OK magazine; gerenciamento do site www.martijn.org; conselho, apoio e informação aos membros; diálogo com políticos; articulação e cooperação com grupos similares; grupo de discussão. Contudo, para ter acesso às publicações, é necessário associar-se e realizar pagamento anual.

- a **JON**, associação de um grupo holandês fundada em 1979, que apoia pessoas com “habilidade de apaixonarem-se por crianças”; seu site possui a opção de diferentes idiomas, tais como: holandês, inglês, dinamarquês, italiano, francês, espanhol e alemão. Além do site há o encontro mensal para auxílio recíproco.

- a **RENE GUYON SOCIETY**, que teve por inspiração o jurista Renè Guyon (1876), que desenvolveu o *Etude ethique d'sexuelle*, estudo composto de dez volumes que trata, dentre outros tópicos, da abolição das leis penais para as ofensas sexuais. Possuem como slogan a frase: “*Sex before eight, or else it's too late*”/ Sexo antes dos oito, ou então que seja tarde demais. Possuem base na

Califórnia (EUA) e declaram-se com 10.000 membros.

- a **AG-PAEDO**, organização de pedófilos alemães que desenvolvem publicações, apoiam prisioneiros pedófilos e realizam dois encontros anuais.

- a **COALITION PÉDOPHILE QUEBECOIS**, organização do Canadá entendida como extinta que parece ter voltado às atividades, e, **DANISH PAEDOPHILE ASSOCIATION (DPA)**, organização pedófila da Dinamarca, sem maiores informações.

Verhoeven (2007) também destacou depoimentos de crianças e/ou adultos que registraram suas experiências nos sites:

Você deveria ser capaz de amar quem você quiser, quando você quiser e, enquanto os dois estão felizes, não importa o que qualquer um pense. Depoimento de um menino de 10 anos de idade. (tradução livre).

“NINGUÉM NUNCA ABUSOU DE MIM! Eu era livre para dizer ‘SIM’!!!!’ E também sabia como dizer ‘não’ se tivesse alguma coisa que eu pudesse não gostar”. Depoimento de um homem que começou a ter vida sexual aos sete anos de idade com homens mais velhos. (tradução livre).

Considerando as proposituras destas organizações poderíamos, então, compreender que, a partir do consenso da criança, não há abuso sexual? Não. No Brasil, a idade do consentimento – ou seja, momento em que se considera que o adolescente possa decidir qual o melhor momento para iniciar a vida sexual, é aos quatorze anos; antes disso, todo ato sexual é considerado violento, o que também não significa afirmar que a violência não ocorra a partir de ou após essa idade.

Embora ocorra a expressiva organização do Movimento Pró-Pedofilia²⁶, há um limite sociocultural e legal em nossa sociedade que, ainda que considere as tradições culturais, estabelece a proibição das práticas sexuais com/contras crianças e adolescentes – incestuosas ou não – levando em conta seu nível de desenvolvimento, capacidade de escolha e estigmatização. É nesse contexto que se destaca a importância de prevenir e acompanhar as violências sexuais.

Mas, e no Brasil: como ocorreram e ocorrem o reconhecimento, a prevenção e o acompanhamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes?

26 No ano de 2011 ocorreu a Conferência Pró-Pedofilia, em Baltimore, EUA, com foco na incompreensão dos sentimentos, amor e romance que os pedófilos possuem pelas crianças. Disponível em: <http://www.lifesitenews.com/news/evil-attendeers-at-prominent-pro-pedophilia-conference-horrified-by-sessions> acesso em 23 de fevereiro de 2014.

3.3- A VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL

A consolidação da questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda política brasileira ocorre gradativamente e a partir de um quadro alarmante de gravidade crescente. A temática é colocada em pauta por meio do movimento das mulheres no fim do século XIX e alcança status expressivo de denúncia no início do século seguinte. Assim, no final dos anos de 1970, compõe a agenda dos direitos humanos e é preconizada pela Plataforma de Ação de Beijing (1995).²⁶ É por meio dela que se estabelecem os direitos sexuais como fundamentais dos direitos humanos, afirmando a liberdade, a autonomia e o exercício responsável da sexualidade.²⁷

Na década de 1980 o Brasil marca, além de outros, o fortalecimento do movimento social em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Contudo, é a

27 Realizou-se em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Nessa ocasião foi aprovada uma Plataforma de ações, cujo artigo 98 apresentava: 98. El VIH/SIDA y otras enfermedades transmitidas por contacto sexual, cuyo contagio es a veces consecuencia de la violencia sexual, tienen efectos devastadores en la salud de la mujer, en particular de las adolescentes y jóvenes. Las mujeres no suelen tener el poder necesario para insistir en que se adopten prácticas sexuales libres de riesgo y tienen un acceso reducido a la información y a los servicios de prevención y tratamiento. Las mujeres, que representan la mitad de los adultos que contraen el VIH/SIDA y otras enfermedades de transmisión sexual, han hecho hincapié en que su vulnerabilidad social y las relaciones de poder desiguales entre la mujer y el hombre constituyen obstáculos para el sexo libre de riesgos, en sus esfuerzos por reducir la propagación de las enfermedades de transmisión sexual. Las consecuencias del VIH/SIDA no sólo afectan a la salud de la mujer, sino también a su función de madre y encargada del cuidado de otros y a su contribución al apoyo económico de su familia. Es preciso examinar desde la perspectiva de género los efectos del VIH/SIDA y otras enfermedades de transmisión sexual en la sociedad, el desarrollo y la salud.⁹⁹ La violencia sexual y basada en el género, incluidos los malos tratos físicos y psicológicos, la trata de mujeres y niñas, así como otras formas de malos tratos y la explotación sexual exponen a las niñas y a las mujeres a un alto riesgo de padecer traumas físicos y mentales, así como enfermedades y embarazos no deseados. Esas situaciones suelen disuadir a las mujeres de utilizar los servicios de salud y otros servicios. (Declaración y Plataforma de Acción de Beijing, 1995, p. 38 e 39). O Brasil aderiu à Plataforma de Ação de Beijing, assim como a seus desdobramentos – apresentou à 23a. Assembleia Geral das Nações Unidas o Relatório Nacional sobre a implantação dela no país. Realizou o questionário de avaliação em 2004 e o encontro de avaliação em 2011. A avaliação da América Latina e Caribe: Entre os avanços dos últimos 15 anos destaca-se o acesso das mulheres à educação. Em um contexto de desigualdade social persistente, em 2005 a região já havia alcançado a paridade em matéria educativa e registrado importantes logros na adoção de sistemas legais igualitários, na construção e no fortalecimento dos mecanismos para o progresso da mulher, na formulação de planos e programas para a igualdade de gênero com ênfase no setor social e, no âmbito da legislação, para sancionar a violência doméstica e garantir os direitos humanos das mulheres. Durante o período examinado observam-se problemas referentes à regulamentação das leis aprovadas, à sua aplicabilidade, à falta de informação estatística e à débil capacidade de gestão e monitoramento de muitos governos para traduzir essas normas em programas e políticas sustentáveis desde o ponto de vista político, técnico e financeiro. Nos últimos anos têm emergido com força e com o apoio, tanto dos governos como da sociedade civil, os temas da exploração, do tráfico e da exploração sexual com fins comerciais. Fonte: <http://www.eclac.org/mujer/noticias/paginas/8/36338/Beijing15portugues.pdf>

partir de 1990, com a aprovação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - que a violência sexual contra o público infanto-juvenil conquista maior visibilidade.

Nos primeiros anos da década de 1990, mais precisamente em 1993, evidencia-se a atuação da 1ª. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) responsável pela investigação das redes de exploração sexual. Este momento se traduz em um forte componente do movimento histórico, especialmente pela exposição pública e natureza oficial a respeito da violação dos direitos dessas crianças e adolescentes e também sobre a lacuna nos atendimentos de prevenção e de intervenção destes casos. (LIBÓRIO, 2005; LEAL, 2006; Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2007). Este é um episódio extremamente relevante, considerando que realiza esforços para enfrentar certa “obscuridade” que envolve tais redes, inclusive na contemporaneidade.

Diversos encontros foram realizados a fim de problematizar e sistematizar ações acerca da violência sexual contra a criança e o adolescente. Em 1996 inicia-se uma série de Congressos que fixaram a temática na agenda política em escala global.

O Brasil se prepara para participar deles, passa a refletir e intervir de modo mais sistemático na problemática sugerida. Realiza o “Encontro das Américas”²⁸, para subsidiar sua participação no *I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* realizado em Estocolmo. A partir dele são produzidos programas, diretrizes e ações nacionais e internacionais com vistas à erradicação dessa forma de violência.

Em 1997 é realizada no Brasil a *II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, com o lema “Criança e adolescente, prioridade absoluta”. A proposta constituía uma ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual e nacional, para uma avaliação na implementação dos direitos infanto-juvenis, sobretudo referentes aos eixos do CONANDA.²⁹

28 (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008, Plataforma de Beijing, 1995).

29 De acordo com os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, em 1996, a realidade brasileira é que “a idade das crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual, oscila entre 10 a 19 anos e tanto podem ser do sexo feminino quanto do masculino, de todas as classes sociais e etnias. A grande incidência ocorre entre adolescentes mulheres, provenientes das classes populares de baixa renda que vivem na periferia dos centros urbanos, nos garimpos e outros locais similares”. Fonte: <http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/88NURRB8AOESKV83TFUN.pdf>

Nesse mesmo ano, ocorre a implantação da Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - RECRIA, realizada pela Abrapia³⁰, em parceria com o Ministério da Justiça, Unicef e Embratur. O objetivo é o oferecimento de suporte para banco de dados - existentes ou em criação - para o atendimento de demanda por informações sistematizadas, a fim de respaldar propostas e projetos de capacitação, políticas públicas e pesquisas. O Disque Denúncia, que recebe informações e denúncias sobre quaisquer tipos de violência contra crianças e adolescentes, também é criado nesse momento pela mesma associação.³¹

No ano de 2000, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes³² decorrente da articulação entre os poderes legislativo, executivo, judiciário, a sociedade civil e as organizações internacionais. Vale lembrar que o Brasil foi um dos primeiros países a realizá-lo, conforme as orientações do Congresso de Estocolmo. O plano consubstancia as diretrizes para as políticas públicas de atendimento nesse tipo de demanda.

Por meio da Lei nº 9.970/2000, aprovada pelo Congresso Nacional, institui-se o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Luta pelo Fim da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente.

Ocorre ainda a criação do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conhecido como Programa Sentinela, criado pelo governo federal, para o atendimento psicossocial às crianças em situação de violência. Sua execução ocorria por meio do Ministério de Assistência e Previdência Social. E, demonstrando a ampliação do entendimento da questão a ser trabalhada, são inseridas ações no PPA – Plano Plurianual de 2000/2003 do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Ministério de Esporte e Turismo.

Como evento preparatório para o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes ocorre o Encontro de Costa Rica, em

30 A coordenação e execução desse serviço passam para a SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com a Petrobrás e o Cecria, no ano de 2003. A partir do ano de 2006, o Disque denúncia passa a ser chamado Disque 100. Ao receber a informação e analisá-la, tem um prazo de 24 horas para encaminhá-la para um órgão de defesa e responsabilização). (Cecria, 2008).

31 Os eixos apresentados pelo CONANDA na oportunidade eram: trabalho infanto-juvenil, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, ato infracional, Conselho Tutelar, orçamento público e fundos, além da proposição de diretrizes para sua efetivação

32 Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência.

que se aprova a Carta de Costa Rica, intitulada “Tolerância zero para com a violência sexual contra crianças e adolescentes”.

Logo em seguida, em 2001, foi realizado o *II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* em Yokohama; houve a ratificação de avanços e do compromisso global de proteção das crianças contra o abuso e exploração sexual. No mesmo ano realiza-se o Pacto São Paulo Contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por iniciativa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente– CONDECA-SP, do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância – CRAMI-ABCD e da Visão Mundial, instituições responsáveis pela coordenação do Movimento Pacto São Paulo desde o segundo semestre de 2000.

Em 2002 presencia-se a abertura do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mesmo ano em que ocorre a inserção, no capítulo 141 do Plano Nacional de Direitos Humanos, do direito ao desenvolvimento sexual saudável como conceito integrante do pleno desenvolvimento harmonioso da criança e do adolescente dentro da ótica dos direitos humanos.

Ainda no mesmo período, inicia-se o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR - do Governo Federal e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID e a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Em 2002 é realizada em Salvador a I Conferência Internacional sobre Pornografia Infanto-Juvenil na internet, sob a coordenação do CEDECA-BA.

Há a criação, pelo Governo Federal, no ano de 2003, da Comissão Interministerial para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mesmo ano em que se instala no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e em que se sanciona o Pacto pela Paz, aprovado pela V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, momento em que se ratifica o compromisso com a erradicação da violência sexual contra a criança e o adolescente e o Disque Denúncia passa a ser gerenciado pelo Governo Federal.

Já em 2004, a CPMI da Exploração Sexual pede o indiciamento de mais de 200 pessoas. Dentre elas estavam aqueles sobre os quais, em tese, não haveria suspeitas: políticos, magistrados, empresários, esportistas e líderes religiosos. Com isso há a proposta de modificações na legislação sobre crimes sexuais e nas políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

Ocorre em 2005 a criação da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos – SaferNet Brasil (www.safernet.org.br), única na América Latina, operando em parceria com o Ministério Público Federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Childhood Brasil e outras instituições.

Porém, em 2008, ocorre o *III Congresso*, que teve como sede a cidade do Rio de Janeiro, momento de apresentação da *Declaração e Pacto Rio de Janeiro*, que estabelece um acordo de ações integradas e sistêmicas para combater a violência sexual imposta ao público infanto-juvenil em todo o mundo. O Brasil foi país signatário em todos os congressos. (PAIXÃO, DESLANDES, 2010).

A partir de 2005, por meio da Política Nacional da Assistência Social e da operacionalização do SUAS – Sistema Único de Assistência Social - o Programa Sentinela é ampliado e passa a ser executado pelos CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social. Designa-se a esse serviço, além de outros, o acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Contudo, a realidade brasileira é bastante disforme. Existem diversos municípios que realizam esta atividade por meio das organizações do terceiro setor, considerando a escassez de funcionários efetivos nas equipes de serviços públicos.

Em 2013 há a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente e dois elementos inéditos estão presentes: a indicação de especialização profissional para o trabalho com essa demanda e a necessidade de atendimento ao autor do abuso.

Os eixos do referido plano - criados em consonância com o Plano Decenal de Direitos Humanos de crianças e Adolescentes, CONANDA/2010 - passam a ser: Prevenção, Atenção, Comunicação e Mobilização Social, Defesa e Responsabilização, Participação e Protagonismo, Estudos e Pesquisas. A partir deles é que se elaboram as diretrizes e as ações para todo o território nacional.

O abuso sexual é quantitativamente bastante expressivo no Brasil. Até o mês de abril de 2014, foram registradas 6106 ocorrências.³³ Em 2013 registraram-se um total de 26.613 notificações. Os estados que mais as receberam foram:

Tabela 10 - Notificações por Estado/2013

	São Paulo	Rio de Janeiro	Bahia	Minas Gerais
Nº de Casos	4323	3733	3267	3122
Meninas	2293	2666	2422	2242
Meninos	900	703	554	547
Sexo não Informado	500	500	291	333
1ª. Faixa Etária mais atingida	12 a 14	12 a 14	12 a 14	12 a 14
2ª. Faixa Etária mais atingida	04 a 07	08 a 11	15 a 17	15 a 17
Raça Não Informada	1602	1331	1164	1182
Branca	1321	940	650	811
Preta	203	302	293	211
Parda	1183	1149	1144	893

Fonte: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/dados-estatisticos>

Percebemos que, em 2013, quem lidera a posição no maior número de casos é o estado de São Paulo, lugar anteriormente (2012 e 2011) ocupado pela Bahia. Uma das explicações apontadas³⁴ refere-se aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014: a expressiva mão-de-obra, a circulação nas áreas de construções dos estádios, que colaboraram para o aumento tanto do abuso quanto da exploração sexual.

As notificações referem-se mais a casos de meninas em comparação aos meninos. Contudo, não traduzem a realidade de ocorrência com meninos, considerando os aspectos culturais de camuflagem desses casos.

A primeira faixa etária mais atingida em todos os estados é a de 12 a 14 anos; a segunda, de 04 a 07 anos em São Paulo, 08 a 11 anos no Rio de Janeiro e

³³ O mais recente Plano Nacional passou por consulta pública para alterações e foi disponibilizado no ano de 2013.

³⁴ Dados da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, disponíveis em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/dados-estatisticos> acesso em 20/06/2014.

15 a 17 na Bahia e em Minas Gerais, dados relevantes para o fortalecimento de políticas de prevenção e acompanhamento de toda a rede de atendimento.

Há muitos casos em que não se informam o sexo e a raça da criança, prejudicando a elaboração do perfil das vítimas. Contudo, naqueles em que a informação existe, percebemos a prevalência da raça denominada parda e uma possibilidade de aumento do número de casos de meninos.

A atenção integral à criança e ao adolescente mostra-se necessária para as intervenções nessa realidade. O ECA já há tempos indica a necessidade da formulação e ação do **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente** e de sua implantação por meio das políticas sociais e públicas. São as políticas públicas que devem oferecer terreno fértil para a concretização das intervenções profissionais na promoção, defesa e mobilização social frente à violência sexual contra o público infanto-juvenil. Afinal, que Sistema é esse? Quais as possibilidades de atuação profissional diante da situação da suspeita ou revelação do abuso sexual por parte de crianças e adolescentes? O que é e como se efetiva o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes?

3.4 – Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Independente da formação inicial do profissional que atuará com casos de abuso sexual, é importante partir do entendimento de que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, ancorado nos preceitos Constitucionais, estabelece a Doutrina de Proteção Integral. A política de atendimento para a criança e o adolescente é a única que apresenta prioridade **absoluta** nos termos da Constituição Federal de 1988.

A partir dessa doutrina há também a criação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (Artigo 86, ECA, 2011).

É importante que haja esclarecimento sobre a atribuição dos diferentes atores do SGDCA para a qualificação dos casos atendidos. Importa saber que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é constituído por três eixos, nos quais o profissional pode se localizar, tanto para saber seu papel, quanto para compreender o papel daqueles com quem realizará interlocução.

Os eixos supramencionados se apresentam como Promoção, Defesa e Mobilização e Controle social dos direitos das crianças e adolescentes.

No eixo “**Promoção**”, há o desenvolvimento de políticas de promoção e proteção, que devem compreender os direitos em sua natureza transversal e intersetorial. É constituído pelo poder executivo, por meio da realização das políticas sociais, tais como: saúde, assistência social, educação, lazer, cultura etc. Participam das ações as secretarias e serviços das respectivas áreas.

É possível identificarmos diferentes materiais e orientações³⁵ em cada uma dessas áreas no que toca aos procedimentos profissionais a serem tomados no caso de suspeita ou verificação de abuso sexual. Algumas das áreas possuem, inclusive, fluxo de atendimento sugerido.

Sabemos que o momento histórico é de organização, seja na concepção e capacitação dos profissionais, seja na construção e pactuação dos fluxos municipais, entre as diferentes áreas, profissionais e grupos envolvidos. O que significa afirmar que os profissionais precisam ser preparados para lidar com a questão e receber acompanhamento em seu exercício. A formação continuada para os profissionais está prevista tanto no SUS quanto no SUAS e na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e precisa ser utilizada para tanto.

Em muitos municípios do Brasil há verba para formação e acompanhamento das equipes, que podem realizar-se por meio de cursos, palestras, oficinas e supervisão. Porém, há também dificuldade em investir. As equipes de gestão iniciam seu exercício com desconhecimento sobre a melhor forma para contratação dos serviços - RPA – registro de pagamento para autônomo, licitação por três orçamentos, pregão, notório saber etc. Várias vezes a verba retorna ao âmbito

35 O Jornal R7 apresenta informações a respeito do aumento do número de casos de abuso e exploração sexual em São Paulo e entrevista atores da política pública, inclusive Fábio Silvestre – Coordenador de Política para Crianças e Adolescentes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/casos-de-abuso-de-criancas-em-itaquera-aumentam-com-construcao-de-estadio-da-copa-dizem-vitimas-19052014> acesso em 21/06/2014.

federal por não ter sido gasta.³⁶ Além disso, os trâmites internos para realizar a contratação, via-de-regra, são demorados, o que não corresponde às necessidades profissionais.

Outras dificuldades a serem consideradas são: a alta rotatividade dos profissionais que, ao procurarem melhores condições de trabalho ou atividades com as quais melhor se identifiquem, vão deixando os postos; o número insuficiente de recursos humanos; a pouca estrutura dos serviços, e, as dificuldades em ações interdisciplinares e intersetoriais.

Todos os itens citados são indispensáveis para se pensar e construir fluxos municipais de atendimento. O modo como as diferentes políticas se comprometem com a violência sexual e dialogam com as demais pastas do Poder Executivo - na efetividade dos atendimentos - precisa ser combinado, estabelecido, pactuado, monitorado e avaliado.

Na área da **saúde** as políticas são desenvolvidas de acordo com as orientações do SUS – Sistema Único de Saúde - com o objetivo de promoção da saúde a partir de políticas com natureza preventiva e/ou curativa.

Nesse caso, a prevenção pode ser realizada por meio de atividades que se diferenciam em níveis de complexidade. No nível primário estão as atividades educativas que esclarecem dúvidas. No nível secundário há atividades realizadas para a população considerada de alto risco. E no terciário há o objetivo de reduzir consequências e contribuir para a não recorrência de violências já instaladas.

A boa atuação da área da saúde é essencial para a notificação e acompanhamento dos casos e para os primeiros encaminhamentos necessários no caso de violências sexuais, sobretudo as que produzem sinais físicos imediatos. Possuem também papel fundamental na orientação com relação aos cuidados concernentes à saúde no contexto da violência.

A partir do Decreto 7958, de 13 de março de 2013, houve o estabelecimento legal das funções para o chamado atendimento humanizado na saúde, bem como na área da segurança. Assim, a partir dessa data, existe lei para a atribuição da saúde no caso de atendimento às vítimas de violência sexual. Versa sobre o acolhimento, atendimento humanizado, espaço para escuta qualificada com garantia

36 Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, 2013; Guia de Orientações CREAS, MDS, Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento, 2009. Provimento 32, CNJ. (Tribunal de Justiça), Portaria nº 485, de 1º de abril de 2014. (Saúde)

de sigilo, informação para a vítima sobre todas as etapas de atendimento e encaminhamentos, informações sobre os serviços específicos de atendimento, disponibilização à vítima de transporte para chegar ao serviço de referência, capacitação dos profissionais do SUS e da Segurança Pública para atender as vítimas dessa violência, garantindo atendimento humanizado e o devido rastreamento de vestígios da violência.

Ao SUS compete, dentre outras providências, a coleta de vestígios e elaboração de relatório circunstanciado e o Termo de Consentimento Informado com assinatura da vítima. Preenchimento da Ficha de notificação compulsória de violência.

Esse Decreto é considerado e redefinido pela Portaria nº 485, de 1º de abril de 2014, que passa a abranger o atendimento ambulatorial (UBS – Unidade Básica de Saúde e CAPS - Centro de Atenção Psicossocial) e o Serviço de Referência de Atenção Integral para diferentes classificações para pessoas em situação de violência: mulheres; crianças; adolescentes; idosos; **homens**; interrupção de gravidez para casos previstos em lei; atendimento ambulatorial. De acordo com a Portaria esse serviço deverá funcionar 24 horas por dia, sete dias da semana e com equipe mínima de 1 (um) médico clínico, ou 1 (um) médico em especialidades cirúrgicas; 1 (um) enfermeiro; 1 (um) técnico em enfermagem; 1 (um) psicólogo; 1 (um) assistente social; e 1 (um) farmacêutico.

Os avanços são consideráveis e, para o momento, o desafio é a sua efetivação. Diversos trabalhadores da saúde, inclusive, desconhecem os procedimentos ou as possibilidades de executá-los em atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência sexual. Há, além do despreparo, casos de omissões.

Já na área da **assistência social**, a política de atendimento é desenvolvida a partir do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e das orientações específicas do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assim como na saúde e inspirada nela, essa política também é dividida em níveis de complexidade, sendo a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, esta última subdividida em Proteção Social de Média e Alta Complexidade.

Constituem a Proteção Social Básica os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, que são unidades públicas estatais que trabalham o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Especial trabalha, em tese, com as pessoas, grupos e famílias com vínculos familiares e

comunitários desgastados ou rompidos. É composta pelos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro Especializado de Assistência Social para a População de Rua, e, ainda, a Proteção Social de Alta Complexidade, composta pelos serviços de acolhimento institucionais, consistentes em diferentes modalidades, quer sejam: casas-lares, abrigos ou repúblicas. Além dos CRAS e CREAS essas proteções também podem ser acrescidas por entidades não governamentais que atuam por meio de convênios com o Poder Público. O cenário diferencia-se dentre os municípios brasileiros nessa composição. O que isso significa afinal?

A organização administrativa se tem realizado de forma diferenciada entre os municípios e há relatos de profissionais que apresentam a recusa dos CRAS em receber pessoas que estejam sendo atendidas pelos CREAS. Outros municípios não atendem no CREAS se a família não passar pelo CRAS.

Essa organização da política – sem desconsiderar os avanços que possa apresentar – reverberou em uma segmentação absurda no acompanhamento dos casos, inclusive na recusa de trocar informações dentro das próprias equipes da assistência social. Vale lembrar que o usuário que se encontra no território é aquele que participa do CREAS. Em sendo assim, é necessário que haja fluxo e diálogo estabelecido entre as duas unidades públicas e estatais de atendimento da política pública de assistência social.

Via-de-regra, ocorre ou deveria ocorrer no CREAS a orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com direitos violados, sem rompimento de vínculos. Esse serviço, via-de-regra, executa as medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, atende indivíduos e famílias em situação de violência, inclusive crianças e adolescentes em suspeita ou situação de violência sexual, dentre outros.

Após a acolhida e referenciamento do CRAS, por demanda espontânea ou encaminhamento judicial, a criança e/ou adolescente com suspeita ou verificação de abuso sexual são acompanhados pelo CREAS no programa de atendimento específico. Contudo, a realidade não é homogênea. Os municípios possuem estruturas de atendimento bastante diferenciadas e, embora haja o direcionamento do SUAS, há diversas variações na execução dos atendimentos.

Muitas crianças pedem socorro pela violência sexual sofrida e não alcançam eco, é como se os adultos a sua volta se negassem a reconhecer o ato em

movimento. Seja pela falta de recursos próprios ou pela inexperiência, ficam estáticos, e onde deveria existir a promoção e proteção de direitos, reproduz-se a violação.

A **educação**, por meio de seus serviços em creches e escolas, também executa a promoção de direitos. Não se pode dizer que sua prática nada tenha a ver com a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Talvez ela seja um dos primeiros espaços em que a criança descubra a seriedade do que esteja ocorrendo em sua própria vida. A partir dos conteúdos didático-pedagógicos, a abordagem do corpo e da sexualidade pode colaborar para a consciência da criança no que se refere a si mesma e a sua relação com os outros.

Além disso, ao suspeitar ou verificar situações de violência, a escola é obrigada a notificar o Conselho Tutelar, sob pena de multa estabelecida pelo ECA, situada na Parte Especial da Lei que se refere aos Crimes e Infrações Administrativas.

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (Art. 245, ECA, 1990).

Nessa realidade específica, também se encontram as dificuldades na formação inicial dos pedagogos quanto à sensibilização ou preparação para esse tipo de intervenção. Não raro é apresentada pelos profissionais da educação a ausência de formação voltada para questões de violência, sobretudo a sexual, afirmando sua competência pedagógica nos conteúdos entendidos como estritamente escolares.

Não queremos, com isso, afirmar a inexistência de bons projetos na escola. Contudo, ressaltamos a necessidade da formação profissional e da boa estrutura para os educadores.

O Sistema de Garantia de Direitos não possui cenário pronto, experiências difíceis e/ou exitosas têm ocorrido em todo o país. No que se refere especificamente ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, a realidade parece denunciar tanto a escassez na efetivação de políticas públicas

eficazes - seja na promoção, proteção e defesa - além da formação deficitária dos profissionais envolvidos. A partir da provocação e do comprometimento das diferentes pastas da política pública dos diferentes poderes – executivo, legislativo e judiciário-, pode nascer a vontade política para promover a formação e acompanhamento dos profissionais na pactuação entre eles para as vias de fato dos atendimentos realizados .

O segundo eixo do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é a “**defesa**”. Ele representa o acesso à justiça e aos recursos jurídicos para a proteção da criança e do adolescente. Seus agentes possuem a exigibilidade e impositividade em suas ações. Fazem parte desse eixo as Varas da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, os Centros de Defesa.

O Conselho Tutelar é um órgão autônomo não jurisdicional administrativamente ligado ao poder público municipal. De acordo com o ECA, suas atribuições são:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I** - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II** - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III** - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a)** requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b)** representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV** - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V** - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI** - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII** - expedir notificações;
- VIII** - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX** - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X** - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI** - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de

manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

A partir do ECA, o Conselho Tutelar constitui-se em um grupo de pessoas da comunidade que zelam pelos direitos da criança e do adolescente. Pode-se dizer que de 1990 até hoje, este Conselho se complexificou sobremaneira. Muitas vezes o órgão que deveria zelar pela defesa reproduz a violência. Não havendo um conhecimento acerca dos direitos é possível observar, muitas vezes, uma prática orientada pelo senso comum, valores e poderes pessoais.

Já nas **Varas da Infância** há um universo amplo de processos a serem julgados pelo juiz, geralmente submetidos à análise de sua equipe técnica. Os processos são direcionados para estudos sociais, psicológicos e/ou psicossociais. Referem-se à adoção, ato infracional, acolhimento, reintegração familiar, medida cautelar, medida de proteção, dentre outros.

A organização difere-se no país, mas, em muitos municípios, a violência sexual contra a criança é atendida a partir da Vara Criminal, em que o feito é apenas a prova para a punição do adulto. Muitas vezes, o estudo psicossocial com a criança para escuta e avaliação tem sido alvo de inúmeras polêmicas, em especial no estado de São Paulo. A partir daí, o processo pode ser transferido para a Vara da Infância e Juventude. Contudo, permanece o desconforto profissional.

De quem é a atribuição profissional para realizar a escuta e elaborar os pareceres sobre o abuso sofrido (ou não) pela criança e adolescente? Essa é uma questão que se desenrola de modos diferentes de um município para outro. No estado de São Paulo temos diversas diretrizes de quem não realiza o estudo, a avaliação e o parecer, porém, pouco se afirma sobre quem, de fato, deve fazê-lo.

Os conselhos, tanto de serviço social quanto de psicologia, posicionam-se contra a atribuição técnica dos profissionais para avaliação, estudo e pareceres de abuso sexual. Encontramos, assim, um terreno que, ao mesmo tempo em que é de todos, não é de ninguém. Os profissionais mostram-se tão despreparados que se ancoram na não realização da escuta, da avaliação, da elaboração de documentos a

respeito. Quem poderá fazê-los? Contudo, já ocorrem projetos pilotos no Tribunal de Justiça de São Paulo, referentes à escuta de crianças vítimas de abuso.

À Promotoria cabe, dentre outros, a defesa da criança e do adolescente de toda forma de violência e, nesse sentido, deve: zelar pela convivência familiar e comunitária; atuar quando do cometimento do ato infracional; garantir o acesso à educação; prestar atendimento na área da Saúde e buscar a implantação dos Conselhos de Direito e Tutelar em todos os Municípios.

À Defensoria Pública, em exercício há nove anos no estado de São Paulo, cabe a atuação por meio de atendimentos às crianças, adolescentes e suas famílias que se encontrem em situações de vulnerabilidade, como, por exemplo, em conflito com a lei.

Já o Instituto Médico Legal está ligado à Secretaria de Segurança e sua atribuição consiste em produzir provas e perícias para composição de provas forenses. De acordo com o Decreto nº 7958/2013, citado anteriormente neste estudo, compete ao Ministério da Justiça apoiar e criar um ambiente humanizado para o atendimento de vítimas de violência sexual nos órgãos de perícia médico-legal, promover a capacitação de seus profissionais.

Assim como o eixo anterior, a DEFESA possui diversos avanços, que precisam ter prosseguimento. As esferas desse eixo, via-de-regra, são extremamente burocráticas e hierarquizadas, o que dificulta o diálogo com os demais atores da rede. Ainda é preciso galgar espaços democráticos para as construções futuras. Ao que parece, seus atores têm sido confrontados com a problemática da violência sexual infanto-juvenil e postos em uma tarefa limite, qual seja a efetivação do direito da vítima e não só na punição do autor. O que diz a lei sobre isso?

No Código Penal Brasileiro os crimes sexuais estão inseridos no Título VI, Dos Crimes contra os Costumes, que tratam da prática mediante violência ou grave ameaça de atos libidinosos. O que pode ser questionado, pois essa classificação está diretamente associada aos princípios morais do contexto histórico na oportunidade de elaboração do Código - Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940. Assim, embora não se possa negar avanços a partir das recentes modificações trazidas pela Lei nº 12.015 de 2009, que alteram sua redação, muito se preserva.

A partir do Código Penal, há a divisão entre dois tipos de atos libidinosos. O primeiro é a conjunção carnal, caracterizado pela introdução (completa ou não) do

órgão genitor masculino na vagina e o segundo refere-se aos atos libidinosos classificados como atentado violento ao pudor e corrupção de menores. Percebemos que, nesta modalidade, o agressor é presumidamente do sexo masculino e a vítima, do sexo feminino. Não se aponta a possibilidade do menino/homem como vítima ou a mulher como agressora. Já nos demais atos libidinosos, tanto homem como mulher podem ser vítimas ou autores.

Encontramos no Código Penal 15 tipos penais que se referem a crimes sexuais contra as mulheres, enquanto para o homem como vítima existem apenas duas tipificações, que são o atentado violento ao pudor e a corrupção de menores. Com a chamada Lei do Estupro, de nº 12.015 de 2009, tanto homens como mulheres são considerados como agentes ou vítimas do crime.

Todo estupro ou qualquer crime sexual que ocorra com criança e adolescente menor de 14 anos praticado por pessoa maior de 18 anos conta com um recurso legal chamado de presunção da violência do agressor ou inocência da vítima. A partir dos 14 anos existe a chamada idade do consentimento. Assim, adolescentes do sexo feminino ou masculino, a partir desta faixa etária, podem decidir sobre a melhor época para sua iniciação sexual com seus pares, ou seja, adolescentes. A relação com pessoas maiores de 18 anos pode ser compreendida como crime, independente de haver violência.

Com a alteração do Código Penal por meio da Lei 12015/2009, o estupro passa a ser considerado, tanto contra a mulher quanto contra o homem, como podemos observar no artigo 213 do Código Penal:

Estupro

Art. 213 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Além disso, existem outros artigos que podemos citar, como por exemplo: a violação sexual mediante fraude, assédio sexual, corrupção de menores, estupro de vulnerável, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, mediação para servir à lascívia de outrem.

No que se refere especificamente às crianças e adolescentes, encontramos a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227, parágrafo 4º, afirma que a

Lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. Conforme o Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Contudo, faltam dispositivos legais específicos nas leis e os que existem não são capazes de suprir com absoluta eficácia as complexidades inerentes a esta modalidade criminosa. E, sem instrumentos eficazes na lei ordinária a doutrina da Proteção integral da criança e do adolescente cai por terra. (GALHARDO JUNIOR APUD WILLIAMS; ARAÚJO, 2011, p. 70).

Com relação à Lei 8069/90 - ECA - há uma reafirmação da doutrina de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, bem como o estabelecimento de medidas e penas concernentes aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sobre todo o histórico apresentado e as modificações ocorridas no âmbito da lei e do olhar para a violência sexual contra a criança e o adolescente, seja na forma de abuso ou de exploração sexual, pesam as expectativas de diferentes grupos, sobretudo do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em novas modificações que se construam futuramente.

O terceiro e último eixo, de “**Mobilização e Controle Social**”, é constituído por conselhos setoriais, pela sociedade civil, por articulações como redes e fóruns. Não podemos deixar de lembrar que foi por conta das mobilizações sociais que a temática passou a compor a agenda política do país.

Trata-se de um eixo de relevância histórica no que concerne ao passado, mas também aos dias atuais e às perspectivas de futuro, afinal, é ele que organiza as campanhas para divulgação e ampliação do conhecimento da população acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes, inclusive no que se refere à saúde e vida sexual. Além disso, provoca novas ações e objetivos nos diferentes segmentos sociais que trabalharão com a problemática.

O dia 18 de maio, estabelecido no ano de 2000 como o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tem sido marcado por eventos em todo o país. Esse é um momento importante em que a questão é destacada, porém, para ter impacto cultural, precisa ser cotidianamente trabalhada a partir das noções de sexualidade saudável nos diferentes espaços em que se constitui a vida das crianças e dos adolescentes.

Não é peculiaridade do profissional do serviço social sentir-se desorientado e sem recursos ao deparar-se com um caso de violência sexual contra a criança e o adolescente, por meio da prática de atendimento direto ou mesmo de supervisão de equipes, é possível perceber a angústia vivida pelos profissionais.

Contudo, no serviço social, há certa particularidade, muitas vezes, por não entender como pode contribuir com o enfrentamento a esse quadro de violência. O serviço social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, conforme Código de Ética e Projeto Ético Político, compromete-se com a construção de um mundo que não aceite nenhum tipo de violência e discriminação e que, sobretudo, desenvolva-se em outra base estrutural de produção econômica, diferente do capitalismo. Há, contudo, uma dificuldade bastante acentuada em traduzir esse comprometimento na intervenção em um caso de violência sexual, por exemplo, que pode ou não estar associada às bases estruturais.

Ousamos dizer que há, inclusive, um desprezo no interior da categoria às questões metodológicas (que nunca são somente instrumentais) ligadas à prática cotidiana. Como o profissional pode lidar com essa demanda profissional? O profissional do serviço social também está distribuído nos diferentes eixos do SGDCA e sua intervenção precisa desenvolver-se de acordo com esse contexto.

O principal desafio do Sistema de Garantia de Direitos parece ser primeiramente, a ausência de clareza, de articulação das atribuições específicas e as condições para realizá-las; o que prejudica diretamente a identificação, notificação, acompanhamento e responsabilização dos/nos casos de violência sexual contra a criança e o adolescente. A história não é finda, encontra-se em construção, portanto, conta com possibilidades.

3.5 - A Violência Sexual contra Meninos

*Eu sou aquele menino que o tempo foi devorando,
travessura entardecida,
pés inquietos silenciando na rotina dos sapatos (...)*

Paulo Bonfim

O desafio de se trabalhar a vitimização sexual de meninos perpassa por dois fatores principais. O primeiro deles consiste na insuficiência de material para análise. São raríssimos os casos específicos e, quando existem, apontam para uma perspectiva específica da área da saúde ou do atendimento psicoterapêutico. O segundo perpassa a ideia que se constrói socialmente de que a vitimização por abuso sexual é uma questão essencialmente feminina. Nesse raciocínio formula-se o imaginário social de que as experiências de meninos que possam envolver a sexualidade acontecem pela própria natureza, curiosidade própria do homem, sendo inclusive provocadas pelo menino. Essa é uma noção perigosa, pois não há naturalidade na relação violenta.

Todo o estudo sobre masculinidade, gênero e sexualidade que precede esse item busca dar conta da formulação da concepção de que a construção do homem forte e corajoso perpassa pela educação processual do menino, que não está restrita aos bancos escolares, porém, ocorre no cotidiano das relações sociais em que se insere.

É esse menino que, desde o início de seu desenvolvimento, passa pelo crivo social de seu círculo familiar e comunitário na aprovação de sua masculinidade e virilidade, demandadas pela sociedade. Há um mecanismo bastante camuflado, porém rígido que parece associar a própria masculinidade ao papel “ativo” em todas as situações. No caso da violência esta associação se encontra diretamente ligada ao lugar do agressor, o que parece consolidar um papel fixo do masculino como agressor e, por correlação, da mulher como frágil e vitimizada.

Podemos entender que há complexidade para o menino entender-se no papel da vítima, confrontado com a expectativa social de que ele seja forte e

corajoso. Pode sentir-se não competente para proteger-se, nem autorizado a pedir ajuda, ato em que se mostra “incompetente” aos demais.³⁷

Nosso país registra um número muito maior de abusos sexuais notificados contra meninas do que contra meninos; o Mapa da Violência de 2012 registrou 10.425 notificações. Isto significa que para cada 100 mil de pessoas de 0 a 19 anos, 1748 meninos e 8.677 meninas foram atendidos na área da saúde e tiveram notificação por motivo de estupro. Dentre as meninas, a idade em que predomina este evento é de 10 a 14 anos; já entre os meninos, a faixa etária de maior concentração de casos localiza-se entre 5 a 9 anos.

A subnotificação dos casos pode ser ocasionada por diversos fatores e repercute no silêncio diante da violência sofrida. O silêncio dos meninos ocorre pelos mesmos motivos que o das meninas e, embora os motivos variem de caso a caso, geralmente existem: o medo, a vergonha, as possíveis ameaças, a sedução por parte do agressor. Porém, há particularidades no universo dos meninos que podem agregar-se aos elementos anteriores, quais sejam medos e/ou fantasias ligadas à homossexualidade, ser estereotipado como gay, ter vivenciado sentimentos ambivalentes durante a violência e imaginar-se “virando gay” por conta disso.

[...] o medo do estigma da homossexualidade, os sentimentos ambivalentes, a atribuição de culpa aos meninos e a própria cegueira da sociedade podem fazer com que o número de casos reportados seja muito pequeno. Além disso, os meninos são socializados no sentido de não demonstrar qualquer tipo de fraqueza ou medo. (PINTO JUNIOR, 2005, p. 44).

Há, ainda, múltiplas possibilidades de reações quando a família toma conhecimento do ocorrido, o que varia na postura do grupo familiar e assume diferenças quando associadas ao papel do autor do abuso na família e ao medo de que o filho no papel de vítima reproduza a violência, transitando para o papel de abusador. Nesse contexto, o ocultamento da questão pode significar a recusa da exposição da vítima, do abusador e da família, bem como o próprio contato com a questão em si.

Contudo, o menor número de casos notificados registrados parece apontar para duas reflexões iniciais. A primeira, de que o menor número não precisa

37 Pinto Junior (2005) afirma que, especialmente na violência ocorrida entre homem-homem, o processo de assumir-se como vítima é muito doloroso, considerando para si mesmo a incapacidade de proteger-se.

corresponder ao descaso para com ele, e a segunda, de que o dado não necessariamente retrata a realidade, considerando todos os fatores culturais que impulsionam o ocultamento do abuso sexual, em especial dos meninos, o que pode colaborar para a subnotificação dos casos.

Há uma especificidade no universo masculino que difere do feminino. O primeiro não consegue diferenciar a sensação de prazer da submissão a um ato violento. Nesse sentido, se o homem experimentar sensações prazerosas, mesmo em um ato violento, dificilmente irá classificá-lo como violento.³⁸

Embora ainda seja subnotificada, a violência sexual contra meninos apresentou aumento em seus registros nos anos de 2011 e 2012 e voltou a declinar em 2013.³⁹ Ela possui características diferenciadas quando relacionada às meninas. Nos eventos contra os meninos geralmente se registra, além de longa duração, maior contato físico com o agressor, felação e penetração anal, de maneira frequente e sigilosa. Sofrem muito mais ameaças de seus agressores e estes fazem mais uso de força física para conseguir a concretização de seus atos.⁴⁰

No contexto das violências, as dificuldades materiais⁴¹ acrescidas do uso de álcool são apontadas como aquelas que mais colaboram para a concretização da violência, a segunda pelos efeitos que produz no organismo.

38 Esses dados foram retirados do Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes. Essa é uma publicação do CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos e da FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, cujo pesquisador responsável é Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo pela Universidade de Buenos Aires e com mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Atuou como professor em diversas universidades da América Latina. Também desempenhou-se como consultor e especialista de diversos organismos internacionais, como o PNUD, OEA, e IICA, OEI, além de exercer funções de Coordenador Regional da UNESCO no Estado de Pernambuco e Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da mesma instituição. Coordenador do Mapa da Violência no Brasil. Atualmente é Coordenador da Área Estudos sobre a Violência da FLACSO Brasil. Fonte: Mapa da Violência, 2012 e portal FLACSO Brasil, disponível em: http://www.google.com.br/webhp?source=search_app#sclient=psy-ab&q=flacso+brasil&oq=FLACSO+&gs_l=hp.3.0.0l4.1040.2924.0.4885.7.7.0.0.0.0.337.1657.0j2j4j1.7.0...0.0.0..1c.1.17.psy-ab.wwwgRHN9X6Ks&pbx=1&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.48705608,d.dmg&fp=4330987ba0d2ed04&biw=1360&bih=663

39 Ver Pinto Junior, 2005.

40 De acordo com as estatísticas da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, entre os anos de 2011 e 2012, houve um crescimento expressivo na notificação de abuso sexual contra meninos. A exemplo dos quatro estados mais notificados, apresentamos respectivamente estado, número de notificações e (ano). SP: 711 (2011), 908 (2012), 900 (2013); BA: 658 (2011), 777 (2012), 554 (2013), RJ: 588 (2011), 829 (2012), 703 (2013) e MG: 419 (2011), 616 (2012), 547 (2013).

41 Ver Mey, 1988 apud Pinto Júnior, 2005 e Fisher e McDonald, 1988 apud Pinto Júnior, 2005)60. Ver Fuziwara, Fávero apud Azambuja, 2011. Ver Pinto Júnior, 2005.

Parece ser consenso entre os estudiosos que não existe um mapa certo quando se fala de consequências e existem alguns indicadores que podem auxiliar no acompanhamento dos casos.

O abuso sexual para o menino repercutirá em consequências cujas variações podem compreender a relação entre agressor e vítima, o nível de confiança entre eles, a diferença de idade, a duração da violência e a presença de violência física. Desse mesmo modo variam, de caso a caso, os recursos do menino que foi vitimizado para lidar com cada um dos fatores citados acima.

São eles recursos internos e externos. O primeiro origina-se da estrutura psíquica de cada um, isso explica a diferença nas reações das vítimas em casos muito similares. E o segundo constitui-se basicamente nas relações familiares e comunitárias e em como esses outros atores se disporão a contribuir com a vítima. São exemplos: a família, a escola e os serviços públicos e comunitários, fundamentais para o fortalecimento do menino.

Alguns autores mostram a existência de efeitos que classificam em períodos de curto e longo prazo. Entendem que o curto prazo refere-se às manifestações na própria infância e o longo prazo são os traços manifestos na vida adulta.⁴²

Para eles, os efeitos a curto prazo são: confusão/ansiedade sobre a identidade sexual; tentativas inapropriadas para reafirmar a masculinidade; a reprodução da experiência da vitimização. Sobre a confusão com a identidade sexual, afirmam que há uma diferenciação necessária a ser feita entre o desenvolvimento de uma “preferência” homossexual e o medo de “tornar-se” homossexual.

É importante considerar que em pesquisas realizadas não é comum a associação da orientação sexual como consequência de abuso sexual, ou mesmo interesse dessa população específica pelas crianças. Portanto, essa não é uma conclusão que possa ser tirada superficialmente ou como lógica formal.

As **tentativas inapropriadas para reafirmar a masculinidade** são destacadas como frequentemente comuns e verificáveis por comportamentos antissociais e agressivos no contexto de vitimização, mais do que nas meninas. Uma relação possível é a de assegurar a masculinidade própria, ora ameaçada pelo abuso sexual.

42 Watkins e Bentovim, 1992 apud Pinto Junior, 2005.

Já a **reprodução da experiência de vitimização** é apontada como possível, porém menos comum. Cabe a pergunta: afinal, todo menino vitimizado torna-se agressor?

Alguns estudiosos afirmam que existem comportamentos de transição do papel de vítima para o de autor em alguns meninos.⁴³ Acreditam que a violência sexual seja um comportamento aprendido e, embora não constitua regra a transformação em agressor, há grandes possibilidades de comportamentos violentos.

Existe a possibilidade da adoção do agressor como modelo e da identificação com ele; nesse caso a criança pode vitimizar um irmão ou outra criança próxima. Alguns autores entendem esse processo como um sintoma pós-traumático. Outros compreendem a reprodução como possibilidade não somente de modelagem, mas de uma reação de vingança por conta da violência sofrida e/ou da interpretação de que a experiência também ofereceu prazer.⁴⁴

Sobre a questão da reprodução do abuso, Baltieri (2005) realizou uma pesquisa com 218 sentenciados por crimes sexuais às diferentes populações de vítimas: crianças e adolescentes, mulheres, idosos etc. Seus resultados apontam para uma diferença no que se refere aos autores de agressão às crianças, pois nesse grupo havia um maior número de sentenciados com histórico de ocorrência de abuso sexual na infância – o que representou a ocorrência onze vezes maior comparada aos demais agressores.

As consequências psiquiátricas dos abusadores, apontadas por Baltieri (2005), foram as síndromes depressivas, o transtorno de conduta, transtorno de personalidade, transtorno de preferência sexual e comportamento sexual agressivo.

Contudo, não se pode estabelecer um padrão, pois não há nenhum elemento que determine uma equação direta e simplificada entre o abuso e a reprodução da vitimização. Embora se trate de um acontecimento muito importante e que pode influenciar na reprodução, não é determinante.

Parece-nos que viver o papel de vítima no lugar daquele que é considerado potencialmente agressor é uma questão complexa situada em um emaranhado de relações e acontecimentos históricos que os meninos mal conhecem.

43 Ver Ryan 1989 apud Pinto Júnior, 2005 e Oliveira, 2011.

44 Ver Pinto Junior, 2005.

Nesse contexto compreendemos que o menino não pode ser negligenciado – como vem sendo – pois estar biologicamente situado no grupo XY não o exime de experiências violentas que exigem políticas públicas, cuidado e afeto, assim como em casos de meninas.

CAPÍTULO 4: HOMEM NÃO CHORA?

Figura VI



Ilustração: RM

4.1 - METODOLOGIA

Iniciamos o processo de construção deste estudo realizando um levantamento sobre as pesquisas acadêmicas em torno da temática **Violência contra crianças e adolescentes**; o resultado desse estudo encontra-se no primeiro capítulo: “A Temática e sua repercussão na produção científica”.

Encontramos também um levantamento anterior realizado por Vicente de Paula Faleiros (2010), referente aos anos de 1996 – 2007, e o utilizamos como referência no momento da análise do citado capítulo.

A partir do material produzido foi possível alcançar maior visão da produção na área, especialmente no que se refere ao abuso sexual contra a criança e o adolescente. Trata-se de uma temática escassa,⁴⁵ sobretudo nos cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado – em serviço social. Também foi uma etapa que colaborou para o aprofundamento da questão, conhecimento das principais referências e delimitação do tema desta tese.

45 Destacam-se em São Paulo Maria Amélia Azevedo Guerra, Viviane Guerra; em Brasília, Vicente de Paula Faleiros, Eva Faleiros e, no sul, Maria Fay de Azambuja, dentre outros. Já no foco específico desta tese: o abuso sexual contra meninos, encontramos duas publicações (Pinto Junior, 2005, Pires Filho, 2011). Ambos são relatos de casos clínicos de abuso sexual acompanhado por psicólogos.

Desse modo, chegamos ao título “Homem não chora: o abuso sexual contra meninos”, considerando a sexualidade, a violência sexual em especial, o abuso e o gênero masculino. De acordo com o levantamento realizado esse conjunto parece peculiar e, até onde temos conhecimento, inédito em pesquisas de doutorado em Serviço Social no período investigado.

A Pesquisa de Campo

Partimos do pressuposto de que o número significativamente menor de meninos abusados que denunciam o fato não quer dizer, necessariamente, que a violência sexual não ocorra com eles.

A invisibilidade da questão e mesmo sua omissão no que tange à denúncia pode ser corroborada pelo entendimento do abuso como natural, algo que se transfere de pai para filho como “coisa de homem”; há, também, o temor de que a repercussão do abuso possa resultar na reprodução do ato pelo menino e/ou em uma suposta homossexualidade provocada.

Na pesquisa tivemos como indagação central: quais as repercussões do abuso sexual para o menino? Em consonância, nossos objetivos se configuraram em analisar a repercussão da violência sexual contra o homem/menino na convivência familiar e comunitária; a repercussão do abuso sexual na experiência escolar dos entrevistados; e, por fim, a repercussão da violência sexual contra o menino por meio do olhar da genitora ou responsável;

Inicialmente, nos remetemos ao Centro de Atenção aos Maus Tratos na Infância, do município de Campinas – CRAMI.⁴⁶ Nesse serviço, tivemos acesso a algumas mães que se dispuseram a participar do estudo (duas mães e uma cuidadora). Mas a maior dificuldade estava em encontrar meninos, ainda mais que quisessem participar do estudo e dar seus depoimentos. Essa tarefa se revelou um dilema: onde encontrar os meninos? Foi sugerido pela banca de qualificação que procurássemos um homem, na expectativa de que ele tivesse a experiência elaborada e conseguisse falar a respeito.

46 O CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos da Infância, do município de Campinas, que atende, em sua maioria, casos de violência sexual. A organização é co-financiada pelo Poder Público e possui equipe multidisciplinar para o atendimento das vítimas.

Esse fato tornou-se um impasse que trouxe alguma incerteza para viabilizar a pesquisa. Passamos, então, a procurar na rede socioassistencial de diferentes municípios próximos de Campinas e os retornos eram sempre negativos no que se referia à presença ou à participação de meninos vítimas de abuso sexual nos serviços.

Ampliamos as buscas em diferentes serviços de outros municípios e quase não encontramos meninos e homens em atendimento. Algumas poucas vezes, havia registro do caso, porém, sem atendimentos realizados, justificados pela falta de adesão. Alcançamos 07 indicações de sujeitos por meio da rede de profissionais dos municípios: Campinas, Limeira e São José dos Campos.

Nesse processo, conseguimos a adesão de 03 meninos, 01 homem, duas mães e uma cuidadora, totalizando 6 sujeitos. Até o momento em que o homem realizou a entrevista não tínhamos nenhum outro depoimento, e ele escolheu ser chamado “Único” na pesquisa. Optamos por manter a identificação, tanto por considerarmos sua escolha, quanto porque de certa forma, continua sendo único – homem e adulto que aceitou compartilhar sua história.

Sobre a complicada adesão masculina, encontramos registros que tratam da dificuldade de sua participação, especialmente na área da saúde. Refere-se à baixa adesão aos serviços públicos, sobretudo de saúde, pois, por um lado, pode haver a interpretação de fragilidade para o homem, e, por outro, os serviços não estão preparados para este atendimento (GOMES, NASCIMENTO, CARVALHO, 2007).

Procedimentos e Orientação Metodológica

Todos os contatos com os serviços deram-se de modo bastante delicado, sobretudo após apresentarmos a temática de estudo. Boa parte dos serviços procurados sequer abriu espaço para conhecerem a proposta de pesquisa a partir da justificativa de sigilo dos casos e de proteção à (re) vitimização. Até mesmo com os serviços que demonstraram maior abertura foram necessários diversos encontros e reuniões, nas quais a pesquisadora realizou reflexões sobre o tema, apresentações inúmeras do projeto, o questionário e o modo como se planejava realizar as entrevistas. Algumas das falas dos profissionais se repetiam em

diferentes localidades, afirmando que se o tipo de violência fosse outro, haveria maior possibilidade para a realização da pesquisa.

Dada a natureza de nosso objeto de estudo, por tratar-se da intimidade familiar e dos próprios meninos, toda a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aprofundadas tanto com as mães ou cuidadora, quanto com os meninos e homem disponíveis ao estudo. Com o primeiro grupo de sujeitos, as mães, cuidamos muito do preparo profissional para iniciar a relação, compreendendo a importância da interação entre ambos.

[...] O encontro é construído na reciprocidade da relação exigindo, pois, flexibilidade na sua condução. A interação face a face criada pela situação de entrevista é sempre marcada por algum tipo de assimetria social. O momento do encontro envolve dois atores, com expectativas e objetivos diferentes (pesquisador e pesquisado), além disso, cada um deles traz consigo toda uma bagagem histórica, na qual suas origens sociais, trajetórias de vida, inserção na sociedade, etc., desempenham um papel específico. (QUEIROZ, 1992, p. 33).

A interação entre “vistas” de pesquisador e pesquisado colabora para o registro dos discursos e facilita a obtenção de respostas com maior espontaneidade e profundidade. A entrevista semiestruturada e aprofundada requer um roteiro de orientação e estratégia de observação; requer ainda atenção aos contextos apresentados pelos entrevistados e suas circunstâncias, com a finalidade de compreender a situação que está sendo narrada (LÜDKE, 1998; ANDRÉ, 1998; SZYMANSKI, 2002).

Em nossa pesquisa o estudo foi realizado por meio dos discursos obtidos em vários encontros, conforme a dinâmica narrativa de cada um dos participantes. A maioria das entrevistas foi gravada e transcrita, todas com a devida autorização dos sujeitos para gravação e utilização dos dados (os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Com relação aos meninos, não gravamos as falas, pois percebemos que esse procedimento lhes provocava desconforto, em especial aos meninos deficientes, que perguntaram se a pesquisa era para a polícia.

Após a **transcrição** e um primeiro estudo do material, passamos a investigar qual a possibilidade mais adequada para o tratamento das vivências compartilhadas. Chegamos a fazer um exercício por meio da Análise de Conteúdo. Contudo, considerando que as entrevistas foram se realizando ao longo do trabalho, especialmente após conseguirmos as entrevistas com as crianças, repensamos a

orientação metodológica para a análise, considerando a potencialidade dos discursos apresentados pelos sujeitos.

A análise de discursos é bastante expressiva na área de pesquisa em ciências sociais e dela desdobram-se inúmeras linhas e estilos diferentes; alguns focam mais a linguagem, outros, o conteúdo, os significados; de toda forma, é a proposta ou o problema que faz aproximar, de modo mais adequado, dos objetivos da investigação.

A análise de discurso ocupa-se do sentido do discurso empregado pelo sujeito e seu *corpus* é composto de: ideologia + história + linguagem.

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto, gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD, a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 680, 681).

A análise de discurso se contrapõe ao sentido único de um enunciado, sendo necessário chegar ao enunciável por meio da interpretação. Os discursos nesse estudo foram interpretados a partir das considerações realizadas, compreendendo que não há neutralidade e que não há a criação de um fato novo. Há a construção de uma interpretação dos sentidos percebidos na interação entre o pesquisador e seu sujeito, por meio do (não) dito nos momentos das entrevistas.

A interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico. [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. [...] Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade [...]”. O gesto de interpretação é assumido, sendo um gesto simbólico que dá sentido fazendo a significação. “Não há sentido sem interpretação”, portanto deverá sempre existir uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso. (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 681, 682).

Segundo as autoras, há uma composição inter e intradiscursos. O interdiscurso refere-se aos:

[...] saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva. Já, o intradiscorso é a materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso. (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 681).

Optamos pela análise de discurso para a interpretação dos dados, considerando a necessidade dialógica por ela proporcionada; responde às informações apresentadas nas falas dos sujeitos e se compõem por contextos múltiplos que variam de acordo com a vontade de seus agentes e dão sentido à mensagem transmitida para o outro. (BAHHTIN, 1992).

Nesse sentido, trabalhamos com algumas Ideias Centrais – **ICs** – apresentadas nos discursos, tomando como inspiração a proposta de Lefevre & Lefevre (2005).

- 1. A violência sexual pode ou não ser considerada a forma mais cruel de violência.**
- 2. Alguns estágios são vivenciados pelas vítimas e pela família: a compreensão do abuso sexual, sua revelação e o posicionamento sobre ele.**
- 3. O abuso sexual ocasiona, em boa parte dos sujeitos entrevistados, o medo da “provocação” da homossexualidade ou da imposição dessa orientação na vida futura das vítimas, em decorrência da experimentação do ato sexual homossexual.**
- 4. A reprodução do abuso sexual surge para as mães e cuidadora como uma possibilidade de vingança, o que acarretaria, para elas, a inversão dos papéis de vítima para autor.**
- 5. Os sentidos do abuso sexual variam entre as pessoas de acordo com inúmeros fatores. Dentre eles: a presença da violência e ameaça, a diferença de idade, a relação com o autor e o modo como se elabora a experiência.**
- 6. A vida escolar é afetada pelo abuso sexual, tanto no que se refere ao desempenho escolar, como nas relações de sociabilidade. A escola é também violenta e reprodutora da violência, de preconceitos e de estigmas.**

Os participantes da Pesquisa

Meninos:

Léo tem 10 anos e é nascido no município de Limeira, assim como seus pais. Ele cursa o 5º ano do Ensino Fundamental em escola pública municipal.

É fruto do segundo casamento da Sra. M., que relatou ter vivido uma vida bastante violenta com o primeiro esposo, inclusive com a presença frequente de surras dadas nela por ele. Contudo, nessa união teve seus dois primeiros filhos, hoje casados e com vida independente. Diz ter vivido durante anos sob a sombra de muito medo e ficou viúva muito jovem. Ao conhecer o pai de Léo, que já era bem mais velho e muito gentil, sentiu-se “no paraíso” (sic), pois significava uma oportunidade de viver um relacionamento sadio. Relata que ele foi o melhor marido que ela teve, porque nunca lhe fez nada, nunca a feriu, sempre foi muito gentil e educado, mas “para ser canalha, não precisa ser jovem” (sic). Não conseguia acreditar que um homem que sabia tratar tão bem uma mulher pudesse fazer “aquilo” (sic) com uma criança. Quando descobriu que ele abusava de seu filho, tentou protegê-lo e não se separar do marido, afinal, era a primeira vez na vida que ela se sentia uma mulher bem-amada.

Sua tentativa não teve êxito. Depois de repetidos “flagras” e considerando sua impotência na proteção desejada, acabou por confrontar o marido, situação em que foi ameaçada por ele e acusada, tanto de calúnia como de não gozar de plenas faculdades mentais. Escolheu separar-se do marido e seguir em frente com o filho, porém, impetrou processo com provas, inclusive com fotografias. Na época, Léo tinha 03 anos e passava por atendimento psicológico. O processo perdurou até meados de maio de 2014, situação em que o genitor conseguiu o direito de visita, porém, recentemente, foi preso, tendo sido considerada provada a situação de abuso sexual: “*mas não aconteceu nada não, ele não conseguiu fazer nada*”. (sic), diz a Sra. M.

Atualmente Léo reside com sua mãe em casa alugada; ela trabalha na área da saúde, no período noturno. Não tem contato com a família paterna e a avó materna já é falecida. De acordo com Léo, sua família é constituída pela mãe e seus dois irmãos. Realizamos um encontro de quase três horas de conversa e ele foi

bastante participativo, conseguindo falar de suas experiências, expectativas e sonhos.

André, 08 anos, está no 2º ano do Ensino Fundamental e reside no município de Rio Claro. Considera como sua família a mãe, o padrasto e o irmão. A avó materna é bastante presente e acompanha o núcleo familiar nas ações diárias.

Os pais de André se separaram por conta de o genitor ter estabelecido uma relação extraconjugal. De acordo com a genitora, quando ela descobriu que ele se relacionava sexualmente com a amante na frente dos filhos, decidiu separar-se.

André foi diagnosticado com Síndrome de Asperger⁴⁷ CID F84.5 e, atualmente, é acompanhado pelo CAPS Infantil.

Lucas é irmão de André, tem 05 anos e está matriculado em Escola de Educação Infantil, é portador de autismo leve.

Tanto André como Lucas sofreram violência física, psicológica, negligência e violência sexual por parte do pai e de sua atual esposa. Os irmãos foram ouvidos separadamente, em um único encontro, com duração aproximada de uma hora para cada.

Homem:

Eu vi a violência, participando da violência eu consegui entender coisas que um cara que vive numa outra realidade nunca vai entender. (Único, 2013).

Único tem 34 anos de idade. Seu pai (falecido) era de uma cidade chamada Itu, que fica em Pernambuco. Seus avós paternos eram do Ceará. Eram sitiantes, cultivavam algodão e, por conta do contexto econômico ostensivo daquela época, resolveram juntar-se aos outros tantos que compuseram o êxodo rural: saíram de lá no fim da década de 1970.

47 A síndrome de Asperger (SA) “é uma perturbação global do desenvolvimento, de etiologia ainda desconhecida, cujas principais características são: deficiente aquisição de competências sociais (causadora de comportamentos desadequados e de uma grande dificuldade nas relações interpessoais); inteligência normal ou acima da média com fraca coordenação e percepção grafo-espacial; interesses restritos ou preocupações obsessivas. Os sintomas tornam-se evidentes a partir do 3º ano de vida. Descrita por Hans Asperger (1944). Carvalho e Araújo (2009). Disponível em: <http://www.alert-online.com/br/medical-guide/sindrome-de-asperger> acesso em 28/09/2014

A mãe, por sua vez, também nasceu na Bahia, porém sua saída se deu em um contexto bastante diferente. Seu avô materno, além de ser dono de olaria, era também um militante político.

A situação social da família materna mostrava-se um pouco mais confortável comparada aos ascendentes paternos. Moraram em São Paulo e em seguida instalaram-se em Campinas, município do mesmo estado. Atualmente, Único reside em casa alugada, na qual montou uma república com outros dois amigos. É bolsista em uma universidade pública, na qual realiza monitoria e graduação no curso de pedagogia, além de militante político e fotógrafo com exposições já realizadas.

Único iniciou o uso de cigarro aos 11 anos e de substâncias psicoativas aos 12. Passou a vendê-las, pois viu no tráfico a possibilidade de ter algum acesso financeiro, embora o que mais tenha significado era a possibilidade de usufruir a sociabilidade, afinal todos os seus amigos estavam lá. Fugiu de casa e retornou por diversas vezes, ficou por um tempo em situação de rua. “Eu era o cara que não deveria ser seguido, aos 12 anos, fumando maconha, com tatuagens e no tráfico de drogas”. (sic) Tinha vergonha da família e do que acontecia nela. Após a morte do pai tentou suicídio.

Conseguiu sair do tráfico e diz que dois elementos foram fundamentais para tanto: o primeiro um motivador – todos os seus amigos estavam mortos, muitos assassinados em sua presença; o segundo, encontrar outra perspectiva, conheceu e investiu na militância política de que participa até hoje.

Parou de fumar cigarro entre os 26 e 27 anos, após a morte do pai por câncer. Sentiu-se culpado por sua morte por muito tempo, fantasiando que ela havia ocorrido porque ele o havia desejado quando criança. Às vezes consome maconha, pois atribui a esse uso um sentido espiritual, e, muito raramente, usa cocaína.

Atualmente cursa a graduação em pedagogia em uma universidade pública e associa sua escolha à possibilidade de transformação da realidade e da sociedade, trabalha com fotografias, é militante e artista.

Mães e Cuidadora:

Clara, 55 anos, de família nascida e criada em Campinas, se declara branca, casada, dois filhos: Marcos, 16 anos e Carolina, 12 anos. Trabalhadora autônoma, vendedora de panos de prato nas residências em diferentes bairros da cidade, sai cedo de casa e volta somente no final da tarde; sua renda varia de mês a mês entre R\$300,00 (trezentos reais) e R\$500,00 (quinhentos reais). Vendeu seu apartamento, que se localizava em um conjunto habitacional, para proteger o filho do contato com o autor do abuso sofrido. Compraram uma residência em uma ocupação de terra no município, onde reside com o marido e os filhos. O marido e o filho também trabalham, sendo que este último está empregado por meio período diário em uma padaria no centro da cidade e sua renda é de R\$ 922,00 (novecentos e vinte e dois reais), destinada a comprar o que ele mesmo precisar, embora ele a ajude em contas domésticas, por desejo próprio.

Ela e o marido são católicos e abertos à opção diferente dos filhos, que frequentam a igreja evangélica. Chegou para a entrevista com sacolas cheias dos seus produtos, disposta a colaborar e em seguida enfrentar a labuta diária. Inicialmente, hesita em tocar *“nas feridas do filho que são feridas da alma dela”* (sic); contudo, no decorrer do depoimento, compartilha generosamente sua experiência.

Andreia, 33 anos, se declara negra, *“negra mesmo, com orgulho, risos”* (sic). Os pais vieram de Araçatuba, porém ela e os sete irmãos nasceram e cresceram em Campinas. No momento está solteira, embora já tenha vivido com companheiros, inclusive dividindo a mesma casa. Trabalha como diarista e diz que prefere assim, sem horário fixo ou um patrão que lhe dê ordens todos os dias. Tem todos os dias da semana agendados, inclusive para nos ceder a entrevista desmarcou um trabalho. Diz que sua renda varia de mês a mês e de quantas faxinas consegue pegar, mas em média consegue entre R\$ 1.000, 00 (mil reais) e R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais. Mantém a casa sozinha e conta esporadicamente com uma contribuição financeira dos ex-companheiros. Reside em casa própria com suas três filhas e um filho, cada um dos filhos é fruto de diferentes relacionamentos. A mais velha tem 16 anos, já é casada e tem um filho de 02 anos e o mais novo tem 08 anos.

Marta, 42 anos, nasceu em Araponga/PR, veio para a cidade de Campinas em 1976, ainda criança. É casada há mais de vinte anos e não tem filhos, reside com o esposo e o sobrinho em casa própria, trabalha o dia todo como doméstica e recebe mensalmente um salário mínimo. O marido é trabalhador autônomo e possui renda variável. É responsável legal pelo sobrinho desde que ele tinha dois anos – atualmente tem 08 anos – após a separação dos pais. Entregou-se ao depoimento, muito fragilizada por conta da decisão de entregar a guarda do sobrinho, a quem atribui a responsabilidade pelas dificuldades do casamento. Recebe queixas frequentes da escola por ele apresentar comportamento significativamente sexualizado – beija as meninas e faz carícias.

Pesquisadora e Pesquisados: O momento da entrevista

A expectativa das crianças para participarem da entrevista foi algo marcante no processo de realização. Embora já tivessem sido esclarecidas sobre de que se tratava o momento, o estudo, a autorização da mãe e a possibilidade de negar o convite ou parar a conversa, chegavam com suas fantasias e dúvidas sobre como seria aquele momento. Para Léo, o contexto era inicialmente de “celebridade”. Já para André e Lucas, havia a preocupação ou a fantasia de que a entrevista pudesse ser utilizada pela polícia, e assim, seu pai viesse a ser preso. Foi necessário conquistar a confiança de ambos para que conseguissem ficar à vontade e interagir.

Eu tenho 10 anos, eu gosto de dar entrevista, quer dizer essa é a primeira vez que eu dou, mas de brincadeira eu sempre dou entrevista, essas coisas de brincadeira, sabe? Eu brinco, brinco que eu sou famoso, sou o melhor do mundo, igual o Messi. (Léo).
 Você é uma agente especial da polícia? É da polícia secreta, secretíssima e quer prender meu pai? (André).
 Eu acho que você é da polícia. Eu já falei com o policial, você também é polícia? (Lucas).

Léo apresenta-se satisfeito em ceder a entrevista e talvez esse movimento possa ser associado à prisão recente de seu pai. Para ele, existe agora a possibilidade de transitar pelo seu bairro sem medo de que seu pai surja e o leve consigo. Para, além disso, em tempos de copa, estabelece ou fortalece para si a referência de um jogador, ou “do jogador”. Ele quer ser assim, “o melhor do mundo”.

Houve o cuidado com o ambiente, contudo, Léo apresentou uma interação muito boa, o que facilitou a comunicação durante toda a entrevista.

Considerando a idade e as particularidades de André e Lucas, as entrevistas foram realizadas em sala com brinquedo, tapete, almofadas. Houve bastante cuidado com o ambiente e com a forma de aproximação, considerando que o objetivo da interação era a pesquisa acadêmica e não uma investigação judiciária ou técnica.

Léo, André e Lucas gostam de brincar. E isso é coisa séria na vida de criança:

O que eu mais gosto de fazer na vida é jogar futebol e brincar com meus amigos. Eu treino duas vezes por semana na Escolinha do Corinthians, aquela que fica longe. Você sabe qual é? Se você vai de ônibus é muito longe, se você vai de carro é muito longe também, mas já fica mais perto. Quer dizer, chega mais rápido. Eu treino sempre, treino todo dia, eu quero ser o melhor do mundo. Mas, pensando bem eu treino pouco pra isso, você já pensou o quanto o Messi já treinou para ser o primeiro? Então eu me esforço, mas não sei se eu vou conseguir, eu quero, né?! Vou fazer de tudo que eu puder, mas se eu não conseguir ser o melhor do mundo igual o Messi, vou ser Médico. Eu gosto de jogar bola, mas eu gosto mais de ser goleiro e eu sou um bom goleiro, mas às vezes, se eu crescer e não der certo, eu posso ser médico também. Porque médico cuida das pessoas quando elas estão doentes, sara elas, eu queria isso também, poder ajudar quem está doente, fazer a pessoa ficar sem doença, feliz. Ah, e eu também gosto de dançar axé com meus amigos, eu gosto mais de Lepo Lepo. (Léo).

Eu gosto muito de beijar a minha mãe, porque eu amo a minha mãe, ela é muito linda. E também eu gosto de estudar porque eu já sei ler e escrever. E o que eu gosto é minha brincadeira preferida mesmo. Minha brincadeira preferida é conversar com os meus amigos que são muito inteligentes. São meus amigos da minha escola, a gente brinca no recreio. (André).

Eu gosto do motoqueiro negro que solta fogo na cabeça, ele é meu herói preferido. Quando tiver um incêndio ele pega a mangueira e acaba com o incêndio. Eu vou te contar uma coisa que é má, ele tem uma língua de cobra, 2 martelos, um grande e um pequeno, é no Marvell que tem isso. Eu gosto desse jogo. (Lucas).

O fato de ter sofrido o abuso sexual não retira da criança a esfera lúdica. É evidente que, próximos ao evento, podem surgir diversos comportamentos e sentimentos mais intensos, contudo, com o acompanhamento adequado, a criança volta a brincar e retomar sua vida diária. A brincadeira e a interação com os pares são fundamentais no processo de elaboração e superação. Nesse momento é importante que o cuidado se estenda à família, para que ela não imprima na criança

a “sentença de vítima eterna”. Nesse sentido, é importante situar que o abuso sexual que a criança sofreu teve fim e não precisa se repetir.

Único

Único contribuiu nessa pesquisa com toda sua história de vida, sua trajetória desde a infância até os dias atuais. Hoje, suas memórias de menino são (re) significadas pelo homem que se construiu de todo esse processo. O discurso deste participante é bastante complexo, quase sempre repleto de dados e embaralhado com análises que faz das políticas mais gerais.

Agendamos três encontros, dos quais dois foram efetivamente concretizados. Ao segundo encontro, Único não compareceu porque estava envolvido em um movimento de greve da Universidade e esqueceu-se da entrevista. No segundo encontro realizado, chegou bastante atrasado ao local combinado, dizendo que havia passado mal o final de semana inteiro, com diarreias e vômitos, o que atribuiu à ingestão de alimentos. Porém, é importante lembrar, este seria o encontro em que tocaríamos no abuso sexual propriamente dito.

Ao finalizar o encontro Único diz: quantos anos você estudou para fazer exatamente essas perguntas? Eu disse: alguns; o que achou delas? Achei que não é qualquer um que faz, nem qualquer um que responde. E disponibilizou-se, se eu precisasse de mais dados, a respondê-los via e-mail.

No decorrer da pesquisa, encaminhamos outras perguntas. Porém, depois de algum tempo, ele respondeu pedindo desculpas, que por conta das muitas atividades que precisa realizar e ter foco, não conseguiria responder, pois voltar a falar disso lhe tirava o foco e demandava muita condição emocional.

Compreendemos que Único atribuiu à participação na pesquisa uma responsabilidade e uma potencialidade em que sua experiência poderia compor a produção de conhecimento a respeito da temática e produzir vida, produzir possibilidades de enfrentamento e prevenção de novos casos.

Mães:

Algo comum e característico das três experiências foi o fato de as mães revisitarem as violências que também sofreram quando crianças (questão que será tratada mais adiante). Chegaram para a entrevista apresentando certo receio, porém queriam falar sobre a violência sofrida pelas crianças.

Ao iniciarmos a conversa sobre outros assuntos era evidente a expectativa das entrevistadas para chegarem ao seu foco e conversarem sobre seus filhos. Contudo, da violência contra seus filhos percebemos a transferência da conversa para a violência que elas sofreram quando crianças, trazendo surpresas para si mesmas. Durante ou ao fim das entrevistas, era comum a fala: (...) falei coisas que nem lembrava (Marta); (...) nossa, eu nem sabia que ia falar tudo isso (Andreia); (...) a história da gente filha, não é fácil falar; tem coisa nossa que é melhor esquecer mesmo, sofri muito quando era criança, isso me dói muito até hoje (Clara).

4.2 – Entre Discursos e Reflexões

IC 1. A violência sexual pode ou não ser considerada a forma mais cruel de violência.

Se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, ter-se-á de pensá-la na medida em que sempre nos escapa: na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba de nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). Aí está a vertigem: no como a alteridade da infância nos leva a uma região em que não comandam as medidas do nosso saber e do nosso poder. (Larrosa, 1998, p. 232).

A infância recebeu diferentes concepções ao longo da história. Àries (1995) afirma que esse é um sentimento da idade moderna, não encontrado nas etapas pregressas. Entretanto, o que sabemos na atualidade é que é uma das fases cruciais do ser humano, constituída de especificidades no desenvolvimento físico, motor e cognitivo, o que não equivale à possibilidade de contextualizá-la de modo homogêneo. Ao contrário, ela varia de acordo com contextos culturais, econômicos e

sociais. A diferença dos acessos – de diferentes naturezas – reverbera na constituição da criança; não se quer com isso associar de modo superficial nenhum desses fatores. Embora se possa ressaltar que a infância desprovida de recursos materiais dificulta os acessos e pode ser facilitadora de violência, não se pode afirmar que a infância abastada esteja protegida dela, o que indica a transversalidade do tema.

Para além desses aspectos, é possível identificar uma “diversidade” saudável na infância. Aquela que indica ao adulto que ele não possui respostas para tudo e não é detentor e controlador da vida. A criança compreendida como sujeito precisa ser respeitada em suas formas de viver, sentir e expressar-se.⁴⁸

Contudo, foi exatamente nesse momento de sua existência que todos os sujeitos entrevistados identificaram-se como vitimizados - na infância. Em seus discursos aparecem diferentes formas de violências, tais como a negligência, a física, a psicológica e a sexual.

Único e Clara foram vítimas de violência física e psicológica, mas Único também sofreu abuso sexual. Nenhuma das violências é considerada a pior forma de violência vivida; ambos atribuem à impotência que sentiam ao presenciar a violência sofrida por suas mães o título de a mais cruel das violências que sofreram em suas vidas.

Por meu pai ter virado alcóolatra, minha mãe acabou virando também, porque foi uma forma dele fugir do sofrimento. (...) Então, assim, isso é uma relação muito ruim. E retornando à questão da infância, acho que meu pai e minha mãe, o jeito que ficou, isso foi a maior parte do meu sofrimento na infância.

Eu era, quando era muito pequeno, a gente chorava, depois chamava a polícia, depois a gente entrava na frente ou segurava mesmo. E às vezes, a maior parte da violência foi por minha causa, eu tinha asma e chorava muito, como ele estava bêbado não queria barulho, então ficava bravo e batia na minha mãe. Um dia ele me fez comer uma panela inteira de carne de panela, ele me disse que se eu não comesse ele ia espancar minha mãe, então eu comi. Ele era vingativo, era daquele jeito, acho que tinha relação entre ele e essa questão do cangaceiro, porque eles viveram num período muito violento. Minha avó viveu no período do lampião, viu as maldades, sabe? Um cara amarrado, colocavam sal e ainda davam facadas no

48 Damásio (1991) destaca três estudiosos principais: **Watson** (behaviorista) compreende o ser humano como adaptável e condicionado ao meio em que vive. Por conseguinte, a criança passa a ser adaptável e moldável. **Piaget**, a partir do construtivismo, defende que o homem é sujeito da ação sobre o meio, o que, para a criança, significa dizer que o desenvolvimento viabiliza a aprendizagem. **Freud**, por meio da psicanálise, afirma que o ser humano é constituído pela síntese do Id (o inconsciente), o Ego (o consciente) e o Superego (valores culturais).

dia seguinte. Ela via muito isso aí no nordeste, então acho que para ele a violência era naturalizada. Então ele não conseguia canalizar a violência dele, a raiva, o ódio, porque acho que tudo o que aconteceu acho que deu uma mexida na questão mental dele, deu uma perturbada nele. Porque sem a capacidade de elaborar e refletir a pessoa vai fazer por impulso. Acho que tudo isso foi muito mais forte do que o que meu primo fez. (Único).

Mas, acho que uma das grandes consequências que tive disso aí, foi mais, acho que eu acabei anulando isso aí na verdade, mais pelo transtorno que eu acabei tendo por outra coisa não por causa disso. Mas por causa da violência doméstica do meu pai com a minha mãe. Foi quase no mesmo período que meu pai começa a espancar a minha mãe, quase cotidianamente. Então, acho que acabei anulando por causa de outra coisa. Acho que não dá pra ter dois sofrimentos ao mesmo tempo, né? E, ao mesmo tempo, eu era uma criança asmática, doente, vivia no hospital tomando benzetassil, e, devido a essas coisas eu acabei ficando mais sensibilizado com a minha mãe do que comigo. Sendo doente... (Único).

Eu sofria muita violência quando morava com meus pais. Meu pai batia muito, quebrava prato na minha cabeça, quebrava, batia com cabo de vassoura nas costas, na cabeça, batia muito na minha mãe. Isso me revolta muito, por isso que eu não gosto dele, eu não suporto ele. Acho que nem é porque ele batia na gente, é porque ele batia muito na minha mãe, e eu junto com ela. Eu via o que ele fazia com ela. E eu falo pra todo mundo, eu não perdoo ele, por que se ele batesse em nós tudo bem, mas ele mexia muito com ela, mãe é uma só. (Clara).

Já Andreia compartilha duas violências diferentes: na infância, a negligência do pai e a violência física da mãe e, na idade adulta, um abuso sexual sofrido no ambiente de trabalho que resultou em gravidez. Atribui certa normalidade à ocorrência do abuso sexual, ou mesmo certa naturalização dele. O que marca sua história é a carência de acessos e as necessidades básicas materiais – associadas à violência estrutural – que ela atribui somente à negligência paterna. Para ela, esse fato significava um abandono do pai, uma negligência e ausência na proteção à família, que era de incumbência dele.

Sofri, diferente, mas muito parecida. Meu pai batia na minha mãe, ela ficava muito nervosa e batia na gente. Aí eu falei que nunca ia querer casar. E quando eu era criança meu pai não tinha responsabilidade de me cuidar. Então eu falei pra mim mesma que quando eu fosse adulta eu nunca ia depender de um homem pra cuidar de mim e dos meus filhos. Ele batia na minha mãe e deixava a gente passar necessidade. Eu nunca vou deixar meus filhos passarem necessidade (...) Então, o pai da K. a gente trabalhava junto, ele era segurança, eu estava tomando banho e ele entrou e ele teve relação comigo a força, foi forçado sabe? Mas de tanto que ela ficava me enchendo o saco eu contei pra ela. Porque ela ficava me xingando

dizendo que eu não deixava ela ver o pai, aí eu contei pra ela. Ah, isso de abuso muita gente passa e muitas vezes nem conta, é muito comum acontecer. (Andreia).

Marta apresenta o abuso sexual que sofreu na infância como o que mais a marcou e diz que nunca pôde falar sobre o assunto, considerando-o segredo da família.

(Chorando muito) Violência? Ah tem uma coisa que eu não posso falar, é de família. É comigo, mas uma coisa que sabe, não pode falar. A gente supera, mas uma coisa assim, que nem, como eu tinha 9 anos, teve a ver com o meu pai, é uma coisa que eu não esqueço. Realmente a gente não esquece. Eu consigo entender o V. É que na época não tinha esses atendimentos que tem hoje sabe? Minha mãe nunca ficou sabendo e eu nunca vou contar, eu fiquei com isso. (Marta).

Muitos casos como o dela ocorrem sem que sejam denunciados, notificados ou acompanhados, mesmo nos dias atuais. Tanto para a vítima quanto para a família é uma tarefa bastante árdua elaborar o ocorrido e traçar planos presentes e futuros; por isso, é importante que sejam apoiadas e acompanhadas por profissionais especializados. Marta sofre muito até os dias atuais pelo que lhe ocorreu na infância e não teve ajuda nenhuma para superar o problema. Posiciona-se como alguém vulnerável que precisa de ajuda – em sua postura física, em seu modo de falar – inclusive apresentando uma voz levemente infantilizada.

Para as crianças há uma diferente atribuição de sentido à violência. André possui uma compreensão bastante diferenciada do que se passa com ele. Diz que é só uma brincadeira, assim quando o pai o amarra na cadeira, lhe bate com chinelo, ele não gosta. Mas diz que o pai só faz isso para enganá-los. É brincadeira, ele não é assim.

Léo demonstra medo intenso de tornar-se homossexual pelo abuso que vivenciou por parte do pai. Parece que esse é o principal sentido que ele atribui a essa experiência: “será mesmo que não vai ‘virar’ gay”?

IC 2 - Alguns estágios são vivenciados pela vítima e pela família: a compreensão do abuso sexual, sua revelação e o posicionamento sobre ele.

A compreensão acerca do abuso sexual é um elemento fundamental no processo de (possível) comunicação sobre ele. E a família, que exerce a função e o *locus* protetor, contraditória e simultaneamente, constitui-se como origem e cenário do abuso sexual.

Para todos os entrevistados houve, em algum momento, um trânsito entre a família que protege e que violenta.

As crianças definem suas famílias sem a presença do autor do abuso:

A minha família é minha mãe, eu, meus dois irmãos e as minha cunhadas, eu gosto de todos eles, todos. (Léo).

Eu tenho 08 anos, eu amo a minha mãe. Amo muito minha mãe. A minha família é unida e eu queria chamar o tio E. (padrasto) de pai, não o pai L. Na minha família tem minha mãe, eu, minha avó, meu irmão e o tio E. O tio E. é casado com a minha mãe porque meus pais são separados. Na família do meu pai tem ele e a Raquel que é mulher dele. (André).

A minha família tem minha mãe, meu irmão, minha vó, e meu vovô morreu porque já era hora dele ir para o papai do céu e para Jesus Cristo e o meu tio T. também. Aqui nessa família (mexendo nos brinquedos) também morreu a mãe e a vó e o filho, porque o pai deles queria matar mesmo. (Lucas).

Parece que para as crianças, a família possui o sentido de proteção e dela participa quem as protege. No caso de Lucas, além de definir a família sem a presença do genitor, que é o autor do abuso sofrido, também indica a presença de ameaça por parte dele, o que representa por meio da família de brinquedos; em seguida, verbaliza que o pai matará a mãe caso ele conte sobre as brincadeiras.

Eu não gosto do pai L., ele coloca uma roupa de polícia e quer prender minha mãe na cadeia. É porque ele gosta de prender qualquer pessoa, até eu. Ele fala que vai matar ela seu eu falar tudo, tudo não pode falar não. Mas, meu irmão conseguiu me desamarrar, ele é muito forte, ele pegou assim e virou assim, daí ele girou a corda e me tirou da cadeia lá. (Lucas).

É que quando eu volto para a casa do tio E. o meu pai quer brincar, eu brinco de forca, eu tenho um livro para isso, eu sou muito bom nisso. A tia R. é a mulher dele e ela também gosta de brincar, ela gosta de mexer na minha pistolinha e ela gosta que eu mexo na minha pistolinha. E o meu pai gosta do meu bumbum. É porque meu pai gosta também que eu mexo no meu bumbum, daí eu ponho o

dedo lá dentro, mas eu não deixo não. Ele põe o pingolin dele na minha bunda. Ele põe aqui dentro na minha bunda e a minha pistolinha fica dura. Eu falo para ele parar eu peço e ele “pum” para, só que às vezes não para. O meu pai só tem umas luvas de garra, ele pega elas e começa a arranhar o meu rosto. O Chefe é o cachorro dele, ele dá bolacha para ele, leva ele para passear e de dia eu também posso brincar com ele. (Lucas).

O Lucas entra na piscina para tomar banho com meu pai eu não, eu só tomo sozinho. A R. toma banho sozinha e fala, pede para o Lucas mexer no pingolin dele agorinha mesmo, mas eu não para mim, ela nunca pediu isso não. E quando ele mexe no pingolin dele ele sente as bolinhas de baixo. O meu pai não pede para eu fazer nele, ele que faz no dele e me falou que mexia assim. Meu pai não pede para eu fazer. Tem muito problema se o pai pede isso para o filho, porque quando ele pede isso eu fico muito irritado. Meu pai tem uma garrinha que parece um alicate e faz cócega no meu pingolin, mas eu não fiquei olhando eu só vi quando acabou. O alicate tem uma ponta que não dói, quer dizer dói um pouquinho. (André).

Às vezes meu pai faz xixi na roupa, ele só faz isso quando eu estou dormindo. Acho que quando eu durmo sai uma visão para fora dos meus olhos. Acho que meu pai esquece onde fica o banheiro, daí ele dança pelado em cima da cama e faz xixi em cima das roupas, deixa as roupas em todo lugar da casa. Ele fica com sono e eu que tenho que fazer o trabalho, aí ele cai no colchão e eu tenho que limpar tudo, deixar tudo brilhando. Eu nunca posso pegar no alicate porque é só do meu pai, tem um pouco de arma lá. Mas eu sei mexer no alicate. Do meu irmão eu já peguei no pingolin, quer dizer não, não, não peguei não. Meu pingolin fica duro quando meu pai faz essas coisas. Tudo é mais ruim eu falo para ele parar que estão doendo, mas ele fala não. Eu fico tão bravo, mas tão bravo que eu ligo para os policiais darem uma multa para ele, um monte de multas. O Lucas chora toda a noite e eu fico acordado a noite inteira quando a gente vai na casa do meu pai. Eu tenho visão de Raio X por isso eu consigo enxergar de longe quando meu pai leva o Lucas. Acho que meu pai cortou o Lucas porque saiu sangue. Acho que foi o alicate que cortou, ele chorou muito, muito mesmo. (André).

André consegue verbalizar o sentimento pelo pai e fala o que viveu com ele:

Não gosto do meu pai porque ele fica batendo com chinelo na minha boca. Ele também fica colocando a mão nos lados do meu bumbum. No meio não, não, de jeito nenhum. É que quando ele põe no meio ele enfia o alicate lá dentro e dói muito. Um dia ele põe o alicate outro dia é só a mão mesmo. Meu pai falou que eu não posso contar essas coisas para ninguém, ninguém mesmo, nem para os policiais. Ele faz isso porque é a coisa mais predileta dele. A minha coisa mais predileta é ficar dezenove mil meses sem ver meu pai. (André).

André situa a atitude do pai como um misto de brincadeira em certo momento de sua fala, porém, consegue identificar coisas que não lhe agradam e expressar o desejo de afastar-se dele; isto revela certa ambivalência: ora

compreender o abuso como brincadeira, ora ter a consciência dos prejuízos na convivência e presença do pai.

Meu pai L. é legal de dia, ele me deixa brincar com o cachorro dele. Só que à noite ele me amarra no quintal, me bota na cadeira e me amarra com corda assim (mostra os braços para trás). Daí ele pede para eu esperar até ele voltar porque vai encontrar a moça que entrega chaves no hotel. Ele me amarra quando nós estamos em casa e também no hotel. Ele fala isso só para poder me enganar. (André).

Eu não tenho vontade de ver meu pai, não sei se vou ser amigo dele, nem um dia, não sei. O pai dos meus irmãos era muito legal com eles, mas só que com a minha mãe não, ele batia muito nela e fazia ela sofrer muito. Só que o meu pai nunca bateu na minha mãe, só que ele fazia essas coisas e eu não quero virar gay né? (Léo).

Já Léo não sabe se quer ter contato com o pai algum dia; agora com certeza não. Revelou a violência sofrida com três anos de idade, por isso diz que não se lembra de como foi esse processo.

As crianças conseguiram revelar o que viviam, mesmo com diferentes compreensões. As mães de André e Lucas, assim como a de Léo, conseguiram ouvir e posicionar-se a partir do que os filhos contaram. Procuraram o Sistema de Justiça, Saúde e Assistência, na tentativa de cuidar e denunciar o ocorrido.

Porém, no caso de Único, a chamada noção “do que acontecia” surge a partir da adolescência:

Acho que quando eu tive mais noção do que aconteceu foi na adolescência, eu achava que ele foi um filho da mãe, mas era meu parente, eu pensava, vou contar para quê? Vou contar para a polícia? Ela vai fazer o que? Então, não ia resolver, e ele já tinha se afastado não estava morando lá. Ele sempre se envolveu com coisas ruins, com coisas não positivas, se envolveu com roubo depois foi preso, se envolveu com trapagens e criminalidade. Ele não estava mais perto mas sempre a gente sabia o que acontecia com ele. mesmo, eu comecei a sentir dor e comecei a gritar que não queria e ele parou. Não aconteceu nada mesmo, nada mais. Acho que foi umas 4 ou 5 vezes. Não aconteceu nada. Eu tinha 5, acho que mais ou menos essa idade. Tudo isso foi bem antes da escola. Todos esses momentos foram bem antes. Uma vez eu ia indo com meu tio para o açougue que ficava em outro bairro, a gente foi de bicicleta ele veio com a ideia de “eu pegar” e eu falei que não. Daí ele deixou de boa, mas pediu para eu não contar para ninguém. Foram os únicos momentos que aconteceu isso. Não aconteceu mais porque eu falei que não e sempre que eles me chamavam para ir para algum lugar eu inventava uma desculpa e não ia, então não aconteceu mais. Comigo foi pelo viés da sedução, doce, relógio, coisas que eu

não tinha, coisas que eu queria, e eu achava tudo bem, não tem problema. Só veio a noção com a dor, uma vez que tentou e eu disse que não queria mais, associei com a dor eu acho, não com moral errado ou certo. E nunca cheguei a contar para ninguém, agora, não sei se tem um misto de vergonha ou não, não sei avaliar hoje em dia. Não sabia o que pensar, ele só falava para eu não contar para ninguém e eu não falava, está bom. (Único).

Minha família é muito passiva, nunca fizeram nada para minha mãe não apanhar e usavam aquele dito popular: em briga de marido e mulher não se mete a colher. E se marcar, acho que eles sabiam que meu primo fazia isso. Acho que nunca souberam que ele fez isso com a gente, mas sabiam que ele fazia com a irmã dele, porque eles pegaram fazendo. Acho que não fizeram nada pela visão católica de perdoar o próximo, de que ele não sabe o que faz. A minha vó é muito religiosa, Padre Cícero, tinha altar no quarto, tinha que rezar antes de dormir e quando acordava. Ela era muito rígida e batia em todo mundo. E até uma certa idade ela ainda batia nas minhas primas, tias, batia na minha prima que tinha transtorno mental e fazia xixi na cama. Ela era maldosa. Minha família sempre foi omissa. (Único).

Nunca contou para ninguém da família o que havia sucedido. Ocultar o autor de abuso, tanto pela vítima quanto pela família, é uma característica comum. Alguns entendem que estão protegendo o autor do abuso, pois a sociedade não o entenderia e ele seria punido. Para muitas famílias também é muito difícil entrar em contato com o abuso sexual. Para algumas famílias, a partir de sua própria cultura, a iniciação sexual pode-se dar no interior da própria família – o que não a exime da configuração de abuso sexual. Contudo, naquelas em que não se “imaginava” a possibilidade da ocorrência do abuso, o choque tende a ser profundo e favorável a diferentes reações. As justificativas para o ocorrido que repousam sobre o autor tratam de um surto, um desvio espiritual e/ou uma naturalização do desejo masculino sobre a vítima – e/ou sobre a vítima – (a criança/adolescente) provocadora do abuso, seja por meio de insinuações e comportamentos ou de carência afetiva. Além disso, a família também pode procurar proteger-se da vergonha, com medo do fato vir à tona e, com isso, sofrer represálias sociais e comunitárias de repulsa e punição.

Esses são fatores preocupantes, pois ocultar a problemática não faz com que ela seja resolvida. Alguns autores⁴⁹ classificam em cinco tipos diferentes os agressores, com possibilidade de tratamento para uma minoria, o que ainda não possui grandes impactos no debate brasileiro, bem como em sua efetivação.

49 Ver Satter apud Azambuja e Ferreira (orgs), 2011.

Todas as mães e cuidadora declaram um sentimento de intenso medo ao saber da situação e ao lidarem com ela. Para Clara, toda a situação trazia o medo do estranho e de uma novidade que não era confortável acessar.

Ele se revoltou muito e ficou com muito medo, porque ele tinha muito medo, a gente tinha muito medo, porque a gente nunca tinha passado pelo o que passou, então a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia como que era as pessoas. Então ele (o marido) não queria que mexesse só que depois ele apoiou tudo, já, lá naquela época não, agora, há pouco tempo.. Eu não tenho medo de nada não, porque você acha que eu vou ter? Ele trabalha, estuda, só anda com menina, vai na igreja, que mais que eu posso querer? (Clara, 2013).

Quando eu saía na rua, parecia que todo mundo estava comentando, eu fiquei com medo até de sair de casa. E o menino? Tadinho, eu tinha medo dele não aguentar tudo aquilo. (Clara, 2013).

A repercussão comunitária e social também foi um componente que trouxe receio à Clara, e, embora se manifestasse de forma negativa, a possibilidade da homossexualidade também aparece de modo indesejável.

As mães e cuidadora entrevistadas tiveram um grande impacto ao saber do abuso sofrido pelas crianças e cada uma trilhou/trilha posicionamentos diferenciados com relação à questão.

Clara observou um comportamento diferente no filho, preocupado com a presença do pai, temeroso, queixoso de dor para evacuar, e, por conta disso, perguntou o que estava acontecendo.

É porque ele não me contou, eu que descobri. Ele veio diferente comigo e através do jeito dele que eu descobri que tinha algo errado com ele. Eu fui atrás da pessoa. Meu marido tinha saído pra trabalhar e estava eu e minha filha, ele entrou e falou o pai já saiu? Já, porque você está perguntando? Aí ele foi no banheiro e disse que estava com dor, só que ele era ressecado, então até ali tudo bem. Mas, eu já estava achando meio estranho, foi onde que eu presei ele na parede e ele acabou contando pra mim. Era um adolescente, na época era adolescente. A mãe dele era minha amiga. Pra falar a verdade não vou falar que eu não fiquei com medo, mas eu fiquei segura, pra dar segurança pra ele. (Clara, 2013).

Ficava a noite inteira sem dormir, medo de precisar alguma coisa de noite, dar uma infecção, dar febre, passar mal e eu não ver. Então eu coloquei um lençol do lado da caminha dele e fiquei ali, de manhã meu marido chegou e eu conversei com ele, com meu esposo. Ele me falou: "Imagina!". Aí eu desci lá embaixo e falei para o menino, o que você fez com meu filho? Ele me disse: "Eu não fiz nada, pra começar eu só dei um pipá pra ele, foi só isso." Daí eu falei pra ele,

pode começar que eu já estou sabendo. Primeiro eu falei pra ele que não ia contar nada pra mãe dele, nem pra ninguém. Aí ele pegou e acabou confirmando, aí eu mais do que depressa fui ao salão da mãe dele e falei pra ela. Mas ela não quis acreditar, e falou que ia me processar que eu era falsa, que estava inventando as coisas do filho dela. Aí eu fiquei com medo e comecei a me gelar e pensei, nossa pra que eu fui mexer com isso, o menino já estava bem, pra que eu fui mexer com isso? Aí eu comecei a sentir uma coisa me segurando, peguei e falei pra ele: filho, você confessou pra mim lá embaixo. Agora não sei, não eu sei o que me aconteceu que eu acabei caindo de joelho no chão, aí e peguei e falei pra ele assim: aqui é o coração de duas mães que está aqui, a mãe dele acabou ficando de joelhos também. Aí eu falei assim pra ele, aqui é o coração de duas mães, você olha bem nos nossos olhos, não quero que você fale nada do que você não fez, mas também não quero que você esconda nada. Olha no fundo dos meus olhos e fala a verdade. Você não fez nada com meu filho? Eu estou mentindo? Ele falou: eu fiz sim, e eu e já nem sabia o que fazer depois dali". (Clara, 2013).

Eu procurei as meninas do postinho e comecei a conversar com elas e elas mesmas colocaram na justiça. Aí já mandou eu pra a Unicamp, aqui eu fiquei nervosa. Aí eu recebi intimação pra comparecer no CRAMI. Quando eu recebi a carta pra vir aqui eu fiquei nervosa, fiquei revoltada. (Clara, 2013).

Eu não cometi crime nenhum, meu filho também não, e ainda ficava sendo intimada? O adolescente que fez isso com ele? Vai fazer, o quê? Matar? Tem que ensinar que não pode fazer essas coisas. Depois disso eu não quis mais saber, eu vendi meu apartamento, saí de lá. Ah, eu já queria sair de lá. As crianças não gostavam de lá, ficavam apanhando. Às vezes eu vou lá, eu tenho minha prima que mora lá, tenho minhas amigas. Elas perguntam se eu fico arrependida de ter saído, eu não fico nenhum pouco, pra começar eu pagava 60 reais de água, agora eu pago 15. Então, mas é que faz tempo que não vou lá, esse mês mesmo veio 5 reais. Eu não tive apoio de ninguém. Ficaram todos ficaram sabendo e eu não tinha apoio de ninguém, nem do meu pai e das minhas irmãs. Mudei e essas coisas, eu que decido, só Deus sabe como fica o coração de uma mãe em uma hora dessas. (Clara).

Ah, ele tem vergonha. Quando eu puxo assunto de apartamento, falo em apartamento alguma coisa, ele já acha que eu vou falar disso. Nada disso, eu comento que eu já morei em apartamento, na Cohab, mas jamais eu falo disso com ninguém De jeito nenhum, imagina. Eu, como ele, é como se nada tivesse acontecido. (Clara).

É possível observar que a criança sente confiança na genitora; a revelação do abuso sexual é uma decisão muito importante e só é realizada a um interlocutor que possua, de fato, a confiança da vítima. Por outro lado, ser ouvinte desse evento é um exercício bastante complexo; demanda uma postura cuidadosa para não assustar a criança, para não fazê-la sentir-se culpada ou envergonhada, disposta a ser sincera quanto às ações que serão realizadas, manter-se disponível para novos diálogos quando e se a criança quiser falar.

Contudo, essa notícia não é racionalmente esperada e recebê-la, com certeza, impacta o interlocutor.

Clara compreende a maternidade como sinônimo de proteção aos filhos, ainda que com muito sacrifício. Conseguiu superar o próprio mecanismo de defesa, pois é fato que o filho já possuía dificuldades para evacuar e isto poderia ser tomado como corriqueiro. Contudo, ela apostou no diálogo.

Neste caso, o autor do abuso foi um adolescente. De acordo com a genitora, aconteceu várias vezes, com a presença da penetração. A idade e a relação entre autor e vítima do abuso são variáveis importantes no acompanhamento do caso, pois quanto mais jovens e próximas as idades, pode ocorrer a descoberta de jogos sexuais entre as crianças e adolescentes, em especial entre meninos, por meio do “troca-troca” e outros; estes movimentos precisam ser ponderados pelos profissionais que acompanham os sujeitos.

Clara deixava o filho na vizinha para trabalhar, e a vizinha, por sua vez, deixava o menino com seu filho adolescente, também para trabalhar. Esse é um dos possíveis exemplos em que a condição social e a chamada violência estrutural não é determinante para o abuso sexual, porém, pode facilitá-lo.

Outra questão a ser observada é a necessidade de sobrevivência e o fato de as mães deixarem os filhos sem a supervisão de adulto. Conforme depoimentos, na verdade eram “duas crianças” (sic) - uma de 8 e outra de 13 anos - que ficavam sozinhas, o que facilitava as iniciativas das brincadeiras sexuais.

Não se quer afirmar, com isso, que a inserção em serviços socioeducacionais os protegeria integralmente da vitimização, afinal, já verificamos que o abuso sexual institucional pode ser realizado, tanto pelos profissionais quanto pelos pares. O que frisamos é a ausência de uma política pública efetiva para a proteção e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, que seja, de fato, universal e de qualidade.

Em que pese a quantidade de vagas oferecidas por serviços dessa natureza, geralmente ela é muito menor do que a necessidade que se apresenta. E a qualidade dos serviços é uma matéria que não daremos conta de aprofundar aqui; porém, a sexualidade é um tema que pode ser trabalhado de modo prazeroso e não punitivo, o que pode ser apreendido ou fortalecido no projeto pedagógico desses serviços.

O momento da revelação impacta a todos os membros da família e é possível que diferentes reações aconteçam. Clara conseguiu perguntar, conseguiu ouvir; contudo, não teve o apoio do marido, que não deu ou não conseguiu dar crédito à revelação do filho. “Eu fiquei sozinha, ninguém me ajudou. Era eu, meu marido e minha filha, pequenininha, tadinha, não entendia nada. E aí, era eu e eles. Mas, era eu e meu filho, e (silêncio) eu sozinha né? Meu marido não queria nem ouvir falar de nada disso”.

É possível perceber que Clara usou todos os recursos conhecidos por ela e disponíveis para proteger o filho: aprofundar a história relatada, procurar a delegacia, buscar o serviço de saúde, cumprir todas as etapas que demanda o processo iniciado, frequentar o CRAMI e mudar a região de residência. Atualmente, nem ela e nem o filho tocam no assunto. Ele já não participa do CRAMI há alguns anos e não permite tocar no assunto. Também foi convidado a participar desta pesquisa, mas recusou dizendo: “água passada não toca mijoca”.

Na história de **Andreia** a revelação foi feita pela filha de 09 anos, que contou sobre o abuso praticado por parte do padrasto, do qual eram vítimas ela e suas irmãs, além de L., o irmão mais novo e filho biológico dele, também vitimizado.

Porque quando o L. tinha 2 anos ele sofreu abuso do pai dele, a minha filha me falou. Um dia eu fui trabalhar e não deu certo então eu voltei pra casa, fui buscar minha filha na escola e ela disse, mãe preciso falar uma coisa pra senhora. O que é? Aí ela contou que ele estava abusando delas, ficava tirando a roupa. Eu tenho três filhas e quatro com o L. A escola me ligou pedindo pra buscar porque ela estava passando mal. Daí no caminho ela me contou que ele estava abusando delas, tirando a roupa e tudo. Ela disse que ele ia me matar, ele era usuário de droga. Até então quando elas eram pequenas elas ficavam com a minha mãe. Na minha frente ele nunca fez nada com elas. Deixava lá, pegava depois. Daí elas foram crescendo, uma tinham que ir pra escola o L. pra creche e foi ficando mais difícil. Em 2000, foi quando eu conheci o pai do L., que ele foi morar comigo, depois de um ano eu tive o L., ele nasceu em 2001. Elas eram pequenas. Aí em 2003 aconteceu isso. A M. tinha acho que 9 anos. Então, ele eu vi o bumbum roxo, e perguntei pra ele, o que é isso Lucas? Ele disse: papai que mordeu. Aí ele via o pai dele e tinha muito medo. O pai dele olhava pra ele se ele tivesse chorando e ele parava na hora. Como ele foi preso, ele ainda assinava carteirinha, então eu fui lá Vara Criminal e falei para o moço, mas aí ele me disse que era a minha palavra contra a dele. Aí, eu fui à polícia e falaram que eu não podia fazer nada, que era minha palavra contra a dele, aí meus pais levaram ele pra casa deles. Ele ficou lá na casa da minha mãe. Um dia eu estava trabalhando e eles (meus pais) levaram ele pra fazer exame de corpo de delito, meu pai

ficou bravo, e o L. começou a ir pra Vara da Infância. Bom ninguém nunca me falou o resultado, até hoje eu não sei o que deu. O que eu sei é que fizeram a audiência na Vara da Infância. Depois de anos, no final do ano passado fechou o processo. E ele ganhou o processo. Eu achei isso um absurdo (Andreia).

Andreia teve quatro filhos: 03 meninas e um menino, cada um deles com um pai diferente. O último companheiro com quem morou, o pai de L., abusou de todos os filhos. Nesse caso, percebemos que a filha precisou de um espaço, de certo modo, protegido, sigiloso e revelador de cuidado da mãe, para poder falar sobre o abuso. O autor de abuso era o companheiro da mãe, que ameaçava matá-la; esta é uma situação de muito estresse para a criança: sentir-se provocadora da possível morte da mãe.

Andreia relata que não desconfiava do que acontecia com as filhas, mas começou a estranhar o comportamento do filho, ainda bebê. Porém, tratou com naturalidade a informação que a filha lhe trouxera sobre o abuso. De algum modo, Andreia, mais uma vez, parece considerar quase que inevitável a existência do abuso, o que não quer dizer que ela seja conivente com sua ocorrência. O abuso apareceu como parte da dinâmica familiar e continuou ocorrendo; afirmou que o companheiro era muito agressivo, usuário de drogas e a ameaçava com frequência.

Aqui também se repetem as observações sobre um serviço público para o desenvolvimento e permanência de crianças e adolescentes, em especial no período de trabalho dos pais, o que parece estar próximo da proposta de educação integral.

Espaços de convivência para crianças e adolescentes requerem a seriedade de construção, a leveza na efetivação e o compromisso na condução. Desde a estrutura física, os espaços devem ser adequados e convidativos, à formação e capacitação dos profissionais, a uma boa orientação pedagógica para que se firmem os planos político-pedagógicos com vistas à educação da alegria.

A ausência de serviços para atender as crianças é, também, o motivo que contribuiu para que Andreia deixasse os filhos com o próprio companheiro, dependente químico e em liberdade condicional. De acordo com a entrevista, após ciência do abuso, continuou com o companheiro por um tempo, tentou realizar arranjos com seus pais para que o filho ficasse com eles na ausência dela. Contudo, em uma das possíveis repetições do abuso, os avós levaram a criança e fizeram o boletim de ocorrência e o exame de corpo de delito. Com a chegada do caso à Vara da Infância, as crianças foram acolhidas e Andreia ficou somente com a filha mais

velha em casa, pois esta estava grávida e com uma relação de vínculo com o namorado. A partir daí, a genitora pediu que o companheiro saísse de casa. Ele se negou e ameaçou agredi-la, ela também o ameaçou e, em meio a essa discussão, ele foi embora.

A reação de Andreia é também presente em outras mães, que decidem permanecer com o companheiro e tentar, na medida do possível, proteger as crianças. É um quadro complexo e não cabe um julgamento moral, sobretudo porque existem diferentes situações em que o abuso é interrompido (premissa para a segurança da criança/adolescente) e a situação é trabalhada no interior da própria família. Mas não foi o que aconteceu nesse caso; os abusos só pararam de acontecer quando ele saiu de casa definitivamente, o que levou mais alguns meses. E só ocorreu por meio da pressão da rede de atendimentos que, a partir do boletim de ocorrência, passou a ser acionada.

Demorou, foi pra Vara, de 2005 a 2009, aí, elas foram para o abrigo, elas ficaram 7 meses no abrigo, e depois mais um ano na minha mãe. O pai de L., ele não estava mais em casa, pediram para tirar ele da minha casa. Pediram prisão dele. Aí eu fui atrás, descí na Vara e falaram que ele estava como foragido, ficou 2 anos e arquivaram o processo, como arquivaram não dava pra fazer mais nada, né? Aí passado, acho que final de 2008, quando foi dia 10 de janeiro de 2009, elas foram pro abrigo. Então falaram que estava em fase de verificação e que elas precisavam ficar lá. Aí deixaram elas lá 7 meses, e o L. também foi. Fiquei sem nenhum deles, só a M. que ficou em casa porque tinha casado e estava grávida. Nossa foi muito difícil, eu nem sabia nada, eu trabalhava o dia inteiro e eu ia visitar eles, eu ia toda noite. Depois foram transferidos porque disseram que não podia ter contato. Eles falaram que eu tinha que arrumar a casa, fazer mais um quarto, colocar porta, erguer um muro. E eu fui fazendo tudo isso. Foi assim...em 10 meses eu tive que arrumar toda a casa. Aí eu passei pela psicóloga, aí eles saíram aí a gente voltou pra cá. Mas, elas têm casa, tanta criança que não tem onde morar e ninguém cuida, meus filhos têm casa, isso sim foi violência. (Andreia, 2013).

A proteção para Andreia está mais relacionada ao suporte material, sobretudo à casa própria, um espaço para morar. O abuso sexual passou a fazer parte da dinâmica da família e ela sentiu como violência mais intensa a retirada das crianças de sua “casa própria”, coisa que seu pai nunca lhe oferecera, isso sim era violência.

Embora haja diretriz para a brevidade e excepcionalidade do acolhimento, os processos de abrigo, via-de-regra, exigem trâmites judiciais que prolongam a estadia da criança nesses espaços. O trâmite legal do processo entre defensoria pública, ministério público, advogado da criança e o próprio juiz, somados à deficiência no quadro de recursos humanos, prolonga o sofrimento ao invés de configurar proteção.

Depois que ele foi para o abrigo, ele me fala que ele está revoltado, ele chora porque quer ver o pai dele. Mais ou menos, assim, ele na cabecinha dele, eu tento conversar mas, a única coisa que ele fala é que sofreu muito no abrigo e que os meninos batiam nele, chamavam de veado. Quando eu soube que ele foi pra lá eu fiquei tão desesperada que fui na Vara da Infância, fui no Taquaral fiquei olhando de longe. Não podia entrar. Então, saber ele sabe o que pai fez, mas ele não gosta de falar. Ele não fala mesmo. Até quando teve a última audiência o juiz perguntou pra ele e ele fez assim com a cabeça (sinal de não sei). O juiz perguntou de futebol pra entreter, aí ele perguntou assim, e quando você era pequenininho, você lembra que o seu pai enfiou o dedo no seu bumbum? Aí ele ficou quieto, não falou mais nada. (Andreia).

Acompanhar crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual ainda gera muitas dúvidas, receios, tabus e resistências. O assunto é considerado complexo demais e sem possibilidades de acesso.

Andreia demonstrou o desejo de ter os filhos de volta após os acolhimentos. Relata que, hoje em dia, não quer mais morar com nenhum homem, somente namorar. Tem contato com todos os ex-companheiros e relata que todos eles, ao visitarem os filhos, fazem investidas para ficar com ela novamente, e que isso não está certo porque ela entende que eles têm que ir visitar os filhos, e não a ela. Entende que ela também os protege quando não reata o relacionamento com eles.

Seu filho recebe visitas do pai na presença da avó paterna em período quinzenal, foi o que ficou acordado no arquivamento do processo. Também conversamos com ele, porém ele fala muito pouco sobre o ocorrido, inclusive diz que seu “pai nunca lhe fez nada, isso é só coisa que as pessoas falam”. (sic).

Marta tem investido no cuidado do sobrinho neto, parou de dar surras e tem experimentado conversar, deixar sem tevê e videogame. Não sabe se vai adiantar, mas confia muito nas profissionais do CRAMI. Quando soube do que tinha acontecido ao sobrinho, ficou perdida e pediu orientação na creche. Ela não teve filhos biológicos, diz que não conseguiu e que a vida quis assim. No momento da

entrevista e nos últimos quatro anos e meio é responsável, junto com seu marido, por seu sobrinho-neto. Declara que cuidar dele tem sido muito difícil, desde quando ele chegou, ela nunca tinha visto “isso” (sic) em uma criança.

Então ele ficava se masturbando pequenininho, e o pai dele levava ele pra ficar comigo e eu via que ele ficava se masturbando e eu levei pra pediatra. Ela me disse que era uma idade que ele estava se conhecendo, então eu tinha que ficar de olho, se for uma vez ou outra, era normal, agora se for constante já não é normal. Aí eu vi que não era normal, aí eu peguei e foi onde que eu consegui a psicóloga para ele. Um dia ele saiu sem short com o pipi de fora e foi encostando na perna do meu marido. Meu marido ficou bravo e disse pra ele: eu sou homem, não gosto dessas coisas não. Meu marido foi embora, eu fui lavar ele, sentei ele de frente pra mim e perguntei, o V. , quem fica ensinando essas coisas feias pra você hein? Aí ele ficava assim procurando, desconversando, até que ele falou pra mim quem foi. E eu perguntei como é que ele fazia? Aí ele apontava em mim, e pedia pra eu chupar o pipi dele. Ah, o V. é filho do meu sobrinho, com dois anos e meio a mãe dele e o pai se separaram e ele ficou com o pai, acho que ele ficou um ano e meio com o pai dele e depois o pai dele pediu cuidar, né, ajudar ele a cuidar do menino até ele estabelecer a vida dele. E aí está até hoje comigo. É, ele ia fazer... ele tinha três anos e meio. Ele vai fazer oito anos agora, já vai fazer quatro anos que eu estou com ele. Está difícil demais e eu não aguento mais. É... assim, não sei se foi aquele abuso, mas, então, eles encaminharam pra cá. É, descobri, ele me contou o V., ele era pequenininho. Ele contou, porque eu vi os gestos que ele fazia, né. Ele me contou e aí na época eu não...é uma família assim, o neto da mulher que cuidou dele. Hoje ele tem 15 anos. Na época ele tinha 9 anos. Quando eu fiquei sabendo, quando eu consegui a vaga nessa creche, eles não falaram.

Marta descobriu somente depois de ter aceitado cuidar do sobrinho como tinha ocorrido o abuso. Semelhante ao primeiro caso estudado, o autor do evento foi o filho da pessoa que cuidava do bebê para os pais que trabalhavam, nesse caso, outra criança, com 09 anos de idade.

Para esse caso, valem todas as observações do caso do filho de Clara, acrescidas de que as repercussões do abuso sexual, para o sobrinho de Marta, têm se mostrado bastante acentuadas e visíveis. Não se podem homogeneizar as consequências desse evento, embora se tenha alguns comportamentos possíveis já analisados. O modo como ele reverbera na constituição subjetiva de cada um é bastante diferenciado e a forma como acontece, a idade, a relação com o autor, o sofrimento psíquico causado, além de outros fatores, se combinarão de diferentes formas em cada vítima. A sexualidade exacerbada e exagerada é uma das

possibilidades e parece ser o caso relatado por Marta. Para, além disso, cuidar do sobrinho que apresenta todos esses comportamentos faz com que Marta revise abrupta e cotidianamente seu próprio segredo.

E agora o que eu faço? Eles me orientaram a deixar quieto, como fazia muito tempo, eles acharam melhor não mexer. E também a família deles não é boa coisa e mora perto da minha família e eu fiquei com medo. É, o pai do menino que fez isso com ele é preso, o tio dele, mataram o ano passado, então eu não quis mexer. Aí a psicóloga da creche começou a atender o V. e ela e a assistente social deram o papel para eu ir na delegacia, então eu disse pra eles, que eu não ia. Porque eu estou aqui perto, mas minha família mora toda perto deles. Não vou. E foi aonde que ela encaminhou para o Ministério Público. A vó do moleque, já foram atrás dela o ano passado. E agora não sei qual é o andamento. Aqui tem um ano e pouco que eu venho. Eu descobri quando ele tinha 3 anos e meio, minha família de lá já sabia, só me contaram depois. Então demorou pra chegar aqui no CRAMI, porque o tratamento dele fazia no posto. E eu só vim pra cá porque a psicóloga do posto faltava muito, eu perdia o dia de trabalho e não adiantava nada. Aí, a moça na época, assistente social cobrando deles que o V. tinha que ser atendido e aí ela conseguiu aqui. (Marta).

A proteção como Marta entendia era exatamente a distância da Justiça, considerando os fatores de risco para a parte de sua família que morava na cidade anterior e era vizinha da família que, de acordo com ela, poderia vingar-se e era bastante envolvida com o crime, o que gera dúvida, pois era essa mesma família a que cuidava de V. ainda bebê. Contudo, ela é frequente nos atendimentos da instituição, matriculou o sobrinho em uma instituição em que realiza atividades socioeducativas no período inverso ao da escola, providenciou transporte escolar particular e uma babá que fica com ele uma hora após o projeto, até que ela chegue de seu trabalho. Marta avalia que todas essas ações são insuficientes e que não são capazes de protegê-lo, pois ele tem comportamentos com os quais ela não consegue lidar.

IC 3. O abuso sexual ocasiona, em boa parte dos sujeitos entrevistados, o medo da “provocação” da homossexualidade ou da imposição dessa orientação na vida futura das vítimas, em decorrência da experimentação do ato sexual homossexual.

A possibilidade de experimentar o prazer sexual em uma relação homossexual - considerando que a maioria dos autores trata-se do sexo masculino e aqui acessamos os meninos – leva à orientação sexual homossexual?

A resposta a essa questão não é simplificada ou fechada, não se pode fazer uma afirmativa generalizada, considerando tantas variáveis de caso a caso. Contudo, esse é um dos principais fantasmas de vítimas masculinas e suas famílias. A penetração parece ser colocada como o elemento definidor para que esse “perigo” ocorra ou não. Soma-se a essa afirmativa o dado de que todos aqueles que se negaram a ceder a entrevista para este estudo já tinham divulgado a penetração ocorrida.

André e Lucas não chegaram a mencionar ou demonstrar mais acentuadamente nenhuma expressão a respeito desse tipo de medo. Já Léo apresenta bastante preocupação com a questão.

Nunca aconteceu nada mesmo, a minha mãe fala que quando eu era nenê não tem nada a ver, e que ele, você sabe né? Ele nunca colocou lá o negócio dele não. Então eu não sou gay. E quando eu tinha 08 anos nem aconteceu nada e eu também não vou virar gay. Não eu não tenho medo de nada não, nem de bicho bravo, nem de cachorro, nem de cobra, nem de leão. Por mim, eu sou forte mesmo. Tenho medo quando fala dessas coisas, só que eu não contei dessas coisas que aconteceram pra ninguém, só para o F. que nele eu confio, ele é meu amigo, só que ele não conta para ninguém, e também eu contei só a metade pra ele, não contei tudo. Ah, eu disse que meu pai tentou fazer essas coisas sabe? E ele me disse que também viu uma menina que o pai tinha feito essas coisas no Datena. Eu não vou virar gay, eu não gosto dessas coisas, e também minha mãe falou que não tem que se preocupar porque não aconteceu nada comigo, ele não, ele não, ah, ele não sabe? Único medo que eu tinha era de virar gay, mas não tenho mais não, mais nada, nada. (Léo).

A minha mãe é minha amiga ela fala de tudo comigo e eu posso falar o que eu quiser para ela, posso até perguntar o que eu tiver vergonha e ela não briga comigo, ela fala, ela me explica. Ela me falou que eu tenho um futuro muito bom porque o importante é que não aconteceu nada comigo, é que ela não deixou acontecer nada. Então não tem perigo de eu virar gay e eu nunca vou ser igual meu

pai porque eu tenho amor, tenho a igreja, tenho minha mãe né? Então não vai ter problema. (Léo).

Andreia e Marta também declaram suas preocupações:

Tenho medo sim, mas, é uma coisa que ele que tem que decidir, não eu. Eu fiquei com medo porque ele ficou brincando muito com os meninos, e eu pensei - vou colocar ele no futebol pra ver se ele melhora. Dois meses na escola ele já foi pra cima da professora dele, foi expulso e assinou o termo de desacato ao funcionário público. Fui eu e o pai dele lá pra conversar. Como o pai dele foi ou é usuário de drogas eu tenho muito medo dele se envolver com isso. Que nem, teve uma época que ele andou sumindo e o pessoal disse que ele tava lá. Eu pergunto pra ele, L. onde você estava? Ele ficou 11 horas desaparecido, nesse dia eu bati nele, fiquei tão nervosa. Depois disso eu não soube que ele foi mais lá. (Andreia).

Eu tenho medo dele virar homossexual, eu tenho. Eu tenho muito medo disso. E outra, ali onde eu moro, os maconheiros está tudo na janela usando. O meu marido sempre me falou, o lugar desse menino do jeito que ele é hoje, é com a vó dele, onde que ela mora não tem nada disso. Mora numa área rural tem um espaço enorme pra ele brincar. A diretora falou pra mim que ele tem que voltar a ser criança. A cabeça dele não é de criança. Ele tem malícia. Eu fiquei tão revoltada, eu chorei muito lá, deu dor na minha nuca. E é mesma coisa se eu deixo ele brincar lá onde eu moro, e tem que deixar brincar! Mas tem que ficar de olho, esses dias eu peguei ele em cima das costas de um menino. Um dia eu vi um menino falando pra ele, vamos beijar? Aí eu saí na janela, os dois já estava quase encostando a boca, e eu dei um grito e disse: até você G.? E ele assustou, saiu correndo. Então às vezes eu evito dele brincar. (Marta).

E Único, talvez por definir-se bissexual, não se preocupa com essa questão e nem a associa à experiência do abuso sexual:

Eu acho que nunca me vi confuso do que eu gosto, eu tenho uma definição mais para a minha companheira, mas nunca tive essa questão de achar que faço algo errado. Nunca tive a questão: será que eu sou gay? Não. Não. Não. Não. Eu me considero um hétero, mais para bi, não tão bi. Porque tive com esse que foi mais uma relação carnal e já tive uma experimentação do beijo com dois caras, já com 28 anos. Nem associei nada com a minha infância, acho que foi mais uma questão de experimentar mesmo. (Único).

O medo da homossexualidade e/ou da retaliação da comunidade pode ser um dos motivos pelos quais as famílias que possuem meninos vitimizados sexualmente não denunciem ou busquem atendimentos nos serviços públicos. O sentido atribuído à homossexualidade ainda é bastante preconceituoso, tornando-se

mais um empecilho para a revelação do abuso, seja por parte do menino, seja por parte da família.

IC 4 - A reprodução do abuso sexual surge como possibilidade para as mães e cuidadora, como possibilidade de vingança de um “mal” irreparável, o que acarretaria, para elas, a inversão dos papéis de vítima para autor.

Andreia e Marta apresentaram o medo de as crianças tornarem-se autoras de abuso, considerando o comportamento que têm na escola, na comunidade e em casa. Queixam-se de que ambos possuem comportamentos bastante sexualizados e fazem carícias em seus pares. Achem que eles não conseguiram superar suas experiências e que isso pode levá-los a também reproduzi-las. Esse medo (da mãe de Léo) também aparece na fala dele, quando diz que sua mãe o ensina que ele nunca será como seu pai.

Tenho medo disso, e tenho medo também, que nem, aqui eles falam que quando a criança é abusada na infância se a gente não cuidar vira estuprador. (Marta).

O pai dele usa drogas e fez muita coisa errada, até dessas coisas aí sabe? Tenho medo dele ficar igual. (Andreia).

O medo é um elemento marcante em todos os discursos das mães e cuidadora, que após a revelação do abuso, parece tornar-se um companheiro das entrevistadas, mesmo que apareça de modo contraditório nas falas.

É possível afirmar que o medo é relevante para a sobrevivência, pois é ele quem emite sinais de alerta de perigo e indica a necessidade de proteção, assim, é um sinal condicionante e antecipador de sofrimento. (MYRA & LOPES, 2005).

O medo não é uma emoção patológica, mas algo universal dos animais superiores e do homem. O medo é um estado de progressiva insegurança e angústia, de impotência e invalidez crescentes, ante a impressão iminente de que sucederá algo que queríamos evitar e que progressivamente nos consideramos menos capazes de fazer. (DALGALARRONDO, 2006, p. 109).

Contudo, ao mesmo tempo, esse sentimento pode tornar-se um vilão, na medida em que potencializa um desequilíbrio na vida daquele que o sente, sendo

apresentado pela possibilidade da repetição de um trauma (acontecimento doloroso para o qual o indivíduo não estava prevenido).

Por outro lado, na história de Único a reprodução do ato nunca esteve presente:

Nunca tive medo de fazer a mesma coisa que meu primo fez, depois de uma certa idade eu tive uma maturidade e sempre tive relações com pessoas que permitiam transar junto. As meninas que eu saía, eu tinha 17 e elas 16, 17, sempre tive relações quando elas também queriam. Acho que ainda está muito forte a questão do machismo no dia a dia dos meninos, a questão de ser taxado pelos outros como gay, bicha e a questão de saber que eles foram abusados não significa que eles são gay, eles têm o direito de denunciar, de pedir reparação e até mesmo denunciar a pessoa para saber que não vai cometer a mesma coisa com outras crianças. (Único).

IC 5 - Os sentidos do Abuso Sexual variam entre as pessoas de acordo com inúmeros fatores. Dentre eles: a presença da violência, a ameaça, a diferença de idade, a relação com o autor e o modo como se elabora/ou a experiência.

Cada um dos entrevistados – meninos e homem – elaborou de modos diferentes o abuso sofrido. Léo não se lembra dos auges da violência, contudo viveu sob a sombra do perigo dos três aos dez anos, inclusive com medo de andar pelo seu bairro.

O meu pai está preso por causa das coisas que ele fez comigo quando eu tinha três anos. De três anos eu não lembro, eu só lembro quando eu tinha 08. Quando eu tinha três anos ele ficava sem deixar minha mãe me dar banho, só queria dar banho em mim, só que minha mãe entrava no banheiro e ele estava só de cueca me esfregando no...no negócio dele. Depois ele me pegava quando todo mundo estava dormindo e tirava a roupa e ficava fazendo essas coisas. Daí minha mãe queria gravar e não conseguiu porque ela não sabe mexer direito no celular, mas ela tirou foto, daí levou na polícia. Acho que foi assim, porque eu também fui na psicóloga e contei pra ela, só que eu não lembro o que eu falei pra ela. Daí, depois demorou muito, e meu pai queria me visitar quando eu tinha oito anos e minha mãe deixou porque ficou com medo do juiz me dar para ele. Eles se separaram quando eu tinha três anos. Daí, minha mãe deixou, mas ela ficava sempre por perto, aí, teve uma vez que ele ficou me obrigando a ir no colo dele e ficou me apertando lá, de novo, no negócio dele, mas eu não queria, eu não queria nem ir no colo dele e já começava a chorar, mas ele ficava bravo. Daí, eu chorei bem alto e minha mãe me tirou dele. Eu acho que a minha

mãe fez certo de pedir para o juiz prender meu pai, mas só que demorou muito. Agora eu vou na padaria bem sossegadinho, antes eu só ia de bicicleta, correndo e olhando para trás. Só que a padaria é pertinho de casa, então não tinha perigo, mas e se meu pai me segue e me leva pra casa dele sem ninguém ver? Eu tinha medo dele me alcançar. Eu nunca vi ele atrás de mim, mas vai que ele estava. Daí, no dia que a minha mãe ficou sabendo que ele foi preso, eu fui andar na rua, nem fui com bicicleta. (Léo).

Nesse momento Léo parece sentir-se aliviado, considerando que a mãe é protetora e que seu pai está preso. Além disso, tem as promessas da mãe, que lhe garantem um bom futuro.

André e Lucas viveram outra forma de vitimização. Nesse caso há a especificidade de serem deficientes e terem essa característica utilizada pelo autor do abuso. Foram ameaçados e estavam bastante persecutórios, não apresentavam a compreensão clara do abuso sexual como ato de violência. Compartilharam o abuso como brincadeira que em alguns momentos provocava dor e desconforto e não querem repeti-la. André contou para sua mãe sobre as brincadeiras prediletas do pai por dois fatos que o enobreciam: ele conseguiu desamarrar o irmão mais novo da cadeira na ausência do pai - que havia saído de casa - e, ainda, descobriu o facebook secreto do pai. Essas duas atitudes são um caminho para a premiação como herói. Algo que, de fato, o faz ser visto como alguém muito esperto. Ao mesmo tempo, André e Lucas dizem que o pai ameaçou matar a mãe caso eles contassem para alguém.

Eu já consegui desamarrar o L. carreguei ele até a cama, ele chora muito, levei ele para a cama e dei um beijo nele. A corda fica na barriga e a mão atrás da cadeira, a minha e do L. também. Ele fala que faz isso só para poder me enganar (é brincadeira). (André).
Eu sei ler e escrever, o pai L. tem facebook normal, é normal o facebook dele e o facebook secreto também é normal, só que é secreto, mas é normal. Eu encontro um monte de coisas que eu preciso ver no facebook dele. Meu pai dança pelado no facebook secreto, não tem mais ninguém lá não, só meu pai, é só meu pai mesmo. (André).

Lucas dizia que não ia contar sobre as brincadeiras de seu pai, porque ele é muito bravo e se veste de polícia. Contudo, contou as mesmas vivências que o irmão.

Meu pai cozinha o que eu gosto, o meu irmão não gosta de ovo, mas eu gosto e meu pai faz para mim. Só que quando eu vou voltar para a casa do tio E. ... eu quero desenhar eu sou muito bom em desenhar (havia um brinquedo na sala, um gato que não tinha bigodes, ele desenha um gato com bigodes e diz, o meu gato tem até bigodes) É que quando eu volto para a casa do tio E. o meu pai quer brincar, eu brinco de força, eu tenho um livro para isso, eu sou muito bom nisso. A tia R. é a mulher dele e ela também gosta de brincar, ela gosta de mexer na minha pistolinha e ela gosta que eu mexo na minha pistolinha. E o meu pai gosta do meu bumbum. (Lucas).
 É porque meu pai gosta também que eu mexo no meu bumbum, daí eu ponho o dedo lá dentro, mas eu não deixo não. Ele põe o pingolin dele na minha bunda. Ele põe aqui dentro na minha bunda e a minha pistolinha fica dura. Eu falo para ele parar eu peço e ele “pum” para, só que às vezes não para. O meu pai só tem umas luvas de garra, ele pega elas e começa a arranhar o meu rosto. O Chefe é o cachorro dele, ele dá bolacha para ele, leva ele para passear e de dia eu também posso brincar com ele. (Lucas).

Para Único, o sentido atribuído ao abuso é associado ao “enredamento” da criança pelo adulto. Contudo, sua relação com o primo permitiu que este parasse no momento em que ele sentiu dor, o que parece, ainda que contraditório, um respeito a sua vontade.

Na história de Único, o abuso sofrido era compreendido como “uma coisa de homem”, afinal, era seu primo mais velho quem lhe dizia, e ainda lhe confiava um segredo. Só houve o pedido de interrupção da prática por conta da dor que ele sentiu na tentativa da penetração. Sendo o pedido respeitado pelo primo, ele entendeu que não precisaria contar a ninguém de sua família – até hoje.

A violência surgiu ainda num período em que o bairro era menor, ainda quando o bairro tinha 100 casas, ou menos de 100 casas. Era bem ainda um bairro não desenvolvido, não tinha ainda (...), o que não tinha ainda? Não tinha a questão sanitária, não tinha energia, não tinha asfalto, era bem precário. Mesmo sendo um lugar bonito, com fazenda ao entorno, com riacho, com lugares para brincar. A violência acabou surgindo assim, meu primo, nossa diferença de idade, acho que ele tinha 17 para 18, alguma coisa assim. A gente estava indo levar a marmita para o meu tio que era tio dele também e minha avó mandou levar. Eu acho que tinha mais gente lá na roça que era da família também. A gente estava levando comida para eles, a gente ia sempre para acompanhar, ou eu ou meu irmão para levar as marmitas. Daí, ele veio com um história de me dar doce, de me dar relógio, sempre é assim, né? É seduzir, tem que ter alguma coisa. E ele falava assim “ não vai doer, nem vai acontecer nada, pode confiar. Esse fica o nosso segredo”
 Ele me fazia fazer carícia nele e eu não estava entendendo, mas eu queria o doce, eu queria aquilo que ele me oferecia. Não foi contínuo, teve um espaçamento de tempo.

Num primeiro momento não era nem com penetração, era mais de fazer carícia com a mão, ele me mostrava a questão da masturbação, até chegar o momento mesmo. Outra vez, foi uma vez com um relógio, que ele prometeu e que ele nunca me deu. Nessa vez, ele chegou a tentar penetrar. Daí eu não consegui ter uma elaboração de entender o que acontecia e porque eu deixava, mas depois eu parei e tudo bem. E depois foi se desenvolvendo outra consciência que hoje em dia eu posso interpretar a mentalidade dele e das crianças. Da sedução e coisas que acontece com elas. A gente ficava com a minha avó, criou vários netos. Acho que tem uma questão cultural, tem uma questão dos primos, por exemplo, o menor tem a relação sexual. Isso aí acontece sim, normal. De primo com primo transarem, uma iniciação sexual. Acho que na minha família acho que é geracional isso tem a ver com o passado da nossa civilização, primos com primos se casavam. (Único).

Na fala de Único há “um poder de decisão” contraditório com a fala da não elaboração. O que pode significar que ele sinta que estabeleceu o fim e autorizou o início. Esse sentimento é confuso e perigoso, pois a criança é sempre vítima nesse contexto e, de fato, não possui consciência do que ocorre. O argumento de que a criança sente-se amada e pode decidir pela relação sexual com adultos é utilizado pelas comunidades pró-pedofilia. É necessário que, nesses casos, haja clareza por parte do adulto de que é ele quem possui noção do que ocorre. Mesmo em casos em que a criança e/ou adolescente possua comportamento sexualizado ao extremo (por diversos motivos, inclusive com a possibilidade de abuso anterior), é o adulto o responsável pelo desenrolar da interação.

Eu fiquei sabendo de outros casos na família, mas nunca perguntei. (...) Eu fiquei sabendo que ele abusava das irmãs dele. Quando eles moravam junto com a mãe, ele abusava delas e depois fiquei sabendo abusou também dos dois sobrinhos dele, crianças, filhos da outra irmã. Então, ele já tinha uma relação de fazer isso, já fazia isso com vários menores de idade, meninas e meninos. (Único).

A violência sexual transgeracional é aquela que perdura e se repete por diferentes gerações da mesma família. Compreendida e ocultada pelo próprio grupo, geralmente como traço cultural.

Embora Único se defina como uma criança normal, apresenta vários sintomas associados em diferentes estudos como consequências do abuso sexual: dificuldades na fala, dissociação, dificuldades de aprendizagem, isolamento.

Acho que eu tinha uma coisa quando eu era moleque que era muito louca, porque comecei a ver a violência com 4 anos de idade. Tinha um período que ia passar o cometa Halley e ficava passando na TV, tinha os personagens na TV e eu ficava pensando: “quero ir embora com esse planeta”, acho que o sentimento era “quero sair desse mundo porque esse mundo não me pertence”, risos. E eu não pertencço a esse mundo. Então, acho que eu acabei ao mesmo tempo vivendo esses problemas e introjetando algumas coisas, mesmo mal elaboradas, pensamentos surreais. Fiz minha mochila, fiquei acordado, o cometa passou e me deixou ali. Vários momentos eu ficava num mundo só meu, ninguém me acessava. Às vezes, quando eu estava muito deprimido, eu saía, eu ia para outro mundo, eu criava coisas, eu era muito criativo, acho que sou ainda mais criativo. Acho que quando a coisa estava ruim, eu tinha a capacidade de me anular, assim: “não estou a fim”. Eu ficava na minha, como se fosse um autista, em toda a relação. (Único).

De acordo com Scherer, Machado e Gauer (2011), a criança abusada, muitas vezes, cria mecanismos de dissociação. Ao não compreender ou suportar os acontecimentos, ela passa a ocupar um lugar de observadora do sofrimento, na tentativa de criar distância e autoproteção.

Já para as mães e cuidadoras, compreender o que é o abuso e saber o que fazer com isso também é um desafio.

O momento em que as mães, pais ou responsáveis se tornam cientes do abuso sexual é um divisor de águas. É nesse momento que o cuidador se posiciona em meio a um turbilhão de emoções e acontecimentos em relação a diferentes fatores: dará crédito à criança/adolescente? Será que foi negligente em não ter percebido ou protegido o/a filho/a do abuso? Exporá o autor do abuso e posicionar-se-á perante ele? Exporá a própria criança e o adolescente? Procurará ajuda? Calar-se-á? O que fará com o fato revelado? Será que foi mesmo tudo isso?

IC 6. A vida escolar é afetada pelo abuso sexual, tanto no que se refere ao desempenho escolar, quanto às relações de sociabilidade. A escola é também violenta e reprodutora da violência, repleta de preconceitos e de estigmas.

Todas as crianças, assim como Único, relatam uma vida escolar bastante difícil em determinado período. Léo passou pela APAE e André a frequenta. Único relata dificuldades na aprendizagem e na fala.

Teve um tempo que eu fui na APAE eu não tinha nada de, assim, de pessoa que tem deficiência sabe. Mas era porque as coisas que aconteceram quando eu era criança, acho que atrapalhavam eu aprender. Eles falavam isso né, eu não lembro direito. (Léo)

Ah eu tenho amigos também, eu falo com todo mundo na escola, sou amigo de todo mundo, não brigo com ninguém. Quer dizer teve uma vez que teve uns problemas, mas não tem mais nada não. Meu melhor amigo é o F. ele é um cara legal, você pode confiar nele, eu já contei umas coisas pra ele que ele nunca contou pra ninguém, nem para o pai dele. Ele me ajuda, não fica tirando sarro. Ah, ele fala que tem mais gente que acontece as coisas que aconteceu comigo, que ele viu no Programa do Datena também. Mas ele fica comigo. (Léo)

Tinha uns meninos da escola, da minha classe e da outra classe também, eles ficavam me chamando de veado, bicha, gay, e outras coisas que eu não quero falar. Pode não falar? É eles me chamavam de umas coisas que eu não posso repetir. Eu não ligo de falar as coisas, minha mãe falou que eu posso falar tudo o que eu quiser falar pra você, mas isso aí, do que eles me chamaram, eu não quero não. Tá bom né? Ah, eu chorava muito, ficava chateado, com vergonha, porque eu não sou gay, não sou nada disso que eles ficavam falando, aí eu não queria mais ir para a escola, mas minha mãe não deixava eu faltar. Eu falei para a professora, falei para diretora, mas não adiantou nada não. Todo dia eu já sabia que eles iam ficar me chamando daquilo e de tudo, na frente de todo mundo até das meninas. Eu não sei se era por isso mas eu ia muito mal nas coisas sabe. Eu gosto mais de matemática, mas eu gosto de português também, só que eu não conseguia tirar nota e a professora sempre deixava uma outra criança pra fazer lição comigo. (Léo)

O que resolveu na escola? Ninguém me ajudou, ninguém, eu fiquei sozinho. Foi Deus. Eu fui na igreja, eu vou na igreja todo domingo com a minha mãe, tem escola bíblica lá, meus amigos, lanche, tem louvor, eu gosto muito. Eu fui na igreja à noite, orei a Deus e no dia seguinte os meninos já não falaram mais de mim. Nunca mais eles falaram de mim. Hoje eu tirei nota boa, sabe como eu estou agora? Já tirei dois 10, um em matemática e outro em português, nas outras eu estou com 7 e 8, mas não tiro mais nota baixa, minha mãe gostou. (Léo)

Eu sou amigo de todo mundo na escola, mas meu melhor amigo é o F. a gente conversa no recreio, faz lição junto sabe? Tem coisa que a gente não conta pra ninguém. Ah, tipo a menina que ele gosta, eu nunca vou contar pra ninguém, às vezes alguma coisa que ele fica triste também me conta, coisa do pai e da mãe dele, mas isso eu não vou contar. Que eu conto pra ele? Da menina que eu gosto eu contei também, mas agora não é mais segredo porque todo mundo sabe, a escola inteira mesmo. É, porque a gente namora, risos. É assim, a gente combinou de namorar esse ano, mas a gente também fica muito triste porque a gente vai terminar o namoro. Então, no final do ano, a gente vai ter que mudar de escola, e ela vai para uma perto da casa dela, e eu vou para outra, daí a gente não vai se ver mais, aí não dá pra namorar, mas não tem problema porque a gente já sabe, a gente já combinou, vamos namorar até 2015, depois acaba. Ela é assim...igual você o cabelo, ela é muito bonita, e ela é legal também, amiga das pessoas, ela é gentil, educada, é bonita também, risos. Eu já beijei, já. Risos. Tudo bem também. A gente também fica junto no

recreio, mas sem beijar na escola, daí a gente fica um pouco junto na saída, mas é rapidinho porque tem que ir embora. Minha mãe sabe sim, a dela eu não sei. (Léo)

Na escola eu estudo muito, eu sou muito bom em ler e escrever. Eu tenho muitos amigos lá, todo mundo é meu amigo. Mas não posso contar sobre o alicate e a garrinha do meu pai. Uma vez eu contei para as minhas duas amigas. (silêncio) Elas riram muito e falaram bem alto que eu pareço mais idiota do que elas pensavam. Daí eu falei para a diretora e falei para a professora, elas deixaram minhas amigas de castigo porque elas ficavam apontando para mim e rindo, acho que elas vão ficar sem recreio por uns três anos! (André).

Depois disso aí eu fui uma criança normal, sempre estava no meio dos outros. Só tinha o problema de falar errado, um problema fonético. Eu sentia mais bullying mais pelas pessoas ficarem caçoando. E, às vezes, nem ligava das pessoas ficarem falando que eu andava rebolando, os moleques ficavam me chamando de veadinho, eu nem ligava. Sei lá, eu acho que eu estava num estágio superior que a maioria daquela molecada. Até mesmo porque eu me desenvolvi num meio artístico, eu sempre estava pintando, sempre estava no mundo da lua. Sem contar que eu tive uma vivência da cultura com a minha família, da cultura, da arte, da cultura nordestina, das histórias, dos encantamentos, das lendas, acho que isso foi anulando as coisas que eu posso ter achado negativas. Eu acho que a questão da minha forma de falar eu acho que foi da cultura nordestina e do analfabetismo, pessoas na família que não liam e não tinham uma fala normatizada e eu peguei todos os traços e os vícios deles. Agora a dificuldade mesmo foi não ter tido a pré escola, eu não reconhecia as letras e a fonética. E sobre andar, os caras ficavam me chamando, mas eu não sabia se eu rebolava ou não. Então eu achava ruim, ficava puto da vida, mas não fazia nada. Eu nunca fui de brigar. Eu me sentia mais inteligente que eles, eu me sentia diferente porque eu conseguia fazer algumas coisas e não outras, eu sabia desenhar, pintar e abstrair o máximo. (Único).

No colégio já no Ensino Médio, eu era um cara cabeludo, cheio de tatuagens que explodia os banheiros, era um terror. Vendia drogas, mas nunca fui mau aluno. Eu tirava notas e sempre gostei de estudar e aprender. Quando eu não tirava notas era porque eu não tinha mesmo entendido a matéria, em química, física, matemática e inglês, mas, sempre tirei nota boa em história, por exemplo, filosofia, artes, português. Em matemática eu repeti, um professor veio falar com a gente, porque a gente estava com dificuldade e tirando nota muito baixa e disse: vocês são todos burros, nunca vão chegar à universidade. Aí, eu parei de ir à aula e peguei DP. Mas se você reprovasse uma disciplina, você não repetia o ano, só a disciplina. (Único).

A escola é um espaço a que se deve dedicar atenção especial, para que possua condições e instrumentais, a fim de realizar leituras assertivas sobre os cenários apresentados pelos entrevistados, e ainda, mediá-los para a produção da vida. Brincar com temas da sexualidade faz parte da própria dinâmica da relação dos alunos e alunas, contudo, quando as observações são pejorativas, os

educadores e a escola não podem furtar-se a intervir e realizá-lo de modo qualificado.

Geralmente os pares são fundamentais para a superação de inúmeras experiências difíceis e, por outro lado, também são algozes em experi-las, a partir dos mínimos sinais de estranhamento. Desse modo, há o desafio da educação em trabalhar as potências, não por meio do exercício punitivo, como suspensões e/ou expulsões brancas, mas na condução de um processo reflexivo e de fato transformador.

Todos os entrevistados, exceto Lucas, foram chamados de bichas, gays e veados. Se isso aconteceu a partir do conhecimento dos pares acerca do abuso sofrido, não se pode afirmar. Contudo, por conta dele, ouvir essa alegação dos colegas tornou-se particularmente Violento.

Sobre a dificuldade na fala, Einstein (2006) afirma que também pode ser caracterizada como um sintoma emocional e pode estar presente em crianças vítimas de violência após um evento traumático como o abuso sexual.

E o que a escola tem a ver com isso? Se partirmos da premissa de que a escola é um dos pilares para a construção social, lidar com a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes faz parte de sua atribuição. Abuso sexual é assunto de escola, de sala de aula e de professor e aluno. É necessário que existam formações específicas, para que esses profissionais sejam respaldados a lidar não somente com o abuso sexual e como lidar com ele, mas com a própria sexualidade, compreendida em sua dimensão humana.

Todas essas histórias que parecem não ter volta, são eventos – tristes e difíceis – que fazem parte da vida da criança/adolescente e de suas famílias. É também necessário seguir com a vida, não em detrimento, mas apesar do abuso.

Passados oito anos de o filho ter sido abusado, **Clara** aponta certa segurança por conta da organização de vida que ele apresenta e que ela entende como saudável e pela perspectiva de futuro que compartilha e incentiva. Já para Andreia a continuidade tem sido mais difícil. Após quase 06 anos do abuso, o filho tem apresentado comportamentos difíceis. Ela não atribui todo o comportamento do filho ao abuso sofrido, diz que ele sente muita falta do pai, mas que também acha que, pelo fato de o pai ser usuário de droga e ter sido preso, o filho “pode ter puxado dele essas coisas”.

Ele já tá se tornando violento, qualquer coisa ele xinga as irmãs de palavrões, quer ir pra cima. Eu falo pra ele que não é assim. Mas ele tá assim. Ele está muito difícil. Também sente muita falta do pai, mas não sei se essas coisas são por causa do abuso não, às vezes acho que ele pode ter puxado dele essas coisas. (Andreia).

Para Marta, no momento da entrevista estava colocada uma decisão a ser tomada: permanecer com o sobrinho-neto ou entregá-lo à avó.

Então sexta-feira mesmo que eu fui na reunião eu falei pro pai dele, olha não está dando mais, até aqui...quer dizer ele disse que V. ia ficar comigo até ele se estabelecer, ele arrumou mulher, arrumou casa, arrumou outro filho e o V. continuou comigo. E isso acabou comigo. (choro) E quando foi sexta eu fui na escola, eu escutei tanta coisa, sabe quando você faz tudo para a criança, você quer ajudar, mas vê que não está tendo retorno.(Chorando) Ele está passando a mão na bunda das meninas, está beijando, ele está chegando em casa e falando que tem 4 namoradas. Aí ele chega em casa, vai pro banheiro e eu comecei a perceber esses dias atrás, ele senta no vaso e fica. Acho que ele vai na escola e fica querendo brincar então chega em casa ele precisa usar o banheiro. Ele fica meia hora no vaso. E um dia eu peguei ele mexendo no pipi, já duas vezes. Um dia meu sobrinho chegou e disse. Eu entrei no banheiro e o V. estava mexendo no pipi. Aí eu falei que eu já peguei duas vezes, aí a diretora e a professora e disse que ele está pulando na diretora por trás, ela fala pra ele que não está dando essa liberdade. Ela é pequena, miudinha. Não sei, não quero ser injusta, mas não sei se vou ficar com ele. Estou acabando com a minha vida, meu casamento, a gente não faz nada perto dele, já até me afastei do meu marido. Faz anos, você imagina?

De um modo mais ou menos difícil a vida segue, não se pode atribuir ao abuso o final da vida da criança/adolescente. Contudo, esta se mostra uma experiência de difícil elaboração, que do ponto de vista social precisa ser melhor amparada pelos recursos públicos. No caso de Marta, a escola convoca a cuidadora para apresentar uma queixa de comportamento e não a convida para um espaço de amparo e/ou de oportunidade de possibilidades na interação com V. Marta sai da escola sentindo-se frustrada e incapaz de prosseguir com os cuidados ao sobrinho. É claro que esse pensamento ou decisão não deve ter ocorrido somente pela repreensão da escola, porém ela poderia ser instrumento de fortalecimento da família, um espaço de apoio, em que a família pudesse ser parte da solução e não somente do problema.

Léo nutre sonhos de ser o melhor jogador de futebol do mundo e, se não der, quer ser médico para curar as pessoas. André e Lucas querem fazer seus

desenhos e continuar com a família que amam e serem afastados da presença do pai.

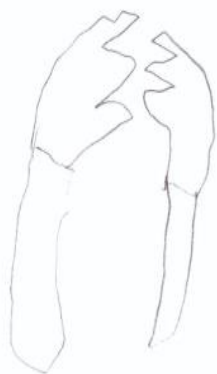
O abuso sexual não pode ser naturalizado, tampouco redimensionado. Tem peso, e um peso e sentido diferente para cada vítima e para cada família. Contudo, continuar é preciso. A vida segue e, para que caminhem com mais qualidade, há necessidade da interação entre os recursos internos, da família, da comunidade e, inclusive, da política pública. Esta última precisa ser capaz de encarar esta problemática considerando todos os envolvidos, todos os seus nós e desenhar possibilidades efetivas de prevenção e acompanhamento.

Palavras de Criança ao final da entrevista:

Mas agora eu estou cansado de falar, acho que eu falei muito, né? É que eu gosto de falar mesmo. Minha mãe está me esperando eu acho, já pode ir? (Léo).

O meu pai usa garras para por no meu bumbum, ele põe a garra dentro da minha bunda. Mas eu não deixo, jamais ele vai conseguir isso, jamais. Essa é a brincadeira preferida dele, mas é segredo e eu não posso contar para ninguém. Agora, por favor, deixa eu desenhar meu carro. É segredo. (Levou o desenho consigo) (Lucas).

Eu quero desenhar, o que você quer que eu desene? O que você quiser. (Pesquisadora) O meu pai eu não vou desenhar não. Já sei, eu vou desenhar as garras dele. (André).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura VII



Ilustração: RM

Para a realização deste estudo, que tem por título “**Homem não Chora: o abuso sexual contra meninos**”, analisamos as consequências da vitimização sexual sofrida por três meninos e um homem, especialmente nas esferas: familiar, comunitária e escolar, destacando ainda o olhar de suas mães e cuidadora sobre o ocorrido. Nossa indagação inicial consistia em compreender “quais as consequências do abuso sexual contra meninos”. Os depoimentos que pudemos obter revelaram experiências carregadas de medos, expectativas, (in)compreensões e mesmo superação.

O escasso interesse e produção acadêmica no serviço social sobre o tema, inclusive no que tange ao abuso sexual e a masculinidade, tornaram-se incentivos para a realização deste estudo.

O contato com cada um dos integrantes da pesquisa evidenciou não somente os aspectos relativos aos objetivos propostos como, simultaneamente, desnudou possibilidades de fortalecimento das práticas profissionais, como a rede de atendimento, sobretudo no que se refere à escuta.

A cada entrevista os sujeitos abriam suas “caixas de Pandora” e o acesso ao conteúdo gerou grande impacto, tanto nos entrevistados como para a pesquisadora. Em um desses momentos do face-a-face, Marta se pôs a chorar descontroladamente (re)visitando o sentimento de desproteção, quebrando exatamente naquele instante o segredo que guardou durante sua vida. Único falou do abuso com distância e racionalização, até que, ao acessá-lo de fato, pediu para interromper o processo. Clara conseguiu enxergar, do outro lado de sua história, um adolescente e sua mãe, sem esquivar-se da proteção ao filho. Andreia compartilhou o abuso sofrido tanto por ela quanto por todos os filhos com certa naturalidade, fato esperado. Léo, com toda a simpatia que lhe é característica, demonstrava o temor de “virar” gay. André e Lucas viviam sensações contraditórias ao imaginar que a entrevista pudesse ser para um “serviço secreto” e que o pai viria a ser preso. Foi necessário sustentar a escuta, permitir o choro e a reação de cada sujeito e, ainda, cuidar de acomodá-la ao final do encontro. Tratou-se de um exercício cauteloso a cada diálogo travado que exigiu, na exposição de suas intimidades, todo cuidado e respeito.

É necessário fortalecer a prática profissional acerca dessa demanda, especialmente a dos/as assistentes sociais. Para tanto, é preciso que esses

profissionais estejam, de fato, atentos a dois níveis de ação: o preventivo e o protetivo.

A prevenção inicia-se a partir do acesso às crianças, adolescentes e famílias, nos mais diferentes contatos que são vivenciados pelo profissional. Permitir e incentivar o acesso à temática da sexualidade – dialogar a respeito – é, com certeza, um avanço para a prevenção que supera modelos de terror ou proibições. Realizar com inteireza atendimentos individuais, grupais e visitas domiciliares que propiciem o espaço da palavra, da dúvida e mesmo do que é compreendido como desagradável, pode imprimir o caráter preventivo à prática profissional.

Já no nível protetivo, é importante que o profissional esteja atento ao comportamento demonstrado pela criança e pelo adolescente, bem como pela família, para que possa realizar intervenções técnicas que garantam o rompimento da violência, se for o caso.

Nesse sentido, o profissional precisa preparar-se desde sua formação, para saber realizar uma boa acolhida e escuta, para criar um clima de confiança para o usuário conseguir verbalizar o que acontece, decidir conjuntamente pelos procedimentos e pelo acompanhamento da criança e da família. Sem o desenvolvimento dessas competências o risco não é somente perder espaço no mercado de trabalho, mas o de fincarmos a marca de uma ação profissional desorientada e frágil na vida dos usuários.

A violência sexual contra crianças e adolescentes há tempos é temática consolidada na agenda geral da política pública. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a campanha anual realizada no dia 18 de maio são alguns resultados da ação dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente e dos movimentos sociais, que forcejaram no decorrer histórico para que esse assunto se constituísse como pauta fixa da agenda da própria política pública.

Construir interface desse histórico com a masculinidade proporcionou acessar a construção do homem brasileiro que respondeu às diferentes demandas - políticas, econômicas e culturais – ora com a aspereza que produzia o macho tradicional a quem pertencem a força inabalável e a resistência à dor - ora o homem cidadão e burguês, com a produção da masculinidade que não perde a sua força, mas reduz a sua rudez, a partir da intelectualidade e os afetos à ciência e aos esportes. Disso resultou a coexistência de diferentes masculinidades que até hoje

transitam pela história. O que se sabe é que, independente da tônica exigida pela constituição de certo tempo histórico, exigem-se do homem força e coragem, sendo a ele culturalmente proibidas as vivências de medo, dor e fragilidade. Com essa herança, muitas vezes, meninos vítimas de abuso sexual passam pela experiência no silêncio. Resistir à dor passa a ser elemento cultural contínuo nesse processo histórico-social que produz nos meninos do agora os homens “machos” de amanhã.

Compreendemos, no decorrer da pesquisa, que, anterior à dificuldade de perquirir acerca da violência sexual, apresentava-se a dificuldade da própria sociedade – representada pelos serviços e sujeitos procurados – em lidar com a sexualidade. A compreensão da temática como dimensão humana ainda é desafiadora e parece pouco presente nos diferentes serviços. Exige refletir sobre até que ponto a preocupação radical é de fato a não revitimização. Tocar na sexualidade do outro, invariavelmente, exige que o profissional toque na sua própria. E tocar em um quadro de violência é bastante delicado, o que faz muitos profissionais apresentarem uma dificuldade paralisadora e não lidarem, de fato, com a questão apresentada. A pergunta que surge é: para quem o assunto é mais desagradável: para a criança ou para o profissional/sociedade?

Assim, aquilo que começou como uma proteção (necessária) às vítimas, no sentido de que não sejam obrigadas a repetir e (re) visitar a experiência violenta, passou, de certa forma, a consolidar-se como proteção a alguns profissionais temerosos em trabalhar a temática. Nesse sentido, refletimos que a autorização social para falar sobre sexualidade se faz necessária como quebra de paradigma cultural. As perspectivas de prevenção e de acompanhamento da violência sexual perpassam pela capacidade de lidar com a temática.

O olhar das mães e cuidadora revelou o reencontro com as próprias histórias que possuem com as violências das quais também foram vítimas. São colocadas, por si mesmas e também pela sociedade, em um papel que lhes exige a proteção da vítima e lhes impugna o medo da produção de um “monstro” – posto que um dos principais receios é de que o menino realize a reprodução da violência sofrida.

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o acúmulo da responsabilidade feminina por seus filhos, somados à insuficiência de serviços públicos, surgem os arranjos comunitários. Não se pode afirmar que por conta deles alguns dos abusos estudados aconteceram; contudo, pode-se aventar que a

ausência de vagas em serviços públicos colabora para a fragilização da família. Nesse sentido, tanto a sociedade quanto o Estado protagonizam negligências.

As mães e cuidadora demonstraram diferentes posições ao saber do abuso sexual, de acordo com o que cada uma delas entendia sobre o próprio abuso naquele momento. Apresentaram atitudes diferenciadas no que se refere à proteção dos filhos, especialmente no que tange ao rompimento da ocorrência do abuso sexual. Todas compreendem a experiência como irreversível e com consequências significativas e negativas na vida das crianças e adolescentes.

Outra angústia sofrida que aparece no estudo é o temor pela homossexualidade que poderia ser provocada pelo abuso. Os pais e padrastos, quando não são os próprios autores do abuso, pouco apoiam as mulheres no cuidado com as crianças, o que parece reforçar a ideia de papéis sociais cristalizados, em que se associa a responsabilidade sobre os filhos à figura feminina.

Os universos da masculinidade e do abuso sexual contra a criança e o adolescente apontam para certa “naturalização” no abuso contra o menino e indicam a necessidade de intensificar a discussão, que pode reverberar, a longo prazo, em mudança cultural necessária. A violência contra meninos não é “coisa de homem” e precisa ser trazida à cena social, para que seja pautada como questão existente e relevante.

Sobre a vida escolar dos meninos e homem, percebemos que a escola aparece como um local importante na vida de todos eles. Significa um ambiente marcadamente socializador; é ali que se encontram os amigos da criança e também é ali que a violência que sofrem/sofreram é rechaçada por meio do comportamento de seus pares, sem nenhuma intervenção do corpo pedagógico.

Todos os sujeitos apresentam dificuldades de aprendizagem em uma ou outra disciplina. Contudo, a experiência de serem repulsados pelos pares, sendo chamados pejorativamente de “bichas, gays e veados” marca a vivência nesse espaço. No caso da criança deficiente, foi taxada como “mais idiota do que pensavam”.

As atitudes apresentadas pelos demais educandos indicam o preconceito existente na própria sociedade. A temática necessita ser trabalhada no ambiente escolar de modo transversal, por meio das diferentes disciplinas. O respeito a si e ao outro é tema fundamental para a convivência coletiva que precisa ser avidamente trabalhado. E, no que se refere à violência sexual, para além de falar sobre os riscos

e sinais de identificação, é necessário que se fale sobre a sexualidade e seus desdobramentos – o que exige dos profissionais tocarem na própria sexualidade. Outro elemento potencial da escola é o envolvimento da família como parte da solução e não somente do problema, por meio da inserção dessas famílias em atividades com seus filhos.

Para as crianças, percebe-se a ambivalência do que é bom e ruim na experiência de estímulo precoce à sexualidade, demonstrando certa confusão sobre seus sentimentos. Nesse quadro percebemos que elas, de fato, não possuem maturidade física e psíquica para elaborá-la facilmente – o que contrapõe os argumentos das comunidades pró-pedofilia.

Para o homem, que cedeu três encontros e uma história de vida muito rica, cheia de detalhes com minuciosas interpretações, não foi atribuído grande significado ao abuso sexual. Segundo ele próprio, por ter vivido simultaneamente a outra violência que considerou mais difícil, a violência contra a mãe. Contudo, ao nos aproximarmos mais do abuso sexual sofrido, apresentou dificuldade para sustentar o diálogo, preferindo não tocar no assunto por estar em uma semana de provas, em que não poderia focar-se em outra coisa, em especial essa, que lhe exige “energia psíquica” (sic).

Os sujeitos masculinos pesquisados encontravam-se em momentos diferentes. Das crianças, duas acabavam de vivenciar o abuso sexual – com a presença de ameaça e violência física, e outra, já se haviam passado dois anos desde seu último abuso. O adulto, a 31 anos de distância da experiência, impetrada pelo viés da sedução, identificou a violência como transgeracional, ao passo que outros casos existiram na família.

Em uma sociedade em que ao homem não é permitido chorar, contraditoriamente, há certa autorização para que ele seja violento e violentado. A maioria dos autores de abuso é do sexo masculino. Seria, desse modo, correto afirmar que a sociedade não permite que meninos apareçam como vítimas, porém, produz homens violentos. É necessário que a masculinidade seja culturalmente repensada e compreendida de modo relacional ao universo feminino, ambos situados em dada sociedade. Nesse cenário há um destaque para o papel das mães – infelizmente, ainda as principais cuidadoras, que perpetuam junto com toda a sociedade a cultura do macho forte e inabalável.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Mitos e realidade**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002.

ADORNO, Sérgio. A violência brasileira e suas implicações. Curso de Sociologia da Violência. Material Didático. **Mimeo**. P. 1 – 17, 2003.

ADORNO, Sérgio. Entrevista com Sérgio Adorno. **Revista Arte**, Mídia e Política. Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais. ISSN 1982 – 6672. Jan, 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/entrevistas/ed7/7_entrevista.htm>. Acesso em 20 de junho de 2013.

AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (Org) **História dos Homens do Brasil**, 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013.

ANDRADE, Adathiane de Farias. **Rompendo o Silêncio: uma análise sobre as histórias de meninas com vivência de abuso sexual atendidas pelo CREAS no município de João Pessoa**. Dissertação. 2011. (Mestrado. Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora, 1995.

ARILHA M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B (Orgs.). **Homens e masculinidades**. São Paulo: ECOS; 1998: 51-77.

ASSUNÇÃO, Admilson Mário de. **Narrativas Silenciadas**. 2011. **Dissertação**. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena. (Org) **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe; 1995. 126p.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisada**. São Paulo: Cortez, 1998.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, HUCITEC, 1992.

BALTIERI, Danilo. **Consumo de álcool e drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais**. Tese. 2005. (Doutorado em Medicina Psiquiátrica) - Faculdade de Medicina. Departamento de Psiquiatria. USP, SP, 2005.

BARROSO, J. O Estado, a Educação e a regulação das Políticas Públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol 26, nº 92, p. 725 – 751. 2005.

BOULDING, E. Las Mujeres y la Violencia. In **La Violencia y Sus Causas**. p 265-279. Editorial UNESCO. 1981. Paris – França.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª ed, 2010, 160 p.

_____. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 133-184, 1995.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 10 de abril de 2014.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, 2006.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto nº 7958/2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7958.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 485 de 01 de abril de 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html>. Acesso em 15 de abril de 2014.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. (2013). Disponível em: <[http://minhateca.com.br/nterezadeandrade/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h\(1\),121323018.pdf](http://minhateca.com.br/nterezadeandrade/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h(1),121323018.pdf)>. Acesso em 30 de setembro de 2013.

BUTLLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**. n. 21, Campinas, 2003. P. 219 – 260.

_____. **Problemas do Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Pedro Silva; ARAÚJO, Manoela. Síndrome de Asperger. (2009) Disponível em: <http://www.alert-online.com.br/medical-guide/sindrome-de-asperger> Acesso em 28 de setembro de 2014.

CARVALHO, Aline Luíza de. **Relacionamentos afetivo-sexuais de adolescentes vítimas de incesto**. Dissertação, 2011. (Mestrado em Psicologia) - PUC, Minas Gerais, 2011.

CARVALHO, Marília. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, 2011.

CARVALHO, J. A. **O amor que rouba sonhos: um estudo sobre a exposição feminina ao HIV**. São Paulo: ed. Casa do Psicólogo, 2003.

CAREGNATO, Rita C.A., MUTTI, Regina. **Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & contexto – Enfermagem, v. 15, n 4, 2006 doi: 10.1590/S0104-07072006000400017.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.

COCCO, M; Silva E. B.; JAHN A. C. Abordagem dos profissionais de saúde em instituições hospitalares a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet]. 2010;12(3):491-7. Available from: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i3.7939>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2007. Disponível em: <<http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/WQ56SL3Y8I0084LC0FY8.pdf>>. Acesso em 25 de junho de 2013.

COHEN, C. **O incesto, um desejo**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1993.

COHEN, Claudio. O Incesto. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. (Orgs), **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONNEL, R. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CORWALL, Andrea; LINDISFARNE, Nanci. Dislocating masculinity: gender, power and antropology. In: _____; _____ (Orgs) **Dislocating Masculinity** – comparative ethnographies. London/New York: Routlege, 1004.

COSTA, Bruno Nogueira da. **Sexualidade e Violência em famílias de adolescentes que cometeram ofensa sexual**. Dissertação. 2012. (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, 2012.

COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. **As perspectivas educacionais como instrumento da proteção integral no combate à violência contra a criança e o adolescente**. Dissertação. 2010. (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2010.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1999, Disponível em <http://www.scielo.br/php?script=sci_arttext&pidS1413-81231999000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de junho de 2013.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**: Brasiliense, 1991.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1994.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

EISENTEIN, E. Traumas e suas repercussões na infância e na Adolescência. **Adolsc. Saúde**. 2006; 3 (2): 26-28.

ESBER, Karen Michel. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica**. 2008. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - PUC Goiás, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estado e Sociedade: parcerias e práticas contra a violência sexual**. Brasília – DF, Editora Universa, 2010.

FÁVERO, Rutinelli da Penha. **Des-atando os nós: violência sexual e internet nos sentidos atribuídos pelos jovens**. Dissertação. 2008. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Os paradoxos do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no estado do Amazonas (1999-2006)**. Tese. 2008. (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRANÇA. Rosilene Marques Sobrinho de. **Os direitos humanos de Crianças e adolescentes no Centro de Referência da Assistência Social em Teresina: possibilidades e limites**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Políticas Públicas) - Fundação Universidade Federal do Piauí. 2011.

FREUD, Sigmund. **Esboço da Psicanálise**. Edição Estandarte Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII. Cap. I, II e III, Parte I - 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

FUZIWARA, Aurea Satomi. FÁVERO, Eunice. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena. (Org) **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p.35 – 47.

GOMES, Romeu. NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. ARAÚJO, Fábio Carvalho. Por que os homens procuram menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro. 23 (3).565 -574. Mar, 2007.

GOMES, Romeu. **Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____ (org) . **Saúde do Homem em Debate**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GALHARDO JÚNIOR, João Baptista. O papel do Sistema Judiciário na prevenção do abuso sexual infantil. In: Willians, L. C. de A.; Araújo, E. A. C., **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2011. P. 69 – 71.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (Org) **História dos Homens do Brasil**, 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013. p. 267 - 297.

KAPLAN, H. I., & SADOCK, B. J. **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do comportamento e Psiquiatria Clínica** (7. ed., D. Batista, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1997. (Original publicado em 1994).

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

LARROSA, Jorge. Dar a palavra. Notas para uma lógica da transmissão. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 281-295.

LEAL, M. L. & LEAL, M. F. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil – realidades e desafios. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Eds), **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. p. 267 – 288, São Paulo: Casa do Psicólogo e Brasil: Universidade Católica de Goiás.

LEFEVRE, FERNANDO; LEFEVRE, ANA MARIA. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Séria Pesquisa. V. 12. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

LIBÓRIO, R.M.C. 2005. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão Crítica**, 18(3):413-420.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Col. **Temas Básicos de Educação e Ensino**, EPU, São Paulo 1998.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MELO, Vitor Andrade de. Novas Performances Públicas Masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (Org) **História dos Homens do Brasil**, 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013. p. 119 – 152.

MELO, Guto Graça. ROCHA, Mariozinho. *Cabra Macho. Manifesto Musical*, 1967.

MINCHONE, Tatiana. **A constituição da identidade em crianças vítimas de abuso sexual**. Dissertação. 2010. (Mestrado em Psicologia) - UFRN, 2010.

MINAYO M. C. S & Souza E. R., Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciência e Saúde** IV (3), 1998, p. 513-531.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. in: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 10 (supl. 1), 1994.

MIURA, Paula Orchiucci, **A violência intrafamiliar em Brasil e Portugal: uma avaliação das ações terapêuticas a partir de duas cidades, Arujá e Coimbra**. Tese. 2009. (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC/SP, 2009.

MIYAHARA, Rosemari Peres. **Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção**. Dissertação. 2011. (Mestrado em Psicologia) – PUC/SP, 2011.

MOURA, Gabriela Goulart. **O Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística como estratégia de agendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira**. Dissertação. 2008. (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, 2008.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: “juventude e virilidade nos anos 1968.” In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (Org) **História dos Homens do Brasil**, 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013. p. 299 - 334.

MUSKAT, Suzana. **Violência e Masculinidade**, Col. Clínica Psicanalítica, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MYRA Y LOPEZ, Emilio. **Quatro gigantes da alma**. 24 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

NOVAES, Joana de Vilhena. “Aqui tem homem de Verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (Org) **História dos Homens do Brasil**, 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013. p. 359 – 386.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Maria Cecília Rodrigues de; Oliveira, Adalberto Boletta; GOSUEN, Adriano. Profissionalização e Protagonismo Juvenil. Programa de Aprimoramento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rede Social SP, CONDECA. 2006. (CD).

OLIVEIRA, Mery Pureza Candido de. **Abuso sexual de meninos : estudo das consequências psicosssexuais na adolescência**. Dissertação. 2009. (Mestrado em Ciências) - USP, 2009.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Prevenção, Genebra. 2003.

OIT. Declaração aprovada no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial, realizado em Estocolmo, 1996. Disponível em: <http://white.lim.ilo.org/ipec/documentos/a_exploracao_sexual_comercial.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2013.

PAIXÃO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.1, p. 114-126, jan./mar. 2010.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Abuso Sexual em Meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**, 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. 1ª. ed. São Pauo: Vetor, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.) A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, n. 48, p. 7-42, 2002.

PINCOLINI, Ana Maria Frachi. **Família, justiça e abuso: Bem estar e dinâmica familiar após julgamentos de abuso sexual**. Dissertação. 2010. (Mestrado em Psicologia) - UFRS, 2010.

PRIORE. Mary Del. **Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. Planeta, 2011.

QUEIROZ, M. I. P. de. O pesquisador, o problema da pes-quisa, a escola de técnicas: algumas reflexões. São Paulo. **Textos CERU**, Série 2, v. 2, n. 3, 1992.

RAMOS, Silvia Ignez Silva. **A Atuação do Sistema de Garantia de Direitos em Casos de Violência Sexual contra Criança: uma análise Processual**. Dissertação. 2010. (Mestrado em Psicologia) – UERJ, 2010.

ROSÁRIO, Ângela Buciano do, Considerações acerca do problema da violência no ethos contemporâneo, In: ROSÁRIO, Ângela Buciano do; KYRILLOS NETO, Fuad; MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. **Faces da Violência na Contemporaneidade: sociedade e clínica**; Barbacena, MG, EduEMG, 2011. P. 43 – 53.

RYCROFT, C. **As idéias de Reich**. São Paulo, Cultrix, 1971. Coleção Mestres da Modernidade.

SAFFIOTTI, Helleieth. **Gênero, patriarcado. violência**. 1ª. ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em crianças, fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANS, Paulo Cheida. O Imaginário Poético de Rogério Mourtada. Disponível em: <<http://veredaspapaoponto.wordpress.com/textos-criticos/>>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e Virilidade entre a Belle Époque e a República. In: AMANTINO, Marcia; DEL PRIORE, Mary. (org) **História dos Homens do Brasil**. 1. Ed. São Paulo. Ed. UNESP, 2013. p. 245 – 266.

SATTLER, Mali Kath. O abusador: o que sabemos. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena. (Org) **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 234 – 247.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; Ippolito, Rita. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos & IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009. Disponível no site: <http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/downloads/98guia_de_referencia_prevencao_violencia_sexual.pdf>. Acessado no dia 13 de julho de 2013.

SANTOS, Benedito R. dos; NEUMANN, Marcelo; IPPOLITO, Rita. Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <www.mj.gov.br/sedh/ct/guiaescolar>. Acessado no dia 25 de junho de 2013.

SANTOS, Luciano Gersem dos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos. **Violência sexual e a formação de educadores – uma proposta de intervenção**, Dissertação, 2011. (Mestrado em Educação) - Unesp, Presidente Prudente, 2011.

SCHREINER, Marilei Teresinha. **O ABUSO SEXUAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: o processo de responsabilização da menina**. Dissertação. 2008. (Mestrado em Serviço Social) - UF Santa Catarina, 2008.

SCHERER, Carmem Cabral; MACHADO, Débora da Silva; GAUER, Gabriel José Chittó. Uma violência obscura: abuso sexual. In: GAUER, Gabriel José Chittó; MACHADO, Débora da Silva (org). **Filhos e Vítimas do Tempo da Violência: a família, a criança e o adolescente**. 2ª. ed. Curitiba: Juruá. 2011. p. 39 – 54.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Ana Cristina Serafim da. **Meninas, Exploração Sexual Comercial, Corpo e Subjetividade**. Dissertação. 2009. (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Paraíba/João Pessoa, 2009.

SILVA, Débora Maria Cohim. **A Família em pedaços: A denúncia de violência sexual contra crianças e adolescente em Salvador-Ba**. Dissertação. 2009. (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) - UFBA, 2009.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **A prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, sob a ótica dos membros do Poder Judiciário**. Tese. 2010. (Doutorado em Enfermagem) - USP, 2010.

SILVA, Mônica Alves. **Educação não formal, sexualidade e violência: possibilidades de enfrentamento da exploração sexual infanto juvenil**. Dissertação. 2012. (Mestrado em Educação) - Unicamp, Campinas, 2012.

SILVA, Sofia Vilela Moraes. **Violência sexual contra crianças e adolescentes e eficácia social dos direitos fundamentais infanto-juvenis: subsídio à formação de políticas públicas do município de Maceió**. Dissertação. 2009. (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Alagoas, 2009.

SILVA, Vivian da Veiga. **Exploração Sexual Infanto-juvenil - Tentativas de Interface com a Educação e o Trabalho**. Dissertação. 2010. (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2010.

SOUZA, Camila dos Santos. **Notificação da Violência infanto-juvenil nas Unidades de emergência em saúde: atuação e dificuldades de profissionais e serviços.** Dissertação. 2011. (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Feira de Santana, 2011.

SOUZA, Mônica Vieira de. **ANJO OU DEMÔNIO: posições dos conselheiros tutelares na atuação junto a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.** Dissertação. 2008. (Mestrado em Psicologia) - UFPE, Pernambuco, 2008.

SZYMANSKI, Heloisa (org.) **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Plano, 2002, 86 p.

UNICEF. A situação mundial da infância, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://www.unicef.pt/18/site_pr_unicef_sit_mundial_infancia_2014_01_30.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

VASCONCELOS, Maria Gorete Oliveira Medeiros. **Avanços e desafios na rede de atenção às situações de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescente: a experiência de São José dos Campos.** Dissertação. 2009. (Mestrado em Psicologia Social) - PUC SP, São Paulo, 2009.

VERHOEVEN, Suheyra Fonseca Misirli. The child love movement: um olhar crítico sobre o ativismo pedófilo. Anais CONPEDI, 2007. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/suheyra_fonseca_verhoeven.pdf> Acesso em 09 de agosto de 2013.

VICENTIN, M. C. G. **A Vida em Rebelião: Jovens em Conflito com a Lei.**Ed. Hucitec, 2002.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore, Refletindo sobre a noção de exclusão APUD Bader SAWAIA (org). **As artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial da ética da desigualdade social**, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2ª. ed. 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência, 2012: crianças e adolescentes.** FLACSO, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em 23 de junho de 2013.

DOCUMENTÁRIO

Los monstruos de mi casa. Direção; Marta Hierro e Alberto Jarabo. 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/10306926>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.